



UnB

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Espacializando a *Historia do Brazil*, de frei Vicente do
Salvador

Linha de pesquisa: História Social e suas múltiplas formas

Mariana Silveira Leonardo de Souza

Dissertação de Mestrado

Brasília

2016



UnB

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Espacializando a *Historia do Brazil*, de frei Vicente do Salvador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Social e suas múltiplas formas.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil

Brasília

2016

Mariana Silveira Leonardo de Souza

Espacializando a *Historia do Brazil*, de frei Vicente do
Salvador

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade de Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Tiago Luís Gil (Orientador)

Prof. Dra. Martha Daisson Hameister (UFPR)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Valencia Villa (UFF)

Suplente

Prof. Dr. Marcos Aurélio de Paula (UnB)

“(...) digna é de todos os louvores à terra do Brasil, pois primeiramente pode sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras: Senão pergunto eu; de Portugal vem farinha de trigo? a da terra basta. Vinho? de açúcar se faz mui suave, e para quem o quer rijo, com o deixar ferver dois dias embebida como de uvas.

Azeite? faz-se de cocos de palmeiras. Pano? faz-se de algodão com menos trabalho do que lá se faz o de linho, e de lã; porque debaixo do algodoeiro o pode a fiandeira estar colhendo, e fiando, nem faltam tintas com que se tinja. Sal? cá se faz artificial e natural (...). Ferro? muitas minas há dele, e em S. Vicente esta um engenho onde se lavra finíssimo. Especiaria? há muitas espécies de pimenta e gengibre. Amêndoas? também se escusam com a castanha de caju, et sic de caeteris.”

(Frei Vicente do Salvador, “De outras cousas que há no mar, e terra do Brasil”)

Agradecimentos

Ao professor Tiago Luís Gil pela paciência por todos esses anos, desde o meu Quinto Semestre de graduação, lá na segunda metade de 2009, mesmo com meus atrasos (e foram muitos); fica aqui meu sincero agradecimento. Persisti graças ao seu apoio.

Aos amigos João Pedro Galvão Ramalho e Vinícius Sodré Maluly, supervisores-mores do andamento deste trabalho nesses 47 do segundo tempo, que me ajudaram a trazer esses mapas   tona no tempo livre que tinham. Não sonharia em ter finalizado esta dissertação sem a preciosa ajuda de vocês.

 s companheiras de batalha nesta reta final: Sarah Resende, Fernanda Freitas e Mariana Régis.

Aos amigos do Atlas Digital da América Lusa, desde tempos remotos até atualmente, em suas inúmeras forma es. Fico muito feliz em ter feito parte dessa empreitada em algum momento.

Aos amigos de dentro e de fora da Universidade de Brasília, da graduação, mestrado ou de outros cursos, por ouvirem desde sempre minhas angústias e exageros (grande parte dessas digressões ocorreu pelo Minhocão ou em bares por a ).

  minha família, pelo apoio que me deram esse tempo todo.

Aos funcionários da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, seu corpo docente e funcionários.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, professora doutora Martha Daisson Hameister e professor doutor Carlos Eduardo Valencia Villa.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, seu corpo docente e funcionários, pelo semestre que cursei como aluna especial. Uma experiência que não irei esquecer.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

À Universidade de Brasília, um segundo lar.

Resumo

Esta dissertação discorrerá sobre a possibilidade da representação visual de aspectos um texto narrativo seiscentista – a obra *Historia do Brazil, 1500-1627*, escrita por frei Vicente do Salvador a partir de ca. 1626 – traduzindo o texto em mapas para demonstrar uma forma diferente de apresentação das informações textuais. O trabalho contará com uma apresentação da obra do frade e de sua vida, assim como explicação da metodologia que tornou possível essa ideia. Em seguida, é apresentado o diário da pesquisa, como se deu desde o início. Depois, um resumo e análise dos capítulos de cada um dos cinco livros que compõem a obra do frade, seguidas dos mapas produzidos para alguns capítulos selecionados, a partir de seu conteúdo. O objetivo da apresentação dos mapas junto com o resumo e análise dos capítulos da obra do frade é perceber como o texto pode ter sua narrativa “desmontada” e “remontada” na forma de um mapa pelo processo do geoprocessamento, que possibilitará uma percepção diferente da informação que o autor passa na escrita.

Palavras-chave: frei Vicente, América portuguesa, mapas, espacialização, georreferenciamento

Abstract

This work disserts about the possibilities of the visual representation of aspects withdrawn of a seventeenth century narrative – the *opus* “Historia do Brazil, 1500-1627”, written by frei Vicente do Salvador around 1626 – translating the text in maps to demonstrate a different way of presentation of textual informations. This dissertation will also present the friar's work and life and an explanation of the methodology used in this paper, which made this idea possible. Next a research diary, produced step-by-step since the beginning of this research, is introduced. Then a summary of each chapter of the friar's five books that form his *opus*, followed by a production of maps for some selected chapters, based on it's contents. The purpose of the maps presented in this dissertation is to understand that a text-rich *opus* can be “disassembled” and “reassembled” in the form of a visual representation through the method of geoprocessing, which will enable a distinct perception of the information granted by the author of the book.

Keywords: frei Vicente, Portuguese America, maps, spacialization, georeferencing

Sumário

Introdução.....	14
A proposta	14
A obra	14
O autor	20
Distribuição de capítulos	21
Capítulo 1 - Propostas de georreferenciamento de textos	22
Moretti como inspiração.....	22
Capítulo 2 - Questões metodológicas e bases de dados	32
Diário da pesquisa	41
O problema das medidas.....	48
Capítulo 3 - O Livro Primeiro da “História do Brasil”	52
Capítulo 4 - O Livro Segundo	61
Capítulo 5 - O Livro Terceiro.....	74
Capítulo 6 - O Livro Quarto	93
Capítulo 7 - O Livro Quinto	109
Conclusão	127
Bibliografia.....	129
Anexo 1	130

Lista de ilustrações

Figura 1 - a título de exemplo, aqui está uma parte do mapa produzido por Charles Booth, com uma legenda posteriormente acrescentada, onde vemos as cores que o cientista social inglês usa para dividir Londres em várias classes sociais.	30
Figura 2 - O banco de dados contendo o texto transcrito da <i>Historia do Brazil</i>	33
Figura 3 - Exemplo de código livro-capítulo.....	34
Figura 4 - Exemplo de código livro-capítulo.....	35
Figura 5 - A imagem mostra os pinos que são colocados em cima das localidades que aparecem na <i>Historia do Brazil</i>	38
Figura 6 - A figura mostra os pinos que marcam os locais no banco de dados tal qual eles aparecem na narrativa de frei Vicente. A caixa à esquerda mostra o nome do “pino” (local) selecionado, suas coordenadas e os códigos de eventos conforme expostos na página 34. Dessa forma, não foi necessário adicionar um pino para cada menção de um local ao longo da narrativa, o que causaria poluição visual no mapa. Os nomes que aparecem no banco de dados mantém a grafia conforme consta na <i>Historia do Brazil</i>	39
Figura 7 - Detalhe do quadro presente na figura anterior, mostrando a aplicação de algumas das categorias de eventos descritas na página 34.	40
Figura 8 - Mapa de Albernaz I ilustrando a localização do Buraco das Tartarugas.....	47
Figura 9 - Mapa representando a viagem de Cabral na ocasião em que navegava em direção à Índia, quando, afastando-se da costa da Guiné, “por acaso” encontrou terra firme ainda inexplorada (segundo frei Vicente).	52
Figura 10 - Extensão da costa da “Terra do Brasil da Coroa de Portugal”, demonstrando o formato da harpa.	54
Figura 11 - As primeiras indicações de presença de minas pelo interior, adentrando pela capitania de São Vicente em direção ao sertão e pela do Espírito Santo até a Serra do Mestre Álvaro. Os círculos que vemos na imagem tratam-se das localidades das vilas e de alguns outros pontos relevantes à narrativa do frade.	55
Figura 12 - Mapa mostrando uma aproximação das regiões habitadas pelos cinco principais grupos indígenas que frei Vicente descreve neste momento em sua narrativa. A extensão se dá pela costa justamente para ilustrar o fato de que os portugueses ainda não haviam se arriscado pelo sertão nestes tempos.	58
Figura 13 - Mapa que demonstra um ataque português contra duas nas francesas que se encontravam na boca do Rio Paraguaçu, em 1521, conforme consta no Capítulo Segundo do Livro Segundo.	62
Figura 14 - Distância da vila de São Vicente até a Vila de São Paulo, conforme consta no Capítulo Segundo do Livro Segundo.	63

Figura 15 - Deslocamento da Vila da Vitória (posteriormente Vila Velha), abandonada por conta dos constantes ataques dos gentios, para sua segunda fundação, desta vez na ilha de Duarte de Lemos. O mapa também ilustra a localização da Serra do Mestre Álvaro, que além de ser um ponto de referência para os navegantes na costa, era apontado pelo frade como local que dava sinais de pedras preciosas.	64
Figura 16 - Localização aproximada da Vila de Porto Seguro e o constante aperto que os Aimorés implantavam nos portugueses.	65
Figura 17 - A violência do ataque dos Aimorés fez com que a população da cabeça da capitania debandasse para outras localidades, inclusive outras capitânias.	66
Figura 18 - A localização da Vila de Iguaraçu (sic) e a representação do cerco que o gentio infligiu sobre os brancos.	68
Figura 19 - Representação das guerras entre brancos e gentio bárbaro do Cabo de Santo Agostinho nos Guararapes.	69
Figura 20 - Os navios em preto simbolizam as embarcações francesas. As naus portuguesas entram em conflito com as francesas e arrasam o forte que os franceses construíram na ilha.	70
Figura 21 - A malfadada tentativa de Luiz de Mello de tentar se estabelecer no território hoje pertencente ao Maranhão. A seta marrom indica sua primeira viagem, tendo posteriormente se perdido nos baixos da costa e arribado nas Índias de Castela. Depois de conseguir retornar ao Reino e ir para a Índia Oriental, onde conseguiu fazer fortuna, Luiz de Mello tenta sua campanha pela capitania novamente, mas se perde em alto-mar e não há mais notícia sua.	72
Figura 22 - A facilidade de deslocamento desde o Reino até a cidade da Bahia.	76
Figura 23 - A jornada do padre Sardinha e seu fim próximo ao rio Cururipe, onde foi devorado pelos Caetés, juntamente com a maioria da tripulação.	78
Figura 24- Os conflitos com os Tapuias no rio Bricaré (sic) e a morte de Fernão de Sá, em 1557; no quadro de baixo, a viagem de Mem de Sá para dar guerra aos franceses que se apoderaram da baía do Rio de Janeiro, para destruir um forte que o invasor havia construído.	80
Figura 25 - Representa o espaço global e as conexões que esses espaços tinham com a América Portuguesa. A Cidade da Bahia servia de caminho para as naus poderem invernar depois de viagens muito longas e arriscadas como as para a Ásia. Muitas vezes, as embarcações chegavam de arribada à costa da Bahia por conta das condições das penosas viagens.	81
Figura 26 - Tendo sido expulsos da região da cidade de São Sebastião, os Tamoios migram para a capitania de São Vicente, onde causam grandes danos.	82
Figura 27 - Jorge de Albuquerque sai da Vila de Olinda no ano de 1560 para combater o gentio do Cabo de Santo Agostinho numa guerra que se estende por cinco anos, até que,	

em 1566, decide retornar a Portugal. Em algum lugar no Oceano, sua nau é abordada por corsários franceses, que o faz de prisioneiro, até que Jorge de Albuquerque e sua tripulação conseguem escapar do controle francês devido a uma tormenta próxima a Ilha Terceira, de onde andaram à deriva até conseguirem ajuda de outros navios portugueses e chegarem em Cascais.....	83
Figura 28 - Ataques dos Tamoios e dos franceses à cidade de São Sebastião.	85
Figura 29 - O mapa mostra dois momentos dos conflitos entre os dois grupos de Tapuias. Um dos grupos, tendo como principal o índio chamado Porquinho, tem auxílio dos portugueses na luta contra o grupo rival, do principal Seta.	91
Figura 30 - O mapa acima diz respeito aos dois primeiros capítulos do Livro Quarto. Retrata a jornada de Diogo Flores de Valdéz desde Cádiz até a capitania do Rio de Janeiro, onde a frota inverna até descerem no caminho do Rio da Prata para poderem construir as fortalezas de Sua Majestade no Estreito de Magalhães. Porém, um sem-número de infortúnios impede o sucesso da jornada. A frota é forçada a se dispersar por portos seguros, como Buenos Aires, Santa Catarina e São Vicente. Neste último local, três navios castelhanos impedem um ataque de duas embarcações inglesas à vila desde a costa. Diogo Flores de Valdéz então segue à Bahia.	95
Figura 31 - O primeiro infortúnio de Frutuoso Barbosa em sua viagem de Olinda até as proximidades de Cabedelo, na Paraíba, para iniciarem a campanha de conquista daquele território. Depois de uma desastrosa arribada nas Índias de Castela e de seu retorno ao Reino, Barbosa volta à Olinda para começar de vez sua jornada à conquista da Paraíba, campanha que conta com a ajuda do castelhano Diogo Flores de Valdéz.	96
Figura 32 - Diogo Flores parte da Bahia para Cabedelo, parando antes na Vila de Olinda, de Iguaraçu e em Itamaracá para arregimentar pessoas para a campanha. O quadro de situação representa a localização do Forte São Felipe, construído para dar início ao estabelecimento dos portugueses na região e expulsão tanto de franceses quanto dos Potiguares que com eles se envolveram. Cerca de um ano depois, outro forte seria construído, o de Nossa Senhora das Neves.....	97
Figura 33 - Campanhas em direção ao sertão da Paraíba desde o forte de Nossa Senhora das Neves encontram um cerco de Potiguares nas proximidades de uma serra, onde se inicia mais um conflito.	99
Figura 34 - Possível rota de Gabriel Soares de Souza até o sertão da capitania da Bahia em busca de minas de metais preciosos e possível local de sua morte.	102
Figura 35 - Jornadas por mar e terra partindo da Cidade da Bahia e da Vila de Olinda para dar início à campanha do Maranhão. No começo, a campanha portuguesa se estabelece em um forte construído no Buraco das Tartarugas, atual Ceará. De lá, partem para a conquista do Maranhão, em 1612.	109

Figura 36 - Jornada de Jerônimo de Albuquerque “Maranhão” desde a Vila de Olinda até o Buraco das Tartarugas, onde entra em conflito com franceses em mar e terra, em 1614.	111
Figura 37 - Jerônimo de Albuquerque parte do Buraco das Tartarugas para dar guerra aos franceses que se estabeleceram na Ilha de São Luís, ajudados do gentio local. Para isso, Albuquerque constrói o Forte de Santa Maria, que é atacado pelo gentio e pelo capitão francês Daniel de La Touché.	112
Figura 38 - A frota do capitão Johan Van Dorth sai da Holanda em 1623 e aporta na Ilha de São Vicente, no Cabo Verde, à espera dos outros navios. Já em 1624, os ataques holandeses ao Recôncavo baiano se iniciam. A freguesia de Vila Velha é atacada e seus defensores saem em direção a São Bento para se fortificarem. São Bento passa a ser um dos principais pontos de defesa e resistência da Cidade da Bahia contra os invasores holandeses.	115
Figura 39 - Os holandeses realizam ataques em vários locais do Recôncavo, se apoderando de engenhos e escravos africanos nas freguesias e por vezes destruindo outras propriedades. O bispo d. Marcos Teixeira e mais alguns homens se reúnem no arraial do Rio Vermelho, de onde saem ataques e emboscadas aos holandeses próximos àquele sítio, bem como algum auxílio à Cidade da Bahia.	116
Figura 40 - O mapa representa os dois principais pontos de defesa dos portugueses e moradores da terra contra o invasor holandês: São Bento e Santo Antônio Além do Carmo. Baterias foram instaladas nesses dois pontos, que também foram entrincheirados.	120
Figura 41 - Representação do final dos conflitos no Carmo, onde o coronel holandês decide entregar-se aos portugueses e dar a batalha por vencida no dia 30 de abril de 1625, segundo o frade.	122

Introdução

A proposta

O objetivo deste trabalho é trazer a *Historia do Brazil* do frei Vicente do Salvador em forma de mapas, o que entendo aqui por espacializar a narrativa. A espacialização consiste em colocar as ideias do texto estudado sob diferentes formas de representação espacial. Entre essas formas estão os mapas. O que foi feito neste trabalho foi a análise dos capítulos da obra de frei Vicente e a produção de sua visualização gráfica, nos capítulos em que cabia essa forma de representação.

Esse trabalho significa “desmontar” o texto e aplicar as suas partes como signos em uma linguagem gráfica diferente da linguagem textual tradicional. Isto permite que algumas informações possam ser compreendidas pelo leitor de maneira mais prática e interessante, por vezes ajudando a visualização do que o autor propôs na escrita de seu texto. A ideia de se trabalhar com a *Historia do Brazil* surgiu com a vontade de espacializar sua obra de uma maneira que ainda não havia sido realizada.

Nesta tarefa foi necessária a utilização de *softwares* de georreferenciamento e de sistemas de informações geográficas em conjunto com bases de dados digitais, para que houvesse um tratamento do texto que viabilizasse a retirada das informações para que fossem transformadas em mapas.

A obra

Os cinco livros da *Historia do Brazil*, devido ao conteúdo diferente dos dois primeiros livros em comparação ao que é apresentado nos três seguintes, podem ser divididos em dois grupos. Ao longo da narrativa, percebe-se a diferença na descrição que o frade faz do espaço nesses dois grupos. O primeiro – os dois primeiros livros – trata da história do Brasil desde o seu descobrimento e das políticas da coroa portuguesa para dividir o território entre capitanias hereditárias, estratégia de administração local que se mostrou rentável nas ilhas de domínio português ao longo da costa africana.

O segundo grupo de livros, que abarca os três últimos, começa a tratar da sucessão dos governadores no território da América lusa. Os três livros trazem em seus títulos a duração de sua narrativa, que começa com a chegada de tal governador até a chegada de mais outro (mas não são governadores sucessivos; abarcam uma duração maior). O livro Terceiro começa pela chegada de Tomé de Sousa à Bahia em 1549 até a chegada de Manuel Teles Barreto, em 1582. O livro Quarto trata do governo de Manuel Teles Barreto até a chegada de Gaspar de Sousa, em 1613, e onde começa a crônica do livro Quinto e último, até a chegada de Diogo Luís de Oliveira, em 1626.

O primeiro livro contém 17 capítulos, onde são descritas a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro no ano de 1500, a razão da escolha do nome “Brasil” ao território, da existência de minas de metais preciosos, das faculdades curativas das plantas e árvores, da fauna e as características climáticas e geográficas do território da América lusa. Aqui ainda estão presentes algumas descrições das atividades extrativistas que começaram a ser praticadas naquele momento, como a extração de sal do Cabo Frio e no Rio Grande, que começariam décadas depois.

Cinco capítulos do Livro Primeiro – do doze ao dezessete – são dedicados aos índios do Brasil, onde o frade explica rapidamente as diferenças que alguns grupos têm entre si, comparando-os a partir do grau de barbaridade que apresentam. Todos são bárbaros, mas alguns sequer constroem casas para habitar; são nômades e atacam seus inimigos como animais em tocaia, saindo dos matos. Outros grupos – o frade faz uma pequena lista no capítulo doze do mesmo livro – ainda que bárbaros, vivem em suas aldeias e tendem a ser mais dóceis em relação aos portugueses, apesar de acontecerem diversas revoltas ao longo dos livros, como veremos mais adiante.

O frade também relata os costumes dos índios, como fazem suas festas, como enterram seus mortos, como é seu estado de luto, as armas que usam para caça e guerra, como curam os enfermos, entre outras coisas, enquanto reprova o costume

dos principais de terem mais de uma esposa – o abandono desse costume era inclusive uma das mais importantes condições para a conversão ao cristianismo.

O Livro Segundo é o menor de todos: contém 14 capítulos no total. Começa com uma breve explicação do frade sobre como funciona a jurisdição das capitanias que na província recém-descoberta foram implementadas. Cada donatário que se oferecesse para o dever de dominar o terreno e povoá-lo teria direito à cinquenta léguas de costa e mais todo o sertão adentro que seu quinhão abarcasse, tudo às suas custas. Antes da adoção do sistema de capitanias na América portuguesa, o frade afirma que houve expedições lusas ao longo da costa, mas a empresa colonizadora decolou de vez quando os navegantes notaram a presença cada vez mais comum de franceses ancorados pela costa, utilizando-se da mão-de-obra indígena para conseguirem pau-brasil e levarem para a França. Para combater essa constante ameaça, afirma o frade, Pero Lopes de Sousa aconselhou que el-rei d. João III tomasse logo alguma atitude.

Os capítulos seguintes tratam cada um de uma capitania, especificamente, começando com a de São Vicente, doada a Pero Lopes de Sousa, e subindo para as mais ao norte até chegar na do Maranhão, cedida a Luís de Melo da Silva, porém o frade nos avisa que ele não seguiu a ordem correta das sucessões nem das capitanias. Frei Vicente explica como se deu a distribuição das terras entre os capitães-donatários, as peculiaridades com as quais estes tiveram que lidar para começarem o usufruto da terra, os conflitos que tiveram com os índios e as dificuldades de alguns donatários em conseguir chegar ao seu destino.

O Livro Terceiro começa com a chegada de Tomé de Sousa à Bahia em 1549 e a elevação da atual Salvador à cidade da Bahia. A partir daí, instala-se o governo-geral no Brasil, tendo esta cidade como sua sede. O livro trata das medidas administrativas do governo-geral até o momento da chegada do governador Manuel Teles Barreto, em 1582, que seria o oitavo governador-geral do Brasil. Este livro termina com a guerra de sucessão ao trono português, causa indireta da morte do governador Lourenço da Veiga.

O Livro Quarto é um dos mais volumosos, com quarenta e sete capítulos, sendo que parte do capítulo 24 até parte do capítulo 30 estão perdidas. Este livro trata de forma mais detalhada sobre as campanhas que se fizeram para a conquista da Paraíba, incluindo relatos sobre as lutas contra os Potiguares, que dominavam a região no momento e faziam alianças com os franceses – que usavam sua mão-de-obra para conseguirem pau-brasil e manterem os portugueses afastados – assim como o conflito contra outros grupos indígenas, em menor escala se comparados aos conflitos que portugueses e colonos tiveram com os Potiguares.

O Quinto e último livro tem quarenta e oito capítulos, sendo que estão perdidos parte do nono capítulo até o décimo sétimo. Este livro trata também das expedições ao Maranhão e como se deu início a sua conquista, novamente contra os franceses, e como foi assinada sua capitulação na região e como depois se alcançou a paz com o gentio. Mas o foco deste livro é a invasão holandesa na cidade da Bahia, em 1624, e as lutas pela restituição da cidade, que se deu no ano seguinte. Durante a invasão holandesa, o frade foi preso junto com outro franciscano e forçado a viver numa nau, indo à terra somente para realizar seus deveres religiosos. Nesse contexto, os espaços que compõem a cidade ganham maior destaque do que vimos em capítulos anteriores, bem como também ganham destaque os arredores da cidade da Bahia, como freguesias, engenhos e arraiais. Isso mostra uma mudança na “escala” da descrição do frade ao longo da obra, dando a impressão de um *zoom* na imagem do mapa, onde o leitor fica cada vez mais próximo à objetos como edifícios e embarcações, por exemplo, bem como aos bairros da cidade de Salvador.

Pelo que se vê nos mapas produzidos para esta dissertação e pela coletânea dos nomes das localidades para o banco de dados, a Bahia sempre teve maior destaque do que outros lugares, sendo a palavra que mais se repetiu. A partir do Livro Segundo isso fica claro nos mapas, onde há grande concentração de menções na região de Salvador e arredores. Deste livro em diante, a capitania da Bahia passa a protagonizar várias vezes no cenário dos acontecimentos mencionados por frei Vicente: no Livro Segundo, devido também ao capítulo dedicado a explicar como se deu a doação das terras da capitania a seu capitão donatário, o fidalgo Francisco Pereira Coutinho; e como do Livro Terceiro em diante o tema é a sucessão de

eventos que se deram a partir da instauração do governo-geral na América portuguesa, a capitania da Bahia passa a ser mencionada com maior frequência, tanto pelo que acontece em seu território quanto pelas medidas tomadas dos governadores em relação às demais capitanias e regiões que ainda estavam começando a ser exploradas.

A poesia sempre fez parte da narrativa do frade, de alguma forma. Frei Vicente afirma, no Capítulo Sétimo do Livro Segundo, que “os índios velhos” comparam o formato do Brasil com o de uma pomba, tendo a terra da Bahia como seu peito.¹ Ademais, no Capítulo Segundo do Livro Terceiro, o frade conta como Tomé de Souza recebeu ordens para povoar a Bahia por esta terra ter sido descrita por Francisco Pereira Coutinho e por outros cronistas como sendo fértil e repleta das qualidades necessárias para se erguer uma próspera povoação, além de se localizar “no meio das demais capitanias (...) como se fosse um coração no meio do corpo, donde todas [as demais capitanias] fossem governadas, e se socorressem”².

A objetividade na descrição do território não muda de forma drástica entre os dois grupos de livros; enquanto há poesia e figuras de linguagem sendo empregadas na descrição do espaço da terra da Bahia, sua aparição nos demais capítulos, onde ocorrem os eventos de grande expressão que compõem a formação histórica do Brasil de frei Vicente, não abandona completamente esse formato para adotar um que seja mais racional, objetivo ou descritivo no que tange a especificidades topográficas, visto que frei Vicente não tinha essa formação ou mesmo essa preocupação. O fato é que, uma vez tendo sido descritos os lugares que seriam relevantes a narrativa de alguma forma, o frade poderia limitar-se a explicar o que estava acontecendo naquele território ou o que surgiria de lá que poderia afetar a narrativa, como a saída de uma companhia para dar guerra ao gentio de alguma região. O frade limita-se, portanto, a detalhar as ações que definem os fluxos que moldam o espaço em questão.

¹ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 102.

² Id., p. 153.

Um momento em que o frade apresenta maior riqueza em detalhes de um local específico ocorre quando ele narra o desenrolar da invasão holandesa em Salvador, em 1624. A partir daí, frei Vicente esmiúça um pouco mais da configuração da cidade, uma vez que ele conta onde foram montadas baterias e barricadas, bem como em quais pontos estratégicos da cidade foram posicionadas as peças de artilharia usadas no combate aos holandeses – objetos como as portas de São Bento e do Carmo passam a aparecer na narrativa. Fora do perímetro urbano existe menos detalhe na localização dos engenhos citados, mas a sensação que se obtém da leitura do que é narrado pelo franciscano permanece a de o leitor estar olhando em um mapa mais detalhado e de maior escala que os mapas que foram feitos de momentos anteriores da narrativa – como se tivéssemos acionado o *zoom*.

As mudanças de temática ao longo da narrativa nos cinco livros acarreta numa diferença no modo como o espaço é representado na obra do frade. Como está explicitado acima, os dois primeiros livros tratam de temas mais abrangentes, com grande amplitude na abordagem dos mesmos, não dedicando muitos detalhes aos assuntos – a não ser quando o frade explica ao leitor o modo como vivem os índios, assunto no qual frei Vicente se debruça por 5 dos 17 capítulos do Livro Primeiro, enquanto outros temas têm seu início e se encerram em apenas um capítulo deste mesmo livro.

No Livro Segundo, a noção de espaço deixa de ser essa massa amorfa e passa a ganhar um pouco mais de contorno e nitidez com a introdução do tema das capitânicas hereditárias e a explicação do funcionamento desse sistema na América portuguesa, tendo sido apontado por frei Vicente como um sistema que se mostrou eficaz em outras terras sob domínio português, em particular as ilhas na costa da África. Essa impressão de contorno e nitidez da forma do espaço que se leva a partir da leitura do Livro Segundo da *Historia do Brazil*.

A ideia que se tem a partir da leitura dos Livros Terceiro e Quarto é a do espaço desconhecido a ser explorado, com as entradas para o sertão e as guerras contra o gentio bravo sendo narradas, com os sucessos e derrotas dos portugueses contados com relativo detalhe.

O autor

Vicente Rodrigues Palha nasceu em Matuim, distante cerca de seis léguas de Salvador, na capitania da Bahia, em 20 de dezembro de 1564³. Sua formação intelectual começa no colégio dos jesuítas de Salvador, porém as fontes carecem de informação com respeito à idade com a qual o jovem ingressou no Colégio, ou por quanto tempo ficou por lá. Depois desse período, novamente sem informações sobre sua idade, foi para o Reino, onde passou a estudar em Coimbra, formando-se em direito Civil e doutorando-se em Teologia e direito Canônico⁴.

Vicente retorna ao Brasil em 1591, onde foi ordenado sacerdote, trabalhando como cônego da Sé da Bahia e vigário-geral⁵. Vai para o Rio de Janeiro em 1607, depois da criação da Santa Casa de Misericórdia. Em 1612, retorna para a Bahia para assumir o cargo de guardião da Santa Casa de lá. Retorna para Portugal em 1618, onde, provavelmente, conheceu Manuel Severim de Faria⁶, que pediu para que o franciscano escrevesse uma obra que tratasse “das cousas do Brazil” para constar em sua biblioteca.

É possível que tenha começado a escrever a *História do Brasil* logo em 1620, quando retornou de Portugal, pois no ano anterior havia recusado o cargo de guardião da Bahia, o que pode significar que frei Vicente o tenha feito para poder se dedicar à escrita da obra, que certamente tomaria muito de seu tempo⁷. A partir de então, viaja constantemente entre missões, assumindo cargos e lidando com assuntos eclesiásticos em várias capitanias, até que, no dia 28 de maio de 1624, indo do Rio de Janeiro até a Bahia, teve o navio no qual viajava aprisionado pelos holandeses que haviam invadido Salvador desde maio daquele ano, permanecendo preso no navio holandês por meses⁸. Depois de 1627 quase não existe informação sobre o franciscano. A data de seu falecimento é incerta, acreditando-se ser entre 1636 e

³ Capistrano de Abreu, no prefácio do volume 13 dos anais da Biblioteca Nacional, aponta a data de nascimento do frei baiano parece ser a de 20 de dezembro de 1564, mas não dá certeza sobre a precisão da data, por não haver informação precisa a respeito. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. 13 (1888): vi.

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

⁶ Manuel Severim de Faria (1583-1655), chantre e cônego da Sé de Évora, escritor e erudito português, colecionador de obras e crônicas a respeito das conquistas lusitanas ao redor do mundo.

⁷ Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro., xi.

⁸ Ibid., ix. De acordo com o relato do frei, ele ficou por quatro meses como prisioneiro, mas Capistrano, na introdução do volume 13 dos Anais da Biblioteca Nacional afirma que o franciscano ficou preso até fins de julho.

1639, pois seu nome passa a não constar mais nos documentos da custódia da Bahia a partir de 1639⁹.

Distribuição de capítulos

O Capítulo 1 explica as propostas de georreferenciamento de texto e suas possibilidades. O Capítulo 2 traz as questões metodológicas e um “diário de pesquisa”, conforme foi se desenvolvendo ao longo do trabalho com a base de dados. O Capítulo 3 trata do Livro Primeiro da *Historia do Brazil*, apresentando menos mapas devido ao conteúdo do Livro, mais geral e amplo. O Capítulo 4 abarca o Livro Segundo da obra do frade, que fala da divisão do território em capitanias hereditárias; o Capítulo 5 o Livro Terceiro e o início do governo-geral na América Portuguesa; o Capítulo 6 fala sobre o Livro Quarto e o começo do reinado de Filipe II de Castela sobre Portugal. O Capítulo 7 e último trata do Livro Quinto da *Historia do Brazil*, que conta da conquista do Maranhão e a invasão holandesa na cidade da Bahia.

⁹ Ibid.

Capítulo 1 - Propostas de georreferenciamento de textos

Moretti como inspiração

O objetivo deste capítulo é discutir o uso das obras propostas de Franco Moretti para o estudo da *Historia do Brazil* de frei Vicente. O *Atlas of the European Novel*¹⁰ foi largamente utilizado na confecção deste capítulo. Moretti começa o livro com uma afirmação: a de que a geografia, o *espaço*, portanto, não é uma caixa onde a história acontece de forma simples e passiva; na verdade acontece o contrário: o espaço *molda* os agentes e os eventos.

Dentre as várias formas de representação gráfica que permeiam os estudos de Moretti sobre a geografia da literatura na Europa dos anos de 1800 a 1900, a forma que aparece com maior destaque é a do mapa. Porém, é necessário observar que as tantas outras formas – gráficos, histogramas, diagramas, enfim – utilizadas por Moretti também são chamadas, em seu estudo, de mapas; talvez a título de simplificação, ou talvez porque todas essas formas estão lá para desempenhar o mesmo objetivo: o de tornar visíveis as conexões entre os elementos da pesquisa.

Traduzir uma dessas conexões na forma de um mapa – aqui a palavra já aponta para um significado mais abrangente, o de mais de um tipo de representação gráfica, como dito anteriormente – significa a possibilidade de trazer à tona relações, ligações, padrões que nos escaparam ou que não ficaram claros durante a leitura do texto.

Moretti traz uma distinção entre o *espaço na literatura* e a *literatura no espaço*: no primeiro caso, temos o domínio da ficção no espaço, que o autor exemplifica como sendo as visões que os autores dos romances têm de suas cidades, de suas vilas, de outros países ou continentes (no caso dos romances que se passam na África do século XIX, os contos das aventuras dos exploradores europeus no desbravamento do continente, obras que trazem, obviamente, um viés etnocêntrico

¹⁰ MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel [1800 - 1900]*. London; New York: Verso, 2011.

comum para o período); o segundo caso trata em seu corpo o espaço histórico real. Os romances históricos entram nessa segunda categoria. Esses dois espaços são distintos, porém tratá-los como tal não interfere no método de pesquisa.

O mapa tem, portanto, a função de levantar ideias e trazer dúvidas a quem o contempla. “Um mapa produz mil palavras”. Eles fazem parte da explicação, do desenvolvimento e da elucidação da questão inicial, e não apenas da conclusão, da resposta. Eles “trazem à luz a lógica interna da narrativa: o domínio semiótico ao redor do qual o enredo é amalgamado e se autorrealiza”¹¹.

Os mapas que ilustram o livro de Moretti têm a proposta de trazer à superfície as questões que ele põe na **forma** dos romances e suas relações internas, cujas variáveis viviam mudando de acordo com o contexto do que era analisado. Entre essas variáveis estão os personagens narrados (nesse caso, a maior dúvida se apresenta sob a pergunta: quais sujeitos deveriam ser adicionados aos mapas?), quais momentos narrativos deveriam ser levados em consideração, quais elementos do contexto do romance, entre outras.

Moretti faz uso do método quantitativo para a análise dos romances e de suas recepções; para tanto, utiliza uma série de dados consistentes. Na minha pesquisa, disponho de uma fonte – a obra de frei Vicente do Salvador, a *Historia do Brazil*, que é dividida em cinco livros – e pretendo com isso tratar a forma como o frade escreve sobre os agentes históricos e suas ações através da narrativa. Nesse caso, pretendo tratar as pessoas sobre as quais ele escreve como essas “séries consistentes”.

Esse “experimento”, nas palavras de Moretti, terá sucesso através da abstração e da quantificação, fazendo uso de séries consistentes e largas, “onde o significado da forma termina sendo maior que a soma dos vários textos”¹². O que fiz com minha fonte foi justamente abstrair os dados dos quais dispunha – os nomes dos agentes – e separá-los em uma série utilizando um banco de dados construído para esta pesquisa, onde eu também separei outros tipos de dados, como as localidades

¹¹ MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel [1800 - 1900]*. London; New York: Verso, 2011. p. 5.

¹² Id.

que aparecem na narrativa e os marcos geográficos onde ou próximos a onde se realizam os episódios historiados pelo frade.

No caso de minha fonte, disponho de uma obra que contém cinco livros, divididos em vários capítulos. Os dois primeiros livros da obra podem ser entendidos como semelhantes às crônicas de viajantes europeus que descreviam o território colonial com seus habitantes nativos, seus costumes, a fauna e flora, a geografia, as lendas, como vivem os colonos, entre outras informações dignas de nota. Os três últimos livros trazem uma sucessão dos eventos que moldaram o espaço e a política do território da América lusa, trazendo os nomes dos agentes que participaram dessa *Historia*; em sua maioria, eram os governadores, capitães, senhores de engenho, fidalgos europeus – há um número de “italianos” e, em menor proporção, “alemães”¹³ em algumas empreitadas.

O que pretendo fazer é explorar, na narrativa de frei Vicente, o modo como o frade trata a ação das pessoas que ilustram sua obra. Como se trata de um trabalho que poderia trazer em si a característica de um **manual**, distribuindo bons exemplos de governo para serem seguidos por seus leitores – a elite letrada do Império – à moda de outras obras contemporâneas à *Historia*, como os tratados de Razão de Estado e, mais notadamente, *O Príncipe* de Maquiavel¹⁴, tinha um público-alvo específico. Para alcançar aquele que frei Vicente almejava ser seus leitores, o frade faz bom uso da retórica e de outros recursos linguísticos para levar seu público-alvo a se convencerem do que estavam lendo. Um exemplo disso é como o frade enaltece o serviço que alguns homens prestaram à causa do desenvolvimento da terra, notadamente governadores como Mem de Sá. Em contraste, o motivo das omissões também merecem ser analisadas.

Houve quem pensasse na necessidade de um Atlas literário antes de Moretti, como ele mesmo exemplifica na página 7 do *Atlas*. Porém, nessas obras, os mapas são mostrados mais como uma decoração, como elementos visuais “que não

¹³ Esses gentílicos são usados pelo frade em sua narrativa, embora os estados nacionais ainda não correspondessem a uma realidade durante os Seiscentos e os Setecentos.

¹⁴ Todas essas obras seguiam o modelo de pensamento próprio do período Barroco, sendo uma característica comum entre essas obras o fato de elas serem carregadas de alvitre.

interferem no processo interpretativo”¹⁵ do que como uma ferramenta que auxilie na compreensão do problema. Creio que isso se mostra como mais um motivo do porquê o método proposto por Moretti seja de maior utilidade para o que me proponho a analisar na minha pesquisa.

O *Atlas of the European Novel* é dividido em três capítulos, além da Introdução. O primeiro capítulo ilustra como é construída a relação recíproca entre o romance e o espaço: como o conceito de um espaço geográfico específico tornou-se a “nação” dos personagens (Moretti chama essa circunscrição de **Estado-nação**, ainda que o espaço em questão não se configure propriamente como o conceito moderno de Estado), como isso se tornou “palpável”, compreensível, a partir do romance – e como esse conceito passou a definir a própria forma do romance.

O segundo capítulo procura entender como os romances criam mecanismos narrativos que são capazes de “ler” os espaços urbanos, e como o espaço se configura a partir desses mecanismos – quais os “lados” de cada cidade o autor quer mostrar em seu romance, como o *status* social interfere na motivação dos personagens, enfim.

O terceiro e último capítulo trata de um exercício de história quantitativa dos romances existentes nas *circulating libraries*¹⁶ da Inglaterra e de alguns outros países europeus, de modo que, dessa forma, Moretti procurou encontrar a forma do “mercado das narrativas”, ou *quem lia o quê* em uma determinada região – e se o tipo de leitura diferia entre habitantes da cidade, do campo, ou de um país inteiro.

Os três capítulos servirão para o meu trabalho de uma forma ou de outra. Pensei em utilizar o que Moretti traz no primeiro capítulo para o caso da invasão dos holandeses na cidade de Salvador, em 1624. A visão que ele traz no segundo capítulo, sobre a configuração do espaço da cidade a partir dos mecanismos narrativos, servirá para mapear também esse episódio do conflito com os holandeses. Quanto ao terceiro, penso que existe a possibilidade de estudar outras

¹⁵ MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel [1800 - 1900]*. London; New York: Verso, 2011. p. 7.

¹⁶ Tratavam-se de livrarias que permitiam que leitores pegassem livros emprestados, cobrando uma determinada taxa pelo empréstimo.

obras de franciscanos e outros exemplos de “manuais” de governo, fazendo um breve estudo comparativo com a obra de frei Vicente. Porém, não disponho de tempo para levar a cabo todos esses objetivos para a presente dissertação. O que posso fazer no momento é me ater à metodologia de Moretti para transformar em imagens as informações que pretendo extrair do texto.

Em seu “Capítulo 1: O romance, o Estado-nação”, Moretti começa usando Jane Austen (1775 – 1817) como exemplo. Ele mostra como a escritora inglesa criou em seus romances uma imagem reduzida, porém “palpável”, da Inglaterra de sua época ao excluir alguns elementos importantes do mesmo período (como os condados que estavam vivendo o desenvolvimento da Revolução Industrial) e outras regiões que compunham o Reino Unido desde então, como o País de Gales, a Escócia e a Irlanda. “Reduzida” no sentido de ser uma Inglaterra menor que o que o país representa geográfica e politicamente no momento em que os romances de Austen foram escritos. Dessa forma, Moretti propõe que o romance cria a realidade geopolítica do Estado-nação¹⁷.

As cidades, as vilas, os vales, até o universo, segundo Moretti, são elementos da vida de uma pessoa que podem ser vistos, que podem ter suas extensões minimamente calculadas a partir da visão do sujeito, através de uma pintura, de um desenho, de números; mas o Estado-nação só passou a ser mensurado a partir do romance, que lhe atribuiu uma forma, um tamanho, a partir da visão do autor, do *espaço na literatura*, como mostrado anteriormente. O romance passa a ser a forma simbólica do Estado-nação. A forma que o espaço toma, portanto, está condicionada ao que o autor decide incluir e excluir em seu processo de escrita.

Com isso, Moretti ainda aponta para as diferenças entre as *lealdades locais* e as *lealdades nacionais*:

- lealdades locais (anterior aos grandes eventos globalizantes como o fim dos cercamentos, a Revolução Industrial e a ampliação dos mercados internos, por exemplo);

¹⁷ MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel [1800 - 1900]*. London; New York: Verso, 2011. p. 17.

- lealdades nacionais (afirmação do estado nacional).

Mais adiante no texto, elaboro a minhas ideias quanto à questão das lealdades. Por ora, outra questão que Moretti invoca também se une a esse raciocínio: a do “invasor”, a alteridade, o “outro”.

“O ‘Outro’ hostil como fonte de identidade coletiva”¹⁸. A unidade identitária de um povo ou da ideologia que o mantém unido de alguma forma para além do limite de sua comunidade local – vila, cidade, condado... – também pode ser alcançada, nos romances, através da identificação de um inimigo estrangeiro comum. Os “vilões” dos romances vinham de fora da Inglaterra, nos casos estudados por Moretti – boa parte desses vilões era de origem francesa, que eram alvos desse tipo de hostilidade devido à natureza reformadora radical de suas revoluções e à expansão de Napoleão pela Europa. Apenas após o georreferenciamento Moretti consegue enxergar essas identidades distintas, o que destaca a utilidade desta ferramenta.

Na *Historia do Brazil*, um dos grandes “vilões” são os holandeses que invadem a cidade de Salvador em 1624, o grande evento que toma conta do livro Quinto da *Historia* de frei Vicente. Durante as batalhas, o posicionamento ideológico do frade também se faz presente: trata-se de um inimigo herege, protestante, um lado que frei Vicente não deixa de ressaltar. Ele chega a descrever o funeral de um oficial militar holandês morto em batalha, que estava sendo velado numa capela católica de Salvador, e aponta as diferenças dos rituais protestantes para os rituais católicos. Outros “vilões” seriam basicamente tudo que configurasse uma figura de alteridade em relação aos portugueses: índios não-convertidos, franceses e ingleses, as influências do Diabo nos costumes dos índios antropófagos e dos hábitos relaxados dos colonos em contraponto à observação correta do evangelho.

¹⁸ Id. p. 29.

No último capítulo do Livro Terceiro da *Historia do Brazil*, entretanto, podemos estender essa figura do Outro para os castelhanos, que até o momento não detinham essa posição na narrativa; eles assumem este papel depois da morte de D. Sebastião, em 1578 no norte da África, o que desencadeia uma série de violentos conflitos entre nobres europeus que pleiteavam o trono de Portugal. Ao final de várias batalhas o capitão Tristão Vaz da Veiga entrega a Torre de São Julião em 1580 aos espanhóis, o que marca a derrota lusitana e a instauração da União Ibérica a partir deste mesmo ano.

Outro inimigo “estrangeiro” que também se aproveita das posses portuguesas no Brasil são os franceses, pivôs dos levantes de alguns grupos indígenas contra o colono português, como os Tamoios. Os franceses aparecem durante os episódios da ocupação na capitania do Rio de Janeiro, além de aparecerem no Nordeste do Brasil em capitanias como a de Sergipe, Paraíba Rio Grande (posteriormente) e no Maranhão. Suas ações, as complicações dos eventos, seus participantes e suas marcas também se mostram dignas de serem analisadas.

Continuando a explicação sobre os romances europeus, Moretti passa a tratar do romance colonial. Ele aponta a diferença na representação do espaço que é descrito em tais gêneros literários: trata-se de um espaço linear, que ilustra a aventura do personagem, uma jornada de começo, meio e ponto final que atravessa obstáculos tais como nativos hostis, doenças estranhas ao continente europeu, calor, animais ferozes e uma geografia desafiadora, com rios, selvas e desertos perigosos. O modo como os nativos são descritos, nesses romances, já é o suficiente para que os leitores os categorizem como mais um grupo de animais ferozes, sem que o narrador precise classificá-los como tais: a própria estrutura narrativa leva o leitor a essa conclusão.

O modo como frei Vicente descreve os índios não-convertidos deixa claro que esse grupo entra na categoria de obstáculo, de entrave ao esforço civilizador dos portugueses – pior: de animais, já que alguns praticam a antropofagia. O que o frade escolhe descrever de seus hábitos, o modo como se comportam, o fato de alguns grupos praticarem a antropofagia e o fato de alguns se aliarem a franceses e

holandeses são mecanismos retóricos para garantir a desumanização dos índios não-convertidos. Pode haver a possibilidade de criar um mapa contendo os nomes dos grupos indígenas distribuídos nos espaços que ocupam na *Historia*, como também pode ser possível mapear seu deslocamento através do território, os embates que os colonos e nativos travavam em determinados momentos da narrativa, entre outras informações.

No “Capítulo 2: Um conto de duas cidades”, Moretti traz a seguinte questão: como os romances “liam” o espaço urbano? E quais mecanismos narrativos os autores usavam para fazê-lo?¹⁹ No caso de Londres, Moretti mostra como exemplo o mapa do cientista social inglês Charles Booth (1840 - 1916), como uma maneira de mapear a cidade em questão. Trata-se de um mapa feito em 1889, bastante colorido e que tem por objetivo dividir Londres entre várias classes sociais, numa tentativa de mapear a “textura” econômica da cidade, bloco por bloco, bairro por bairro. Na página seguinte está um fragmento do mapa de Booth, a título de ilustração.

¹⁹ MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel [1800 - 1900]*. London; New York: Verso, 2011. p. 79.

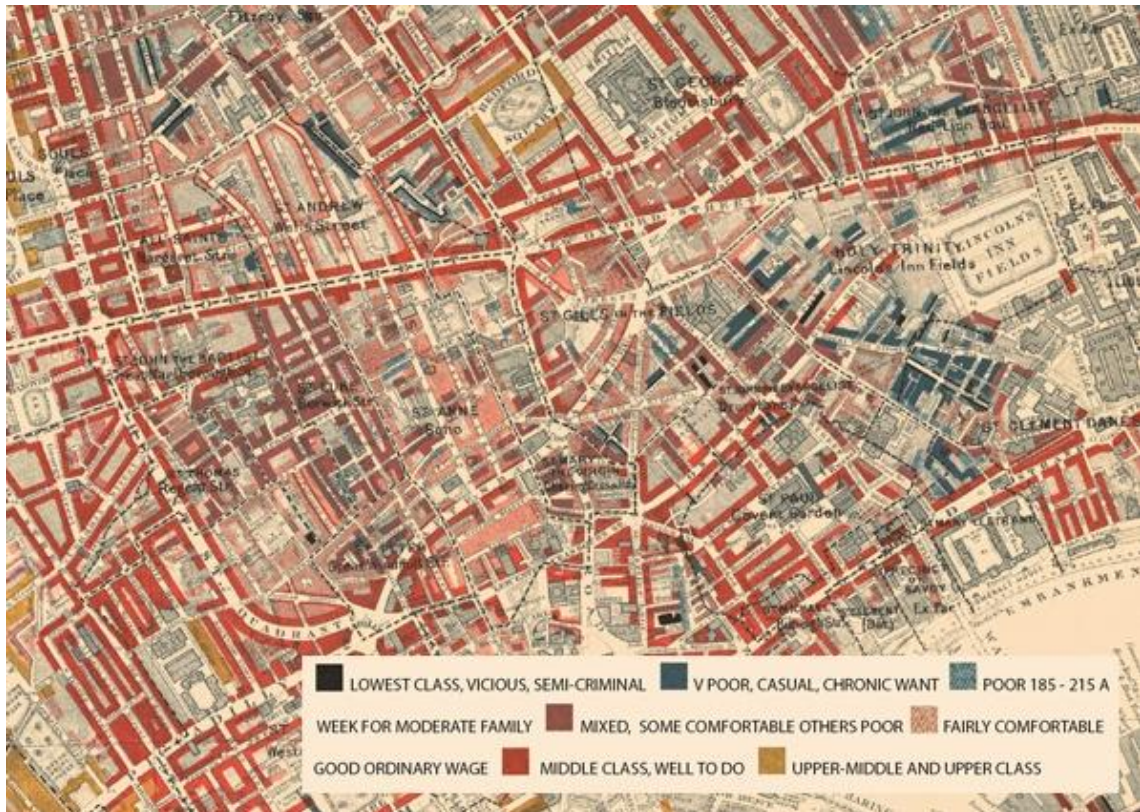


Figura 1 - a título de exemplo, aqui está uma parte do mapa produzido por Charles Booth, com uma legenda posteriormente acrescentada, onde vemos as cores que o cientista social inglês usa para dividir Londres em várias classes sociais.

A análise que Moretti fez do mapa de Booth é a seguinte: no nível macro, o mapa é um sistema auto-organizador (*self-organizing system*)²⁰, com um grupo significativo de padrões que se repetem regularmente. Ou seja, o **todo** é bem arrumado, mas suas partes individuais – o nível micro – são altamente aleatórias. Esse padrão não é o mesmo da literatura, que tinha outro jeito de mapear Londres. As *Fashionable novels* eram romances que descreviam a vida de personagens ricos, que moravam nas partes abastadas das cidades (Moretti também usa como exemplo a Paris de Balzac); tratam-se de pessoas que não trabalhavam, ao contrário dos moradores de outros bairros, mais “pobres”. Esses romances *reduzem* a complexidade urbana – o contrário do que faz o mapa de Booth, que traz inúmeros detalhes – dividindo a cidade em dois espaços: o dos ricos e o dos pobres; uma visão preta-e-branca, se comparada ao mapa colorido de Booth. Espaços diferentes não

²⁰ MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel [1800 - 1900]*. London; New York: Verso, 2011. p. 79.

são apenas cenários diferentes, mas também são matrizes narrativas diferentes. Cada espaço determina seu tipo de ação²¹.

Quanto ao Capítulo 3, que trata dos mercados narrativos, ou quais livros estão disponíveis para os leitores de determinadas regiões e como isso afeta a comunidade onde vivem, procuro tirar disso uma oportunidade para estudar as obras de outros cronistas e historiadores que escreveram a respeito do Brasil, bem como o modo como se deu a recepção das ditas obras no ambiente em que circulavam. O que pode ser dito a respeito de como Moretti abordou o tema dos mercados narrativos, por enquanto, é a respeito de seu método: ele buscou nos catálogos das *circulating libraries* de Londres quais livros estavam disponíveis para a população da cidade e depois comparou com os livros mais comumente encontrados nas estantes das casas nos ambientes rurais da Inglaterra, adotando a análise serial para realizar uma pesquisa de história social da cultura.

²¹ MORETTI, Franco. **Atlas of the European Novel [1800 - 1900]**. London; New York: Verso, 2011. p. 84.

Capítulo 2 - Questões metodológicas e bases de dados

Este capítulo terá a aparência de um “diário de pesquisa”, onde foram relatados os percalços, as dificuldades e as ideias obtidas para a realização deste trabalho. Este formato foi mais ou menos mantido na revisão e na escrita final, na expectativa de que as ideias e os objetivos dos procedimentos adotados durante a pesquisa sejam transmitidos ao leitor como se este pudesse acompanhar tais momentos quase que em tempo-real.

Foi criado um banco de dados contendo o texto transcrito da *Historia* e os dados georreferenciados. A partir desses dados e do texto, os pontos foram sendo adicionados ao mapa digital conforme sua ordem de aparição na narrativa do frade. A figura a seguir ilustra a base de dados:

Para elencar os acontecimentos narrados pelo frade na sua *Historia*, viu-se necessária a criação de um código para ajudar o leitor a compreender tais eventos nos momentos – ou seja, nos capítulos – em que aconteciam. Dessa maneira, o código a seguir foi criado, onde especifica-se primeiro, e em ordem linear crescente, o número do livro sendo presentemente estudado e, em seguida, o número do capítulo, na configuração que se apresenta da seguinte forma:

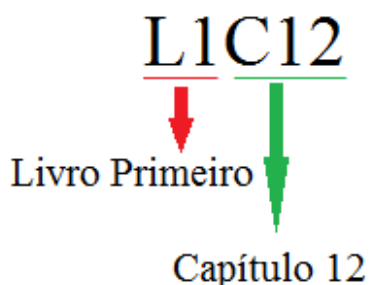


Figura 3 - Exemplo de código livro-capítulo

Para esmiuçar as referências aos diversos acontecimentos e narrativas vou usar as seguintes nomenclaturas e siglas para definir as categorias de eventos ocorridos nos determinados locais:

Categoria de eventos	Sigla
Descobrimento	DES1
Descimento	DES2
Redução	REDU
Chegada	CHEG
Início de povoamento	POVO
Edificação de vilas	VILA
Construção de fortes	FORT
Menção (de um lugar)	MENC
Extração	EXTR

Plantação	PLAN
Pesca	PESC
Currais	CURR
Produção	PROD
Conflito	CONF
Batalha	BATL
Naufrágio	NAUF
Entradas	ENTR
Presença de franceses	FRAN
Presença de holandeses	HOLD
Presença de ingleses	INGL
Morte	MORT

Se a Bahia for mencionada por frei Vicente, por exemplo, no capítulo 12 do livro Primeiro, apenas “de passagem”, isto é, sem ter uma importância muito grande no desenrolar da história deste determinado capítulo, o local será classificado com a categoria de Menção (MENC), de acordo com a tabela acima. Portanto, o ponto marcado no mapa digital terá a seguinte conformação:

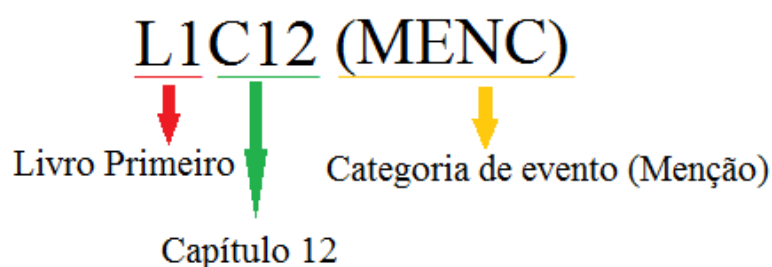


Figura 4 - Exemplo de código livro-capítulo

Quanto às categorias Conflito e Batalha, determina-se que em determinado local houve ocorrência da categoria Conflito (CONF) junto ao código ilustrado nas figuras 1 e 2 (acima), especificando contra quem tal conflito ocorreu depois de dois-pontos. Exemplo: L4C23 (CONF: FRAN) → isso especifica que houve um embate entre os colonos e franceses, neste exemplo.

Pode ser que caiba, no mesmo ponto, mais de uma situação dentre as categorias principais citadas na Tabela 1 – Categorias de Evento (mostrada acima). Neste caso, separa-se uma categoria da outra usando ponto-e-vírgula. Por exemplo: a Bahia surge numa situação de conflito entre colonos e holandeses no capítulo 42 do quinto livro e neste mesmo local, no mesmo capítulo, ocorre um naufrágio próximo ao litoral; neste caso, a marcação no mapa seguirá a seguinte configuração: **L5C42 (CONF: HOLD; NAUF)**.

ÍNDIOS:

Índios	Siglas
Tamoios	TAMO
Carijós	CARJ
Tupinambás	TUPI
Amaupiras (Anaupirás)	AMUP
Potiguaras	POTI
Goitacazes (Aitacazes)	GOIT
Aimorés	AIMO
Tupiniquins	TUPQ
Tabajaras (Tobayoyas?/Tobayáras?)	TABJ
Guararapes	GUAR
Tapuias	TAPI
Caetés	CAET

Tupiguaens	TUPE
Tocantins	TOCN

Quanto às categorias relativas ao extrativismo, tais como Extração, Plantação, Caça e Pesca, especifica-se a matéria-prima que está sendo extraída, o que está sendo plantado, o animal pescado etc, à exemplo da categoria Conflito: usando os dois-pontos após a sigla da categoria. Exemplo: em L1C11, frei Vicente afirma que em Cabo Frio se extrai sal. A marcação no tal ponto seria L1C11 (EXTR: sal). O mesmo vale para Plantação (PLAN: mandioca) e Pesca (PESC: baleia), por exemplo.

Em um primeiro momento da demarcação dos pontos no mapa digital, logo no começo desta atividade, quando ainda não havia surgido a ideia de marcar apenas um ponto e nesta marcação acrescentar as diversas vezes em que o mesmo ponto aparece na narrativa, com o detalhamento dos eventos e atividades que foram realizados em tal ponto, no formato ilustrado na Figura 3 (página 34), marcava-se um ponto (um “pino” em cima do local no mapa) para cada vez que o mesmo local era mencionado. Enquanto essa forma pudesse permitir que percebêssemos a quantidade de vezes em que o local foi mencionado novamente, devido a quantidade de eventos e atividades realizadas no local, pelo volume de pinos em cima do mesmo, isso se mostrou na realidade uma prática que levaria mais à confusão e a uma percepção esteticamente pobre do trabalho realizado.

A partir de então, adotou-se a medida das siglas divididas em livros e capítulos, como a Figura 3 (p. 34) mostra. Com isso, a “bagunça” do amontoado de pinos sobre o mesmo ponto foi substituída por um único ponto sobre o local, que leva dentro da opção Propriedades a descrição das vezes em que o ponto é mencionado em determinado livro, em quais capítulos desse livro o local aparece de acordo com a narrativa, o que aconteceu naquele local e demais informações pertinentes, como vimos anteriormente. As duas próximas figuras ilustrarão o uso dos pinos:

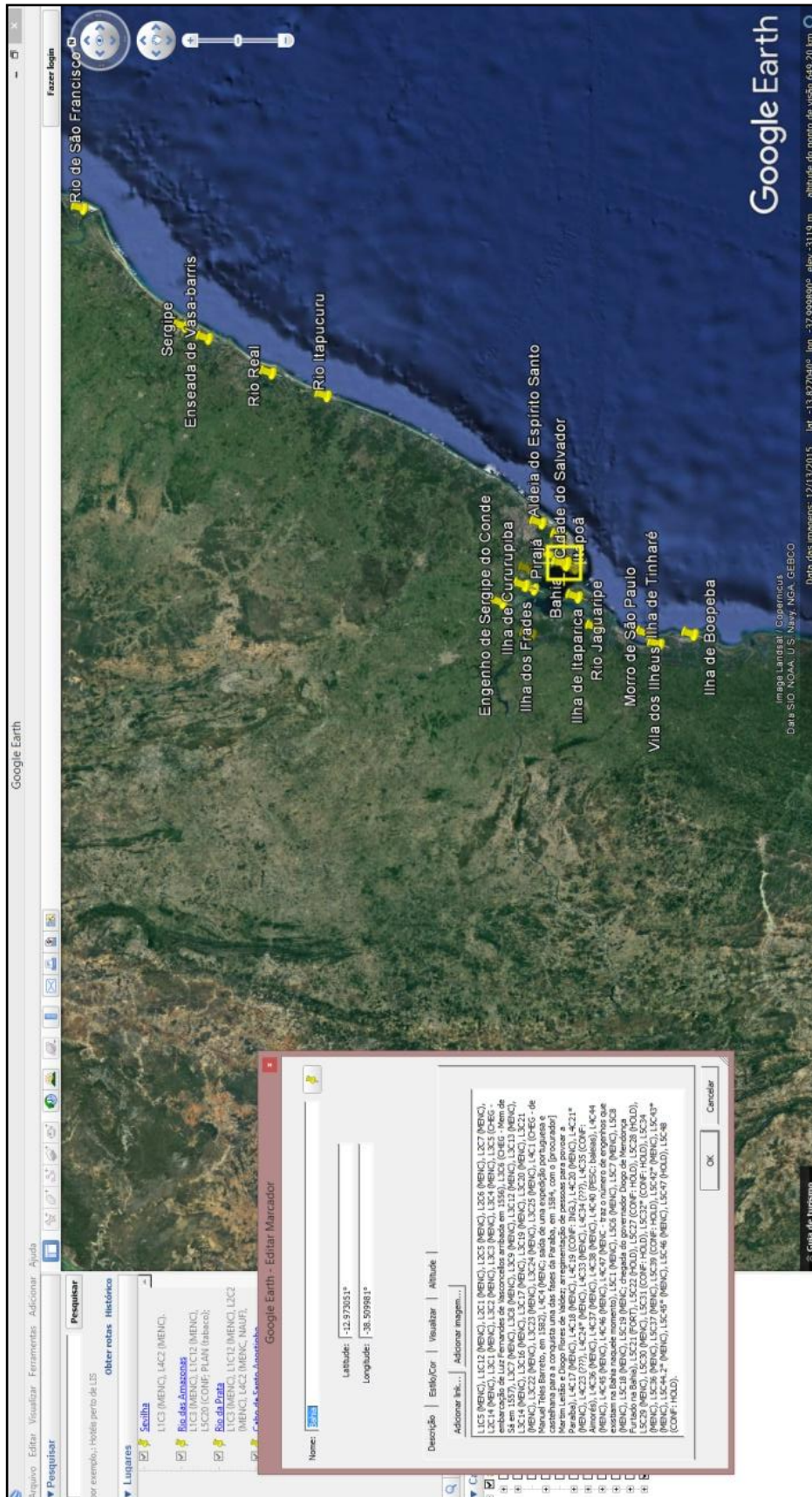


Figura 6 - A figura mostra os pinos que marcam os locais no banco de dados tal qual eles aparecem na narrativa de frei Vicente. A caixa à esquerda mostra o nome do “pino” (local) selecionado, suas coordenadas e os códigos de eventos conforme expostos na página 34. Dessa forma, não foi necessário adicionar um pino para cada menção de um local ao longo da narrativa, o que causaria poluição visual no mapa. Os nomes que aparecem no banco de dados mantém a grafia conforme consta na *Historia do Brazil*.

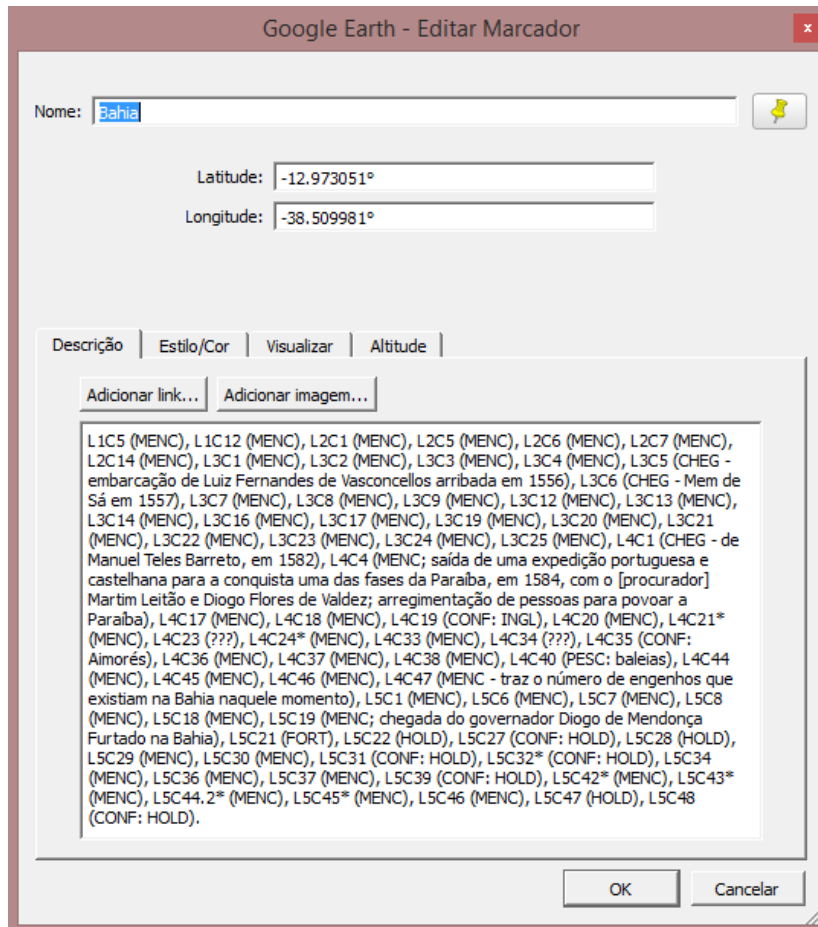


Figura 7 - Detalhe do quadro presente na figura anterior, mostrando a aplicação de algumas das categorias de eventos descritas na página 34.

Foi tomada como base para a marcação dos pinos sobre os lugares mencionados por frei Vicente a localização dos monumentos mais antigos conhecidos dos determinados locais, como capelas ou igrejas possivelmente construídas primeiro como símbolo da ocupação portuguesa no lugar, pelourinhos ou fortes ao redor dos quais se desenvolveu um povoamento.

O ponto das Antilhas foi marcado arbitrariamente acima do Haiti, sobre o oceano mesmo, a fim de transmitir a ideia de que o ponto localizado dessa forma serviria para abranger um território maior. Para facilitar a visualização de pontos localizados dessa forma, a fim de identificar arquipélagos ou conjuntos de ilhas espalhadas, foi traçado um polígono ao redor do local a ser destacado, de cor amarela e com uma opacidade de 50%, para ajudar na compreensão da dimensão do espaço abarcado. Esse recurso foi utilizado para demarcar tanto as Antilhas quanto as *Ilhas de Maluco* (as ilhas Molucas), e esse processo foi repetido para os demais arquipélagos ou ilhas isoladas que surgem na narrativa de frei Vicente. A ideia da demarcação com um polígono com metade da opacidade surgiu quando foi preciso pontuar as Molucas e tem se mostrado útil para a compreensão de um espaço extenso em meio aos oceanos e mares.

Diário da pesquisa

Frei Vicente lembra seus leitores do seguinte, ao terminar o Livro Segundo:

“Mas hão se aqui por fim deste [livro Segundo] de advertir duas coisas: a primeira que não guardei nele a ordem de tempo e antigüidade das capitânicas, e povoações, senão a do sítio, e contiguação de umas com outras, começando do sul para o norte, o que não farei nos seguintes livros, em que seguirei a ordem dos tempos, e sucessão das coisas. A segunda, que não tratei das do Rio de Janeiro, Sergipe, Paraíba, e outras, porque estas se conquistaram depois, e povoaram por conta del-rei, por ordem de seus capitães, e governadores gerais, e terão seu lugar quando tratarmos deles nos livros seguintes.”

(“Da terra e capitania do Maranhão, que el-rei d. João Terceiro doou a Luiz de Mello da Silva”, capítulo 14, livro Segundo).²²

²² Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 134.

Este trecho explica a ausência de datas e descrições mais detalhadas a respeito da povoação das cabeças de capitania, pelo menos no curso do Livro Segundo, explicitando apenas o *sítio* (localização) e a fronteira de uma capitania com a outra.

O que se nota quanto aos dois primeiros livros da obra é um número muito grande de Menções a localidades. As Menções prevalecem frente às outras categorias de classificação escolhidas para este trabalho nestes dois primeiros livros, o que era esperado devido ao conteúdo desses dois primeiros tomos. A sucessão dos governadores e a narrativa dos acontecimentos começa a partir do livro Terceiro, que conta inclusive com descrições de algumas jornadas dos fidalgos portugueses para suas missões na África e nas Índias Orientais, episódios que chegam ao ponto de atravancarem o progresso da narrativa, mas que não devem ser vistos de tal forma; na realidade, esses episódios de fato fazem parte do que foi proposto pelo frade.

Neste mesmo capítulo, à aparição de São Sebastião é creditada a vitória dos portugueses contra os Tamoios aliados aos franceses; o padroeiro da expedição lusitana de guerra contra o gentio naquela parte da capitania do Rio de Janeiro no ano de 1564.

No capítulo onze do livro Terceiro, frei Vicente menciona que o que restou de uma nau – muito avariada depois de um ataque de franceses muito bem armados em alto mar e posteriormente castigada por tormentas – que levava Jorge de Albuquerque ao Reino estava indo em direção à Atouguia, em Portugal. Marquei o ponto sobre Atouguia da Baleia, por ser costeira, sendo que a outra localização com esse nome se encontra mais no interior.

É possível que os pontos marcados como Forte II e Forte III no mapa correspondam à localização onde foram construídos os dois fortes que o frade menciona terem sido erguidos na barra – ou “entrada” – do Rio de Janeiro por Mem de Sá a partir do dia 20 de janeiro de 1567, conforme o capítulo doze do livro Terceiro, quando o governador havia chegado ao Rio de Janeiro para expulsar os

franceses que haviam se apoderado do local, para reduzir o gentio bravo daquele local e também para fundar e tratar da povoação da cidade de São Sebastião. Também o ponto marcado próximo ao ponto “Forte III” pode indicar o campo onde surgiu a cidade de São Sebastião; é nesse ponto onde está marcado tal evento.

Existe uma aldeia sem nome, com porto, que o frade afirma estar a uma légua da cidade de São Sebastião, no capítulo 14 do Livro Terceiro. Trata-se da aldeia dos índios confederados aos portugueses, liderados pelo principal Araribóia, que ainda viria a auxiliar os portugueses em outros conflitos contra os franceses na região. O ponto foi adicionado nas proximidades de Niterói, já que esse foi o local cedido aos índios de Araribóia pelos portugueses depois das vitórias contra os tamoios e franceses.

Para terminar mais rapidamente a marcação de pontos dentro do território da América lusa, primeiramente todos os pontos mencionados foram acrescentados ao mapa, inclusive os pontos de outros continentes, com o código livro-capítulo sendo adicionado junto ao nome do local, mas apenas os pontos pertencentes ao Brasil foram adicionados com os dados completos, tais como a categoria de evento e demais informações (quando se mostrava necessário acrescentar mais detalhes relativos ao ponto). Posteriormente, os pontos fora do Brasil foram sendo detalhados com suas respectivas categorias de evento e informações adicionais, até que mais nenhum sobrou e o levantamento ficou completo.

Os primeiros capítulos do Livro Quarto já apresentam mais detalhes da sucessão ao trono, depois da morte de d. Henrique, e das querelas que seguiram entre os principais candidatos à coroa. Nomes de localidades pertencentes à coroa castelhana passam a figurar com maior frequência nos dois primeiros capítulos do dito livro, bem como os planos de expansão que el-rei d. Filipe Segundo de Castela (Primeiro de Portugal) ordenava e provia para que fossem realizados.

O segundo capítulo relata com detalhes a fracassada empreitada de Diogo Flores de Valdez e sua pesada armada ao estreito de Magalhães, que el-rei havia ordenado que se fortificasse e povoasse, depois que se descobriram novas de que o corsário inglês Francis Drake havia alcançado e contornado dito canal no ano de

1579. Devido à união entre as coroas ibéricas a partir de 1580, os territórios das conquistas castelhanas passam a figurar bem mais na narrativa de frei Vicente do que anteriormente.

Neste mesmo capítulo, frei Vicente não deixa de alfinetar os portugueses, criticando sua desorganização e displicência no que tange à ocupação e usufruto dos bens que um território descoberto pode vir a oferecer, de acordo com o julgamento do frade, ao mencionar a descoberta que fizeram da ilha de Santa Catarina, “a qual ainda que despovoada *por ser de portugueses, que não sabem povoar, nem aproveitar-se das terras, que conquistam*, é terra de muita água, pescado, caça, lenha, e outras coisas: (...)”²³

Como se verá mais adiante, as críticas que frei Vicente tece à governabilidade dos portugueses sobre as terras além-mar não querem demonstrar um favoritismo em relação aos castelhanos; na verdade, o que o frade deseja acima de tudo é que a missão de Deus seja devidamente cumprida na Terra, com os portugueses sendo o povo responsável por levar a Palavra para os quatro cantos do mundo e, dessa forma, instaurar o Reino de Deus na Terra. Quando frei Vicente critica os portugueses por não apresentarem diligência na colonização de suas conquistas e no usufruto de todas as virtudes das terras – que são em si um presente divino – numa terra que apresenta todas as oportunidades para, inclusive, servir de sede para o próprio Império Português, devido aos bons ares, a abundância de alimentos e a docilidade e fidelidade dos índios catequizados.

Aliás, no que tange aos castelhanos, o tom usado por frei Vicente ao se referir à demora no envio de ajuda por parte de d. Filipe II de Espanha num dos momentos mais graves da história da cidade de Salvador até aquele momento, a invasão neerlandesa à cidade, aponta certo para onde jaz sua fidelidade: está com a coroa portuguesa, acima de tudo. É lógico que o frade não se atreveria a tecer comentários mais tenazes a respeito da nobreza por risco de sanções que incluiriam o banimento ou a destruição de sua obra, mas sob o véu da insatisfação que sentia ao ver todas as

²³ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 102.

oportunidades de enriquecimentos que Deus provia para os colonos e a Coroa, o frade pode alfinetar a práxis dos governantes ibéricos por diversas vezes durante sua obra e escapar mais ou menos intocado com a desculpa de apenas querer ver cumprida a vontade de Deus.

No capítulo 3 do livro Quarto, o frade menciona um rio na Paraíba, mas não diz o nome. Não tenho certeza de qual se trata, mas suspeito que possa ser o rio Mamanguape, por ficar mais ao norte, devido a um trecho do capítulo em que frei Vicente diz que Cabedelo – que no trecho ficaria mais ao sul – não havia sido fortificada e povoada por não ficar numa posição privilegiada como a parte norte ficaria, tendo sido, por isso mesmo, fortificada. Ao contrário, no entanto, há a possibilidade de a visão dos encarregados da empreitada na Paraíba – e dos cronistas que trataram do assunto e serviram de embasamento para a escrita do frade – possa estar “de cabeça para baixo”, tendo considerado o norte por sul e vice-versa, tomando por parâmetro a localização da Paraíba em relação a Portugal. Por este motivo, não marquei a menção ao rio da Paraíba, por ainda não ter certeza de se tratar deste ou do Mamanguape.

Existe menção a um engenho que fica na ilha de Itamaracá, em Araripe, mas a falta de informações adicionais fornecidas na narrativa impede a sua localização precisa.

No capítulo 10 do livro Quatro, surge pela primeira vez o nome da povoação na Paraíba que daria origem à cidade de Nossa Senhora das Neves, dentro do contexto dos conflitos de colonos e índios convertidos contra o gentio bravo da região. Também no capítulo 13 consta mais uma menção à cidade de Nossa Senhora das Neves, desacompanhada do termo “Filipéia”. A invocação de Nossa Senhora das Neves foi a escolhida para batizar o forte que havia sido construído nas proximidades do local, para servir de base à povoação e de ponto de defesa contra os potiguares.

No capítulo 16, há menção da criação do forte de São Sebastião, na Paraíba, “às portas do rio Tibiri”. No capítulo 17 do livro Quarto, da menção sobre o Sergipe, ao que tudo indica, o frade trata do engenho de Sergipe do Conde, e não do território

onde atualmente se localiza o estado. O ponto foi marcado próximo à localização das ruínas do local. No mesmo capítulo, a localidade Juguaripe (sic) é mencionada, juntamente com o personagem Fernão Cabral de Ataíde, parte do polêmico episódio da Santidade de Jaguaripe, na Bahia, em fins do século XVI.

No capítulo 19, uma localidade chamada Jaguará, na Bahia, é mencionada quando o frade cita que alguns homens foram à tal lugar buscar carnes no curral de um sujeito. O ponto ainda não foi adicionado ao mapa, mas uma breve pesquisa localizou o lugar em Feira de Santana.

Os pontos marcados do capítulo 21 do Livro Quarto juntamente com um asterisco (“L4C21*”, na marcação no mapa) estão assim para apontar que este capítulo foi “copiado dos aditamentos, e emendas a esta História do Brasil, que existem neste Real Arquivo da Torre do Tombo”, como consta no arquivo que se encontra na base de dados. Isso se repetirá nos próximos capítulos em que isso ocorrer.

O capítulo 24 (registro número 81) também “foi copiado das adições, e emendas desta História do Brasil de frei Salvador, porém o capítulo vigésimo quarto da dita História, é o que se segue; que nas emendas é o vigésimo quinto”; portanto, também vai receber o asterisco ao qual me referi anteriormente.

O registro número 82 mostra o capítulo 24 como 24.2 (ou 24b, sendo que o capítulo 24 não consta como 24a na base de dados), sendo este o capítulo que corresponde ao que está no livro, e não o que consta nas Adições e Emendas – o 24.2 nas ditas Adições consta como 25 – tendo sido assim retirado do arquivo da base de dados. Este mesmo capítulo 24.2 (conforme consta no registro) está pela metade, sendo que começa daí o hiato dos seis capítulos do livro Quarto da *Historia do Brazil* que foram perdidos.

O frade, no capítulo 32, menciona que o nome do forte que havia sido construído no Rio Grande se chamava “dos reis” (sic), tendo sido entregue no dia de S. João Batista no ano de 1598. A informação bate com as informações sobre a Fortaleza dos Reis Magos, em Natal, no Rio Grande do Norte, mas até o momento

não consegui encontrar nada relacionando o forte com o dia de São João Batista. Finalmente, isso encerra minhas dúvidas sobre a localização do Rio Grande, estabelecendo que, que fato, trata-se do atual Rio Grande do Norte.

Um dos elementos do mapa mais difíceis de serem encontrados são os rios. Serras, montes e outras formas de relevo também apresentam um elevado grau de dificuldade, mas os rios, em particular, são ainda mais difíceis. Muitos tiveram seu curso alterado ao longo dos séculos devido à ação humana ou alterações climáticas, alguns podem ter mudado de nome, outros podem ter deixado de existir por completo.

Vale mencionar também que a variação dos nomes de um mesmo rio também é um fator que gera equívocos: por um momento, no capítulo 10 do livro Quarto, frei Vicente chama o rio de Jaguaribe (PB) de *Jaguaripe*, que se localiza na Bahia, o que causou, num primeiro momento do levantamento dos dados no mapa, certa confusão no desenvolvimento da pesquisa.

No primeiro capítulo do livro Quinto, localizei o ponto do Buraco das Tartarugas (Jericocoara, CE) baseando-me num detalhe de um mapa de Albernaz, feito em 1629, que localiza o ponto em questão na enseada onde o rio Acaraú tem sua foz.



Figura 8 - Mapa de Albernaz I ilustrando a localização do Buraco das Tartarugas

Revisando os capítulos 25 e 30 – que estão no mesmo registro de número 82 do banco de dados, já que os capítulos entre estes dois estão perdidos – a respeito da Paraíba, para adicionar as categorias de eventos que faltam nesse momento da pesquisa, nota-se que existe uma menção à Paraíba, porém não é possível avaliar se existem outras categorias de eventos para serem acrescentadas além da categoria Menção (MENC), devido às páginas faltantes iniciais do capítulo trinta.

No capítulo 33 do livro Quarto, o frade afirma que o Rio Grande dista 25 léguas da Paraíba e 50 de Pernambuco, e que a povoação que fizeram no Rio Grande – chamada na época de Cidade dos Reis – dista uma légua do Forte dos Reis. Entretanto, assumindo que uma légua equivale a aproximadamente cinco quilômetros, a distância entre o ponto onde marquei a localização (temporária) da Cidade dos Reis – o monumento do Marco Zero de Natal – e o Forte é de apenas aproximadamente 3,7 quilômetros.

Há menção de uma fortaleza no contexto da expedição para explorar o rio das Amazonas, mas ainda não consegui identificar em que altura se localiza a dita fortaleza, nem a qual capitania pertence. Fica claro, porém, que o forte estava sendo ocupado por holandeses, que mantinham escravos africanos – que trabalhavam na plantação de tabaco – e índios confederados, sem menção sobre a qual grupo pertenciam.

O problema das medidas

Adotar uma determinada medida para mensurar uma légua, conforme sua aplicação dentro do contexto da colonização portuguesa na América, mostrou ser uma tarefa complicada, devido às constantes variações nos valores encontrados dentre alguns dos mais recorrentes encontrados em manuais que tratam de demografia histórica e história econômica – os valores mais comumente encontrados foram os de que uma légua equivaleria a aproximadamente 4,8 quilômetros, 5 quilômetros e 6 quilômetros, ainda com o valor de 5,5 quilômetros sendo adotado em alguns cálculos para fins de meros testes. O primeiro desafio mostrou-se logo no

Capítulo Segundo do Livro Segundo, com as primeiras divergências entre os números encontrados com as conversões de quilômetros para léguas.

O capítulo menciona a capitania de Itamaracá, doada a Pero Lopes. Frei Vicente afirma que a extensão da dita capitania era de 25 léguas (cf. p. 88 do livro). Através de um cálculo aproximado, constata-se que a distância aproximada entre os dois pontos que abrangem a dita capitania – da Baía da Traição, na Paraíba, até a Vila de Igarassu, em Pernambuco, aproximadamente – resulta em cerca de 25,2 léguas (tendo-se adotado o valor de 5 quilômetros para uma légua). Um dos primeiros obstáculos da realização deste trabalho foi justamente encarar a falta de padrão das medidas mencionadas pelos cronistas da época da América portuguesa.

Uma tabela de conversão montada por Iraci Del Nero da Costa para o Boletim de História Demográfica de 1994²⁴ ilustra alguns dos valores usados para realizar a conversão de léguas para quilômetros. Mas é difícil conseguir obter um padrão para a conversão dos valores de pesos e medidas dentro do contexto colonial ibérico por haver divergências entre os valores mesmo dentro de um território pertencente a um mesmo domínio; pesos e medidas poderiam variar inclusive entre capitanias, por exemplo.

É curioso ler a obra de frei Vicente e perceber as influências clássicas que sua narrativa contém, das quais pode-se encontrar exemplos por todos os cinco livros. Isso é uma característica das obras de sua época. Por exemplo, Roma é mencionada no capítulo dois do livro Segundo, mas dentro de um contexto de exemplo, lembrando de algo que Cipião Africano disse no senado romano a respeito da necessidade de “continuar-se com as guerras de África, porque faltando estas as haveria civis entre os vizinhos; como as houve entre Pero Lopes de Sousa e Martim Afonso de Sousa, ainda que irmãos, depois que venceram os gentios, (...)”, recurso que frei Vicente usa para ilustrar os conflitos que Pero Lopes e Martim Afonso tiveram entre si sobre a demarcação de suas respectivas capitanias, devido a uma confusão sobre a localização de um dos pontos de referência para a marcação de suas fronteiras.

²⁴ <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm>

Dentro desse contexto, porém, marcar Roma no mapa digital não interessa ao presente estudo, principalmente por não corresponder ao período estudado, mas também por não ser diretamente relevante ao levantamento de localidades pertencentes ao contexto colonial português. Isso vale inclusive para as vezes em que algumas localidades fora do território da América lusa são citadas, mas, por não apresentarem relevância à narrativa, sequer são marcadas no mapa digital.

Mais uma vez o problema das medidas de comprimento e distâncias mostrou-se problemático no momento da conversão de quilômetros para léguas. As distâncias aproximadas e arbitrárias onde localizei os pontos Vila Velha e Vitória, referentes ao capítulo quatro do livro Segundo, conferem com as atuais, com uma margem de erro bem pequena, a partir da medição da distância entre as duas (o frade diz que distavam uma légua entre si e que Vitória se localizava na ilha de Duarte de Lemos), considerando que uma légua seja equivalente à 6,6 quilômetros, de acordo com cálculos obtidos através dos valores presentes no Boletim de História Demográfica de 1994. A distância medida no mapa entre as duas vilas, usando as referências numéricas mencionadas acima e medida com uma linha reta, é de aproximadamente 5,90 quilômetros.

A seguir, temos um trecho do capítulo 3 do Livro Primeiro, onde frei Vicente mostra como se deu a conformação da linha de Tordesilhas e seu comprimento:

“O concerto foi, que de uma das ilhas de cabo Verde chamada Santo Antão se medissem 370 léguas para o oeste, e dali lançando uma linha meridiana de norte a sul, todas as terras e ilhas que estavam para descobrir desta linha para a parte do oriente fossem da coroa de Portugal, e as ocidentais da coroa de Castela.

Conforme a isto, diz Pedro Nunes, famoso cosmógrafo, que a terra do Brasil da Coroa de Portugal começa além da ponta do rio Amazonas, da parte do oeste no porto de Vicente Pizon, que demarca em dois graus da linha equinocial, para o norte, e corre pelo sertão até além da Baía de S. Mathias, por 44 graus, pouco mais ou menos, para o sul, e por esta medida / diz o mesmo cosmógrafo / tem o Brasil pela costa 1500 léguas; porém, dado que assim seja na teoria a prática é não chegar ao Brasil mais que até o rio da Prata, que esta em 35 graus, e, contudo, ainda tem mais de 1000 léguas por costa, porque posto que em algumas partes corre de norte a sul, que são os graus só de 17,5 léguas: todavia pela maior parte, que é para o sul do cabo de Santo Agostinho até o rio da Prata, corre de nordeste a sudoeste, que são de 25 léguas, e para o norte do cabo Branco até o rio Amazonas,

quase de leste a oeste, onde se altera o grau, se multiplicam as léguas, e assim não é muito que em 35 graus haja tantas.”

(“Da demarcação da terra, e costa do Brasil com a do Peru e Índias de Castela”, capítulo 3, Livro Primeiro)

Sobre a extensão territorial Norte-Sul do Brasil mencionada no capítulo 3 do Livro Primeiro, o frade diz que na teoria, baseando-se no que havia escrito antes dele o cosmógrafo Pedro Nunes, diz que a linha de Tordesilhas vai de Oeste do porto de Vicente Pizon (sic), que por sua vez se encontra a dois graus ao norte da linha equinocial²⁵ e atravessa o Sertão em direção ao Sul por 44 graus de distância, aproximadamente. Em seguida, o frade diz que na prática essa extensão não chega aos 44 graus, mas sim termina no rio da Prata; com isto, a distância do ponto Norte ao Sul chegaria aos 35, aproximadamente. A linha demarcada no mapa foi de fato até a foz do rio da Prata, totalizando aproximadamente 34 graus de distância entre os pontos Norte e Sul. Em um primeiro momento, foi usado o Marco Zero da linha do Equador, no Amapá, como referência ao ponto Norte.

²⁵ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 18.

Capítulo 3 - O Livro Primeiro da “História do Brasil”

No Capítulo Primeiro do Livro Primeiro, o espaço da América portuguesa surge na narrativa de frei Vicente do Salvador quando, em 1500, a frota de Pedro Álvares Cabral se afasta da costa da Guiné – caminho que fazia para chegar à Índia – e encontra terras das quais “não havia notícia anterior”.²⁶ Aqui, a ideia de aventura e acaso predomina na primeira parte do capítulo – Cabral e sua frota teriam passado por tormentas até chegarem *por acaso* à uma terra até então inexplorada, encontrado-se com o gentio bárbaro da terra, contra os quais estavam já preparados para a luta; porém, ao virem os religiosos da companhia de Cabral, mostraram-se submissos aos símbolos cristãos que traziam consigo. Nas circunstâncias que o frade apresenta, vemos dois mundos diferentes se encontrando por um capricho, diferentes dos povos dos continentes africano e asiático com os quais eles já haviam estabelecido contato séculos antes. O território do Brasil ainda não tem forma, neste capítulo.



Figura 9 - Mapa representando a viagem de Cabral na ocasião em que navegava em direção à Índia, quando, afastando-se da costa da Guiné, “por acaso” encontrou terra firme ainda inexplorada (segundo frei Vicente).

²⁶ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 13.

No Capítulo Segundo, ao tratar sobre o nome dado ao território recém-descoberto, frei Vicente aponta a influência do sagrado sobre a manutenção do povoamento das localidades. A população das localidades teria começado a decrescer, segundo o frade, por culpa do demônio, que fez com que os moradores esquecessem o nome de Santa Cruz e adotassem apenas Brasil. O que foi notado pelo frade, apontado pelo bispo de Tucumán, na ocasião de sua visita ao Brasil, é que na realidade a população não era cuidadosa com a coisa pública, e enquanto os habitantes das vilas tivessem seus escravos para lhes garantir seus alimentos – e também estes e outros bens da terra para levarem de volta a Portugal.

O frade também aponta para a falta de vontade dos portugueses em tomarem a terra para si e fazê-la crescer, mesmo depois dos esforços do rei d. João III em dividir o território em capitanias e distribuí-las entre os donatários. Dessa forma, o desenvolvimento das localidades era freado e várias passaram a ser abandonadas, apenas para o ciclo começar novamente. O espaço, nesse contexto, mostra-se como moldado pelo despovoamento.

No Capítulo Terceiro se encontra a primeira descrição do espaço das terras portuguesas do Novo Mundo, definidas depois do concerto entre as coroas de Castela e de Portugal, representadas na época por d. Fernando e d. Isabel de Castela e por d. João II de Portugal, concerto esse que contou com as bênçãos do Papa para se realizar. Frei Vicente explica pela primeira vez com maiores detalhes as dimensões da América portuguesa, mostrando números da extensão da costa e da extensão norte-sul do território, medidas pelo matemático português Pedro Nunes.



Figura 10 - Extensão da costa da “Terra do Brasil da Coroa de Portugal”, demonstrando o formato da harpa.

O capítulo seguinte da *Historia do Brazil* não traz informações precisas sobre o espaço, limitando-se a falar sobre o clima do Brasil. Neste capítulo, frei Vicente invoca o conhecimento de Aristóteles e sua teoria de que a vida Zona Tórrida do globo seria impossível devido ao calor extremo e refuta tal tese ao afirmar que o Brasil conta com ares saudáveis e clima temperado, chegando a dizer que o orvalho da madrugada permanece mesmo depois de horas de exposição do sol.

O frade começa a apontar as investidas dos portugueses em direção ao sertão e a descoberta de minas de pedras e metais no Capítulo Quinto. Frei Vicente critica o principal motivo pelo qual os portugueses realizavam suas entradas ao sertão, que era limitado ao apresamento de índios, prática que frei Vicente condenava se fosse desprovida de um motivo justo, como eram as guerras contra o gentio bárbaro por suas práticas como canibalismo ou pelo assassinato de portugueses e índios convertidos. O frade aponta para a negligência, por parte dos portugueses, na exploração das minas descobertas, dizendo que mesmo quando estes descobriam

indícios de metais e pedras, eles preferiam continuar a jornada para cumprir com o objetivo de aprisionar os índios, para desgosto duplo do frade, que trazia para sua obra sua opinião a respeito do descaso dos portugueses para com o desenvolvimento da terra.

Frei Vicente parece fornecer uma desculpa para a falta de compromisso com a exploração das minas com uma constante que estava sempre atrelada às entradas nos sertões: a morte e o esquecimento. O aventureiro ou a expedição adentrava o interior da terra, geralmente acompanhado de um índio que conhecia aquele território, mas constantemente a morte impedia a conclusão da jornada, seja ela causada naturalmente, pelas doenças que abatiam os aventureiros ou por acabarem sendo vítimas do gentio bravo. O frade ainda isenta a Coroa da culpa por não haver exploração das riquezas das minas, dizendo que “não basta mandar el-rei, se os ministros não obedecem”.



Figura 11 - As primeiras indicações de presença de minas pelo interior, adentrando pela capitania de São Vicente em direção ao sertão e pela do Espírito Santo até a Serra do Mestre Álvaro. Os círculos que vemos na imagem tratam-se das localidades das vilas e de alguns outros pontos relevantes à narrativa do frade.

Tais relatos aparecem na narrativa de forma marcante por duas vezes: tanto neste Capítulo Quinto do Livro Primeiro – onde o frade conta o relato de um soldado que afirmara ter medo de morrer ao entrar no sertão para procurar metais e pedras preciosas porque essa era a sorte de quem se prestava a tal objetivo – quanto no capítulo vigésimo quarto do livro quarto, que conta da ocasião da morte de Gabriel Soares de Souza durante uma expedição para o interior da Bahia, navegando rio de São Francisco para chegar à Lagoa Dourada, que seria a sua origem e estaria no centro do continente; o índio que levava como guia, chamado Guaraci, também falecera pelo caminho, e sua morte fez com que a localização das minas permanecesse em segredo para os portugueses durante muito tempo. Nesses dois casos, o frade parece associar o espaço do sertão à morte, não bastasse a noção intrínseca da existência do perigo e do medo do desconhecido que o lugar sertão já inculcava no imaginário do português.

Do Capítulo Sexto em diante, as descrições a respeito do espaço diminuem. Dão lugar a temas mais descritivos, tais como a utilização das árvores para a construção de barcos e fortificações e para fins medicinais, nos capítulos Sexto e Sétimo, para a questão da alimentação dos habitantes e o que é produzido no estado do Brasil – como farinha, milho, arroz, destacando a importância da mandioca na alimentação dos da terra, no Capítulo Oito. Neste capítulo, o frade chega a afirmar, pela diversidade do que é produzido no Brasil, que esta terra é a mais abundante em mantimentos, também por conter todos os alimentos que são símbolos dos outros territórios que faziam parte da rota dos portugueses e castelhanos na África e na Ásia – o arroz da Índia Oriental, o milho das Antilhas e da Índia Ocidental e o inhame das ilhas africanas de São Tomé e Cabo Verde.

No Capítulo Nono o frade trata dos animais que existem no Brasil e na fácil adaptabilidade que têm aqui os que são domesticados com os quais os portugueses já estavam acostumados no Reino, novamente sem mergulhar na descrição do espaço. A ausência de uma descrição do espaço nesses tipos de capítulos de temas mais amplos a respeito de flora e fauna e alimentos em si já traz a impressão de que o espaço é semelhante ao que vemos no capítulo um deste livro, que é a de vastidão e indefinição. A fauna continua sendo o tema do Capítulo seguinte, detalhando

algumas aves e animais marinhos, incluindo a lenda do monstro marinho de São Vicente, que já havia aparecido em crônicas anteriores a *Historia do Brazil* e provavelmente algumas das fontes que frei Vicente utilizou para escrever sua obra.

Seguindo a narrativa para o próximo Capítulo, a questão da autossuficiência da terra do Brasil de frei Vicente e a multiplicidade de mantimentos que podiam ser plantados com sucesso nas diversas regiões da vasta América portuguesa garantiu que o frade criasse uma analogia entre a imagem da cidade bíblica de Sião e a América portuguesa, comparando a situação de abundância que caracteriza esses dois lugares divinos para frei Vicente. O espaço é mais uma vez mostrado como amplo e sua descrição é bastante geral, mas é um espaço que carrega novamente a divindade em si, conforme o frade o descreveu em capítulos anteriores.

A partir do Capítulo Décimo Segundo o tema principal da narrativa são os índios da terra. A questão da descrição do espaço volta a entrar em cena na narrativa, ainda que de forma ligeiramente ampla e geral. O frade explica, neste capítulo, a localização aproximada dos principais grupos indígenas conhecidos dos portugueses naquele momento. Ao fazer dessa forma, é possível imaginar bolsões que contém cada grupo indígena dentro do território da América portuguesa. A espacialização deste capítulo parece setorizada, dividida entre bolhas de espaços que contém os diferentes tipos do gentio, onde as bordas que separam as capitânicas – que apenas no livro Segundo serão definidas e descritas com maiores detalhes – são mais do que nunca irrelevantes.



Figura 12 - Mapa mostrando uma aproximação das regiões habitadas pelos cinco principais grupos indígenas que frei Vicente descreve neste momento em sua narrativa. A extensão se dá pela costa justamente para ilustrar o fato de que os portugueses ainda não haviam se arriscado pelo sertão nestes tempos.

No início deste mesmo capítulo, o frade traz a lenda da origem dos índios do Brasil como ela aparece na *Miscelânea Austral* de d. Diogo de Avalos, para logo em seguida invalidar essa tese e apontar o fato de que o gentio da terra teria outra origem ainda então desconhecida, ressaltando a semelhança física que todos apresentavam entre si e dizendo que a única característica que diferenciava as diversas castas vistas no Brasil era que algumas eram ainda mais bárbaras que as outras, “posto que todos os eram assaz”²⁷.

Os mais bárbaros eram chamados genericamente de Tapuias, e mesmo estes eram divididos em “castas”, como escreve o frade. Já outros grupos apresentavam, aos olhos dos portugueses, mais humanidade que os tapuias, e eram chamados de Apuabetós (sic). Dentro deste grupo maior podemos encontrar os Carijós, de São

²⁷ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 52.

Vicente até o Rio da Prata; os Tamoios, do Rio de Janeiro; os Tupinambás, da Bahia; os Amaupiras, do Rio de São Francisco; e os Potiguaras, de Pernambuco até o Rio das Amazonas. Estes apuabetós teriam maior facilidade em aprender com os portugueses, em relação aos tapuias, e foram doutrinados pelos religiosos das companhias vindas à América lusa com menor dificuldade. É neste mesmo capítulo que o frade faz uso de uma descrição de a respeito da falta de determinados vocábulos na língua indígena devido à falta, em sua gramática, de certas letras, como F, L e R, que seriam a razão de eles não conhecerem os conceitos europeus cristãos de fé, lei ou rei.

Do capítulo Décimo Terceiro até o Décimo Sétimo, frei Vicente passa a descrever com maiores detalhes os costumes dos índios “menos bárbaros”, aos olhos dos portugueses. Começa mostrando a principal diferença entre os Aimorés, que são uma das castas dos tapuias, e os demais índios: o fato de os primeiros não construírem aldeias, como os outros, e dormirem em quaisquer lugares em que pousam. A descrição que o frade faz dos tapuias os mostra como animais, ainda que os índios considerados menos bárbaros também sejam descritos por frei Vicente com termos animais, porém em menor frequência.

O frei não indica que está se referindo a um grupo indígena específico ao dar esses exemplos, tampouco delimita um espaço que seria ocupado por esses índios, como se se trata de uma capitania ou de um aldeamento; o espaço, neste capítulo, parece estar mais reduzido do que em capítulos anteriores, por se tratar do espaço de uma aldeia em particular, tomada de exemplo, separada, na narrativa, de sua localização dentro de uma freguesia, vila ou capitania.

O mesmo se repete no Capítulo Décimo Quarto, onde o frade descreve como se dão as cerimônias de casamento dos índios. O espaço continua limitado às aldeias e às interações de seus habitantes. A narrativa nos próximos capítulos, até o último desse Livro Primeiro, que é o Décimo Sétimo, continua limitada ao espaço da aldeia dos índios, onde o frade descreve ainda o tratamento que o povo têm de seus enfermos e mortos, quais as cerimônias para as situações de doenças e ferimentos e os rituais fúnebres dos índios nas circunstâncias da morte de uma pessoa comum da

aldeia e da morte de um principal. O espaço descrito parece aumentar em tamanho de certa forma quando, no capítulo dezesseis, o frade ilustra os costumes bélicos dos índios: o foco deixa de ser exclusivamente o espaço da aldeia para sair dela e chegar a outros espaços; o deslocamento como forma de espacializar os costumes bélicos de um grupo indígena dentro da narrativa de frei Vicente.

Por fim, o último capítulo mostra o que o gentio faz dos prisioneiros que capturam nas suas guerras. O frade descreve com bastante detalhes como se dá a cerimônia do assassinato do cativo, que terá sua carne devorada pelos seus captores quando for morto. O espaço volta a ser fechado à aldeia dos vencedores da guerra.

A ideia de espaço que o frade transmite neste Livro Primeiro é de amplitude e generalização. Não existe nada definido geograficamente, além de uma aproximação do território ocupado pelos principais grupos indígenas com os quais os brancos tinham contato nesse primeiro momento da presença portuguesa na América – sempre seguindo a costa, nessas décadas iniciais.

Capítulo 4 - O Livro Segundo

Neste livro, frei Vicente explica como se deu o processo de aplicação do sistema de capitâneas hereditárias na província do Brasil, descrevendo quais foram seus primeiros capitães-donatários, as peculiaridades geográficas da localização dos quinhões, a existência e os tipos de trocas comerciais presentes em cada uma, sua extensão para o sertão e criação de vilas e povoações e também, um tema sempre presente, das alianças e das guerras entre os portugueses e o gentio local, e ocasionalmente com os franceses que exploravam pau-brasil e outros bens da terra.

Mas é apenas ao finalizar o livro Segundo que frei Vicente adverte o leitor sobre duas coisas: a primeira, que não respeitou a cronologia da criação das capitâneas, e sim as descreveu desde a primeira do sul até a última do norte, seguindo corretamente a contiguidade que a anterior tinha com a seguinte; no segundo aviso, o frade diz que não tratou das capitâneas do Rio de Janeiro, do Sergipe e da Paraíba, por terem sido conquistadas posteriormente e ordenadas que se povoassem por conta de el-rei.

Desde o início do Capítulo Primeiro do Livro Segundo da *Historia do Brazil*, frei Vicente mostra uma ampliação do espaço da narrativa; ao se dispor a tratar da implantação do sistema de capitâneas na América portuguesa, o frade remonta ao Reino, contando como d. Manuel havia ordenado que se enviassem armadas de reconhecimento da costa e das baías do Novo Mundo – armadas que inclusive descobriram a presença de corsários franceses no território que havia sido descoberto dos portugueses anos atrás, como o frade afirma no Livro Primeiro – e na posterior ordem de seu sucessor d. João III, depois da morte de d. Manuel, para que se dividisse o território em capitâneas, tal como foi feito nas posses africanas de Portugal. O processo de divisão do espaço começa aqui.

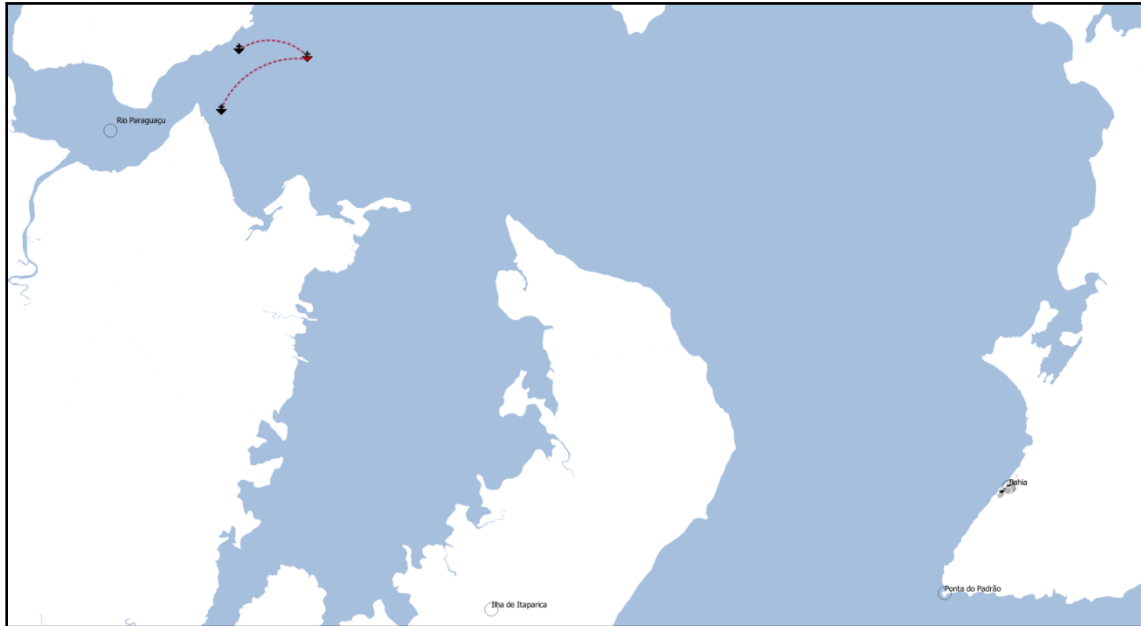


Figura 13 - Mapa que demonstra um ataque português contra duas nas francesas que se encontravam na boca do Rio Paraguaçu, em 1521, conforme consta no Capítulo Segundo do Livro Segundo.

Mais uma vez a narrativa traz os elementos do descobrimento e da aventura, tal qual ocorre no capítulo um do primeiro livro com a descoberta destas terras pela frota de Pedro Álvares Cabral, que, de acordo com o frade, teria acontecido por acaso.

Os detalhes da divisão do território da América Lusa em capitanias começam no Capítulo Segundo. O frade começa com as capitanias de São Vicente e Santo Amaro, embora não dê nome a essa última, apenas mencionando-a como a capitania de Pero Lopes de Sousa. A chegada oficial das ordens religiosas no solo do Novo Mundo foi marcada de milagres e acontecimentos divinos. Frei Vicente conta que Martim Afonso de Sousa decidiu por não tomar as cinquenta léguas corridas em suas terras acima de Pernambuco, e sim por dividi-la em dois quinhões de 25 léguas cada: um resultaria na capitania de Itamaracá, que será descrita mais em frente, e o outro terreno tornou-se a capitania de São Vicente, que ele escolheu demarcar limítrofe à de seu irmão Pero Lopes.

No que diz respeito ao espaço, vemos a questão do problema na demarcação dos limites entre as capitanias de São Vicente e Santo Amaro e, por conta de uma confusão entre os marcos geográficos que dividiriam os dois quinhões – que teriam

sido demarcados na boca de um dos rios da região, que teria na verdade mais de uma – houve desentendimentos entre Martim Afonso e Pero Lopes.



Figura 14 - Distância da vila de São Vicente até a Vila de São Paulo, conforme consta no Capítulo Segundo do Livro Segundo.

Seguindo com a divisão do espaço em capitanias, no Capítulo Terceiro frei Vicente continua sua *Historia* rumo ao norte, agora na novamente não nomeada capitania de São Tomé, cedida por el-rei a Pero de Góis, que acompanhava Pero Lopes de Sousa em sua jornada. A presença do gentio bravo pela primeira vez na narrativa força aos habitantes da povoação a abandonarem o local, mostrando o espaço com a hostilidade que será frequente na narrativa deste ponto em diante.

A *Historia* segue norte, no Capítulo Quarto, para a capitania do Espírito Santo, pertencente a Vasco Fernandes Coutinho, também muito louvado por frei Vicente por toda sua lealdade e serviços prestados a Portugal, principalmente na Índia. Aqui também as duras e constantes batalhas contra os índios bravos tomam conta da narrativa e o espaço se desenha como um de abandono, de esvaziamento, mais do que um de estabelecimento, de presença portuguesa. Ilustrando o lado da civilização, para qual presta seu serviço, o frade mostra o gentio como verdadeiros

bárbaros, forçando os portugueses a se deslocarem constantemente em busca de um local.

Em um tom de crítica aos portugueses – o que não falta durante a escrita da *Historia* – frei Vicente desaprova da falta de iniciativa por parte dos exploradores em irem descobrir as minas no sertão, já que a terra dava provas, óbvias segundo a narrativa, de que existiam pedras e metais preciosos no local, especialmente esmeraldas, em se tratando do terreno que continha a capitania do Espírito Santo.



Figura 15 - Deslocamento da Vila da Vitória (posteriormente Vila Velha), abandonada por conta dos constantes ataques dos gentios, para sua segunda fundação, desta vez na ilha de Duarte de Lemos. O mapa também ilustra a localização da Serra do Mestre Álvaro, que além de ser um ponto de referência para os navegantes na costa, era apontado pelo frade como local que dava sinais de pedras preciosas.

No próximo, novamente a questão da construção e do abandono surge na narrativa, seguindo para a capitania de Porto Seguro, ao norte da do Espírito Santo, doada a Pero do Campo Tourinho, e também a primeira terra em que lançou âncora a frota de Pedro Álvares Cabral quando “por acaso” descobriram terras além da África, como mostra o Capítulo Primeiro do Livro Primeiro. O campo dos milagres volta também ter destaque: certa vez, por conta da oração de um padre da Companhia, surgiu no caminho do morro onde tinha sido construída a ermida de

Nossa Senhora d'Ajuda, uma “fonte de água milagrosa”²⁸, cuja existência foi reafirmada a frei Vicente pelo testemunho do neto de Pero de Campo, seu discípulo, que levava o mesmo nome do avô. D. Leonor de Campo, mãe do colega de frei Vicente, venderia a capitania d. João de Lencastre, duque de Aveiro, que ordenou a construção de engenhos. O frade aponta a impossibilidade da criação de gado no local devido a uma erva que seria tóxica aos animais, o que impediria acarretaria na falta de força motriz para os futuros engenhos da região. D. João de Lencastre manda que se construam engenhos, mas estes entram em falência por falta de bois e pelos constantes ataques dos Aimorés.



Figura 16 - Localização aproximada da Vila de Porto Seguro e o constante aperto que os Aimorés implantavam nos portugueses.

Seguindo, o Capítulo Sexto fala da capitania dos Ilhéus, doada a Jorge de Figueiredo Corrêa, que mais adiante a vende a Lucas Girdes com licença do rei. A fertilidade da terra é muito elogiada pelo frade, pintando o espaço desta capitania como um lugar ideal. A terra era, portanto, propícia a construção de engenhos de açúcar, dos quais vários foram erguidos e mantinham seu funcionamento; porém a

²⁸ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 98.

ameaça dos Aimorés voltava a assombrar, fazendo com que os assentamentos dos brancos fossem se esvaziando.

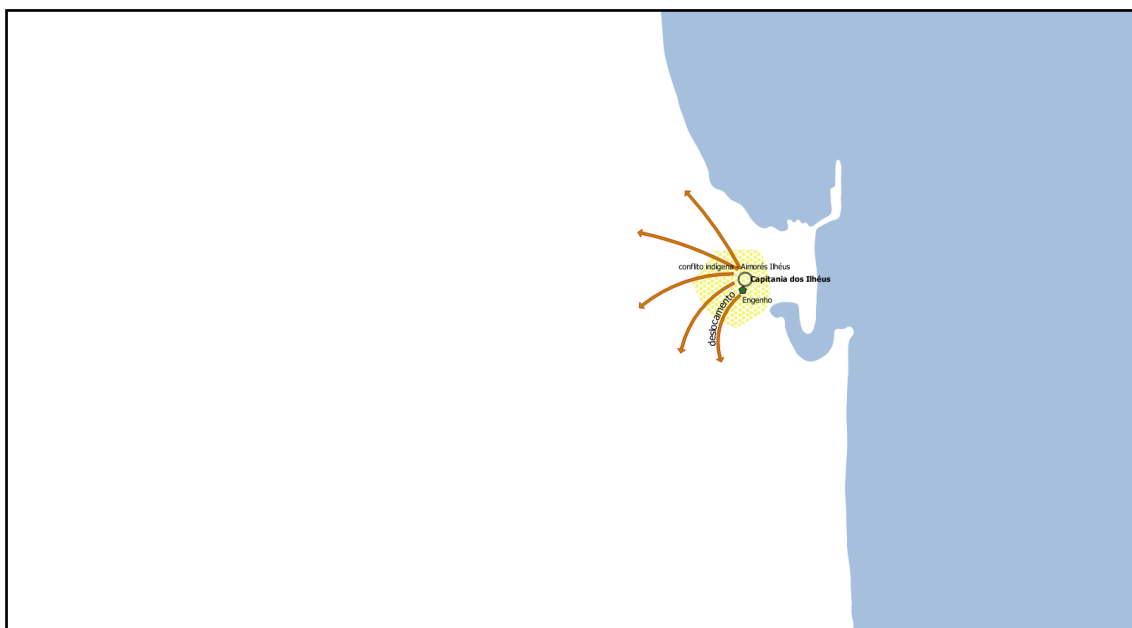


Figura 17 - A violência do ataque dos Aimorés fez com que a população da cabeça da capitania debandasse para outras localidades, inclusive outras capitanias.

O contraste entre a terra fértil e a incapacidade dos portugueses, por motivo de força maior, de manter controle sobre ela, é notável neste capítulo, pintando o cenário dos Ilhéus quase como um paraíso inatingível se a força da Fé não estivesse presente para pacificar os bárbaros.

O Capítulo Sétimo é dedicado, talvez não por acaso devido ao número místico, como apontando por Maria Lêda Oliveira²⁹, à capitania da Bahia, doada por d. João III a Francisco Pereira Coutinho. É a primeira vez que o leitor tem maiores detalhes quanto à descrição do território. O sagrado novamente toma conta da narrativa, com o frade descrevendo os milagres que ocorreram quando da lendária visita de São Tomé, o apóstolo do gentio, a este território, que teria sido o responsável a ensinar os índios a se alimentarem da mandioca.

²⁹ Maria Lêda Oliveira. *A História do Brasil de frei Vicente do Salvador. História e política no Império português do século XVII*. Rio de Janeiro; São Paulo: Versal; Odebrecht, 2008. p.

Outro aspecto que toma conta do capítulo é o da grandeza do território, tanto na fertilidade quanto na relevância sagrada que trazia em si, sendo uma terra que carregava desde o princípio uma missão junto aos portugueses e índios catequizados de servir de norte para o restante do território português na América. Mais adiante na obra de frei Vicente, a Bahia se tornaria o centro do governo-geral do Brasil por estes motivos, além das razões geográficas estratégicas para a instalação da sede da administração colonial neste local e não em outro.

Novamente com grande riqueza e detalhes na sua descrição, o Capítulo Oitavo traz outra capitania de grande importância para os portugueses devido às suas povoações e seus portos de localização estratégica: a capitania de Pernambuco, pertencente a Duarte Coelho Pereira. O frade descreve a povoação de Recife – que abriga portos de grande importância – como muito bem desenvolvida e provida. A noção de expansão e construção para além dos territórios subscritos em Recife e na vila de Olinda (a cabeça desta capitania) se torna mais aparente neste capítulo.

Um motivo para o maior volume de informações neste capítulo na obra de frei Vicente foi um cerco que o gentio revoltado fez à vila de Igarassu, cujo resultado acabou ressaltando a bravura dos brancos contra o gentio descrito como assassino pelo frade. Novamente os milagres voltam a favorecer os brancos nesta batalha, e pela primeira vez frei Vicente acrescenta as mulheres na narrativa de forma mais contundente, ao descrever um episódio em que algumas montaram uma guarda silenciosa em um forte durante a noite e, ao verem que o local estava sendo invadido pelos índios, entrando em silêncio pelas portinholas, os atacaram com bravura, matando alguns e expulsando outros com fogo, ato que foi muito louvado pelo frade. Mais um milagre acontece em favor dos portugueses, quando uma armadilha montada pelos índios não tem o resultado esperado por eles e os ferem em vez dos brancos. E também partiu da vontade de Deus que o gentio rebelado na vila de Olinda se enfadasse das guerras que davam aos brancos e decidissem pacificar.

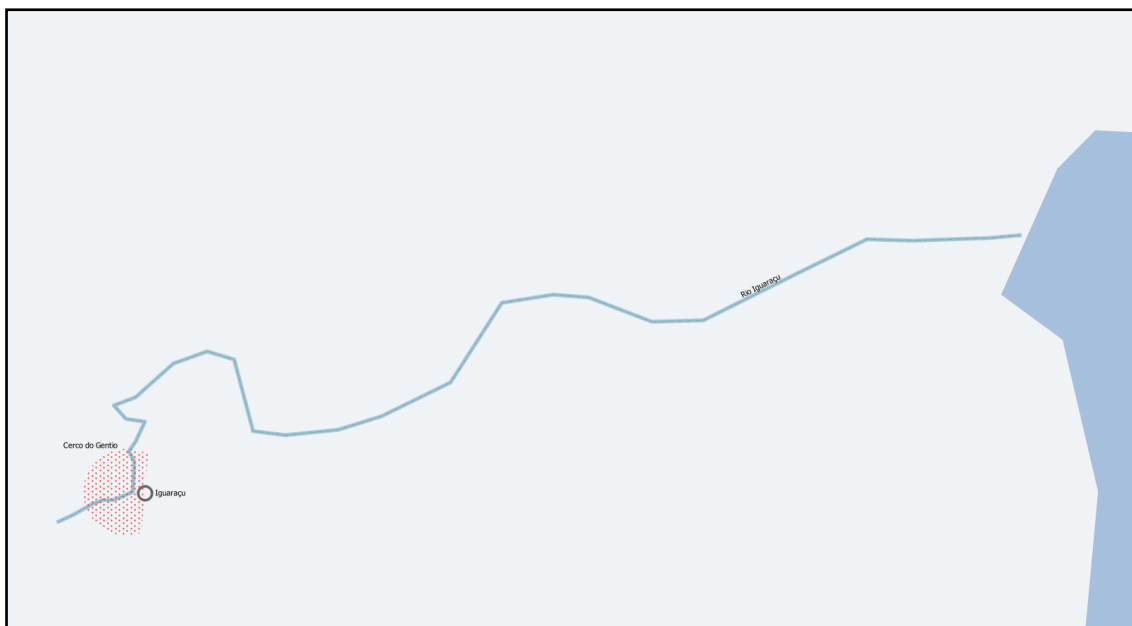


Figura 18 - A localização da Vila de Iguaçu (sic) e a representação do cerco que o gentio infligiu sobre os brancos.

Como uma continuação ao capítulo anterior, o seguinte continua tratando da capitania de Pernambuco, dos serviços de Duarte Coelho e seu território, juntamente com sua esposa Brites de Albuquerque e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque. Novamente a noção do espaço sagrado volta à narrativa, com o próprio frade falando que as glórias alcançadas nas batalhas foram mais por conta dos milagres do que pelas forças humanas. Neste capítulo, mais um inimigo é apresentado: os franceses que circulavam na costa e adentravam os sertões em busca de pau-brasil e que faziam alianças com os índios.

Este Capítulo Nono trata das lutas travadas contra o gentio e os franceses ao longo do rio São Francisco, mostrando mais ação por parte dos portugueses em relação a explorar o sertão. Por conta do valor mostrado aos índios nas guerras travadas entre eles e os brancos, Duarte Coelho acabou por ser muito temido e respeitado (valores que andavam juntos, temor e respeito) do gentio menos bárbaro, tendo recebido por parte desses índios espaços fora das povoações e vilas para a construção de seus engenhos. O espaço desta capitania volta a orbitar o tema da prosperidade do terreno, descrito por frei Vicente como um dos mais férteis, devido à extração de pau-brasil e da grande quantidade de engenhos de açúcar – a maior de

todo o território do Brasil, mas ainda não neste momento; futuramente, contará com mais de cem.

O Capítulo Décimo trata do deslocamento dos índios pelo espaço da capitania de Pernambuco devido à ocupação portuguesa, que resultou em alianças com alguns grupos e conflitos com outros. Neste capítulo, o frade fala sobre a migração de um grupo contrário aos índios aliados aos portugueses que partiu para as terras do Cabo de Santo Agostinho por terem sido expulsos pelos índios que estavam a favor da presença dos portugueses na região das principais povoações de Pernambuco. O espaço mais uma vez é moldado a partir das guerras e dos conflitos dos brancos contra o gentio.

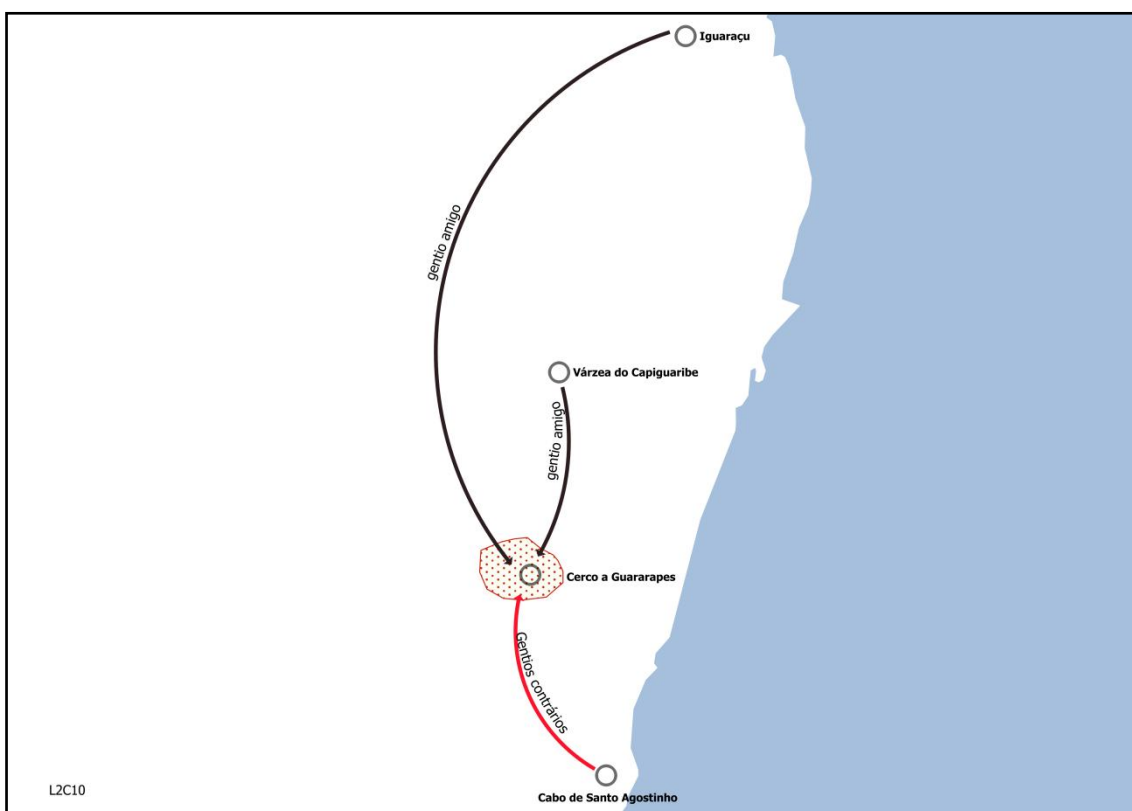


Figura 19 - Representação das guerras entre brancos e gentio bárbaro do Cabo de Santo Agostinho nos Guararapes.

Em seguida, no Capítulo Décimo Primeiro, o assunto em torno da capitania de Pernambuco se encerra por alguns capítulos – a capitania ainda seria palco de vários outros momentos decisivos durante a narrativa – e o foco passa a ser as 25 léguas de terra que Pero Lopes de Sousa dividiu acima de Pernambuco para

construir a capitania de Itamaracá. O frade começa pela descrição geográfica do espaço, especificando a divisa natural desta capitania com a de Pernambuco no rio Iguaçu (sic), que se localiza a 7 graus e um terço. Este rio é um dos cinco principais que compõe a hidrografia da região naquele momento. O frade diz que a ilha de Itamaracá tem aproximadamente duas léguas de extensão. Além dessas informações, frei Vicente também fala a respeito das freguesias vizinhas à Vila da Conceição – cabeça desta capitania – e da presença de engenhos na região.

As guerras neste capítulo se dão novamente contra os franceses, que na ilha haviam construído uma fortaleza, posteriormente destruída pelos portugueses junto com os bens e navios dos invasores franceses.

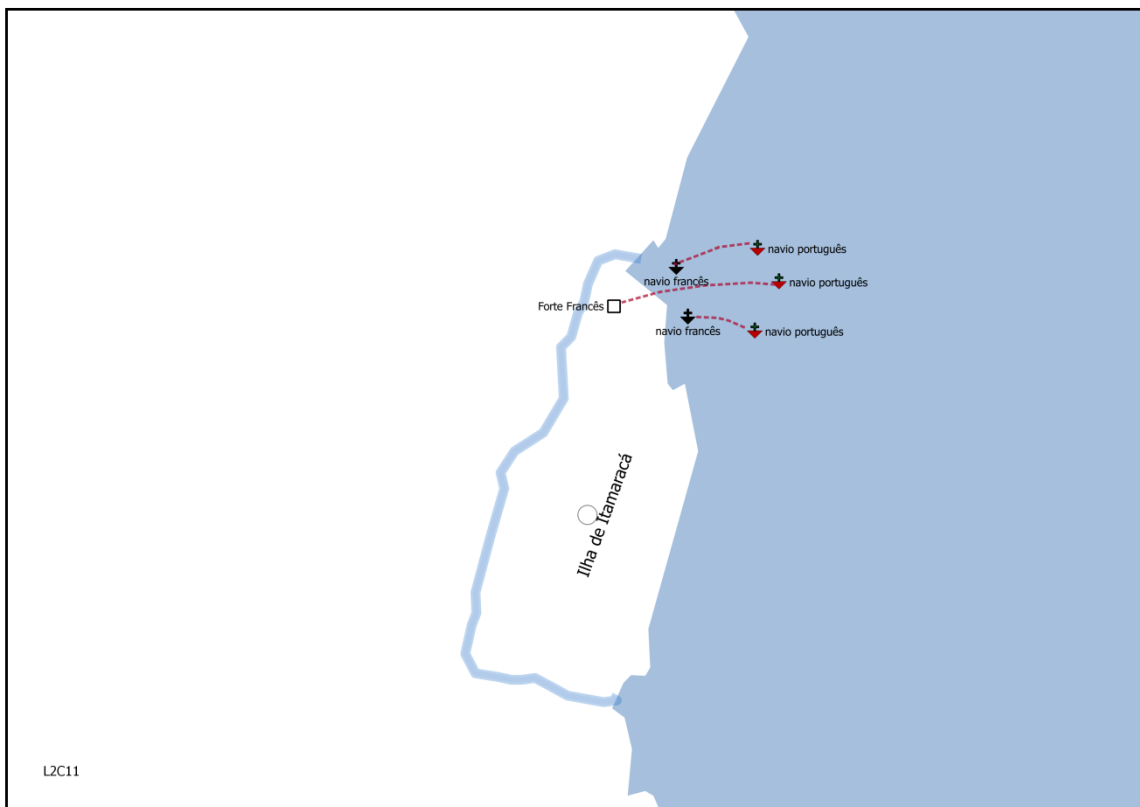


Figura 20 - Os navios em preto simbolizam as embarcações francesas. As naus portuguesas entram em conflito com as francesas e arrasam o forte que os franceses construíram na ilha.

O seguinte Capítulo torna a ter a capitania de Itamaracá como foco. Frei Vicente chega a dizer que este momento seria a “era de ouro” desta capitania, que no momento estava sob comando de João Gonçalves: por conta do bom trato que este capitão tinha com os índios, eles serviam aos portugueses por vontade própria, pelos

brancos serem-lhes benevolentes, sendo que alguns moradores mais ricos das povoações dispunham de “aldeias inteiras” de índios que os “ajudavam”.

O problema dos limites entre capitanias torna a surgir, tal qual surgiu com o Pero Lopes e seu irmão Martim Afonso ao sul, nas capitanias de São Vicente e Santo Amaro, como dito anteriormente. O então donatário de Itamaracá, Francisco de Braga, que chegou ao posto depois do desaparecimento de Pero Lopes em alto-mar, não conseguiu chegar a um consenso quanto às fronteiras da sua capitania com a de Duarte Coelho Pereira. Houve violência entre os dois e Francisco se retirou e deu lugar ao capitão João Gonçalves. Apesar disso, o frade remete a este tempo como um período de prosperidade para a capitania de Itamaracá, que, depois de sua falência pela má gestão dos índios amigos, que se rebelaram, passou a fazer parte da capitania da Paraíba, anos mais tarde.

No Capítulo Décimo Terceiro, o assunto é a capitania cedida à João de Barros, que a princípio não foi nomeada por frei Vicente; o frade opta por contar primeiro a aventura da chegada da companhia de João de Barros, que contava ainda com Aires da Cunha e Fernad'Álvares de Andrade, que mais a diante seria donatário de uma seção da capitania do Maranhão, onde, nesse primeiro momento, se desenrola a aventura contada pelo frade.

João de Barros e sua companhia chegaram ao Brasil para tomar posse do território doado por d. João III, que estaria acima da capitania de Itamaracá, de Pero Lopes de Sousa. Devido à tormentas no mar, foram levados pela maré e pelos ventos ao baixios da Ilha das Vacas, posteriormente chamada de ilha de São Luís, no Maranhão, onde alguns navios naufragaram e alguns homens foram mortos. Porém, ao tomarem conhecimento da terra onde estavam, perceberam que o gentio era pacífico – apesar de terem sido classificados de tapuias – e lhes tratavam com muito respeito, a ponto de negar amizades com franceses e outros índios durante o período em que parte da tripulação se ocupou do local.

No entanto, os portugueses não tomaram o território para si, mesmo vendo as vantagens que aquelas terras ofereciam; para explicar a razão dessa aparente incoerência, frei Vicente é rápido para elucidar que não era aquele o território cedido

por el-rei a João de Barros – ao invés de criticar a negligência portuguesa em povoar e explorar suas posses no Brasil de forma efetiva – mas que esse se tratava de fato das terras contíguas às da capitania de Itamaracá.

Por fim, o Décimo Quarto e último capítulo do Livro Segundo da *Historia do Brazil* trata da capitania do Maranhão doada por el-rei para Luiz de Mello da Silva, filho do alcaide-mor de Elvas, depois de ter chegado a esta terra e ter-se afeiçoado dela. Talvez, dada a presença do pai de frei Vicente na frota de Luiz de Mello, o autor por razões afetivas tenha descrito este capítulo com uma tônica aventureira. Soma-se a isso o fato da jornada ser marcada por tormentas e naufrágios. Há também um toque de mistério visto o desconhecimento que se tinha da porção continental do Maranhão. Inclusive a viagem de Luiz de Mello, segundo frei Vicente, tinha como objetivo a procura um território para reclamar para si com d. João III. Sendo o Maranhão desconhecido, com exceção da ilha de São Luís (no momento chamada de “das Vacas”).

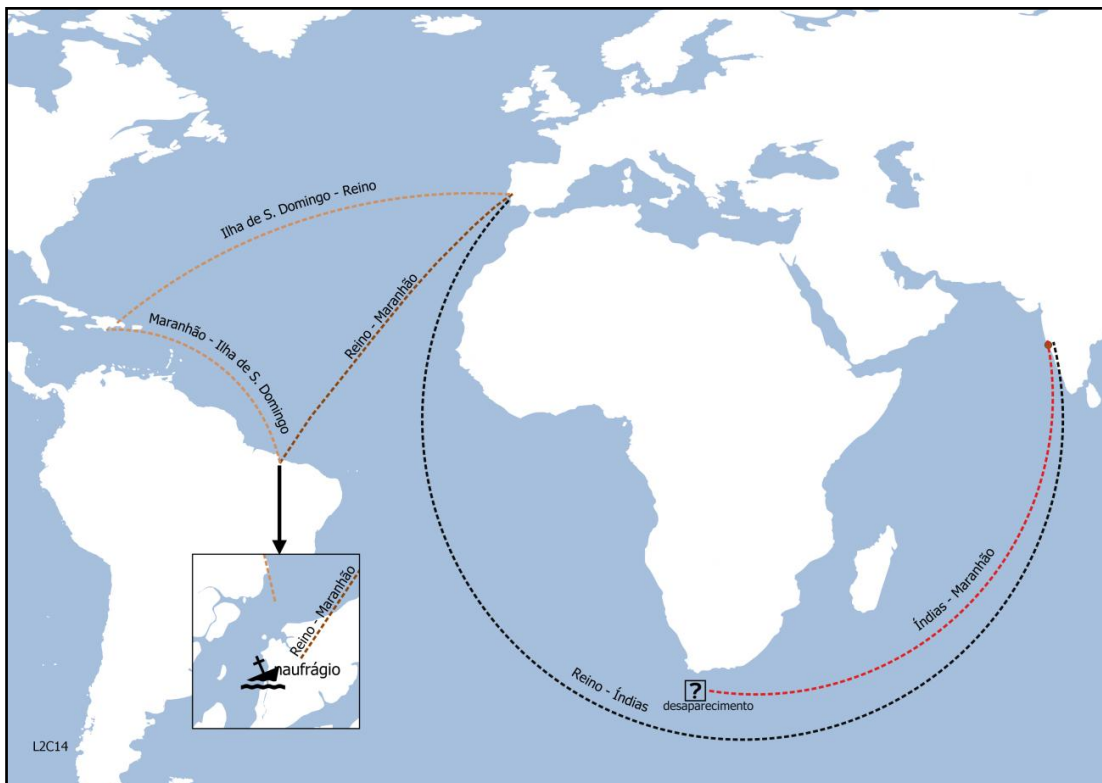


Figura 21 - A malfadada tentativa de Luiz de Mello de tentar se estabelecer no território hoje pertencente ao Maranhão. A seta marrom indica sua primeira viagem, tendo posteriormente se perdido nos baixos da costa e arribado nas Índias de Castela. Depois de conseguir retornar ao Reino e ir para a Índia Oriental, onde conseguiu fazer fortuna, Luiz de Mello tenta sua campanha pela capitania novamente, mas se perde em alto-mar e não há mais notícia sua.

Esse capítulo traz as descrições geográficas do território do Maranhão, ao contrário do capítulo anterior. O abandono do espaço e a volta às incertezas e ao sentimento de vazio retorna com a morte de Luiz de Mello da Silva, em alto-mar, depois de missões bem-sucedidas na Índia e tendo o intuito de tentar criar efetivamente uma povoação nas terras do Maranhão.

Dessa forma termina o Livro Segundo da obra de frei Vicente, com a volta de uma afirmação que já havia sido indicada acima pelo próprio autor: a ação dos valorosos homens portugueses era o principal fator transformador do espaço inóspito da terra do América Lusa, ignorando a participação dos índios como transformadores benignos do espaço – estes são tratados como hostis, como animais belicosos, e não como formadores de espaços do jeito que o homem branco é posto. A ideia de aventura e desbravamento acompanha a narrativa, levando o leitor a perceber a relação entre o **fixo** (neste caso, como ao longo da narrativa, indicado como os índios) e o **fluxo** (as ações desbravadoras dos portugueses) na construção do espaço.

Capítulo 5 - O Livro Terceiro

“Depois que el-rei soube da morte de Francisco Pereira Coutinho, e da fertilidade da terra da Bahia, bons ares, boas águas, e outras qualidades que tinha para ser povoada; e juntamente estar no meio das outras capitânias, determinou povoá-la e fazer nela uma cidade, que fosse como coração no meio do corpo, donde todas se socorressem, e fossem governadas.”³⁰

Logo no Capítulo Primeiro, frei Vicente afirma que a posição estratégica da terra da Bahia seria de grande importância numa situação de possível sítio a Portugal: caso o Reino fosse invadido por outras nações, seria menos penoso o rei deslocar-se com seus súditos para o Brasil do que para as Ilhas, que estão muito próximas ao continente europeu e também poderiam ser alvos alcançáveis sem grandes dificuldades dos invasores; a Índia ficava muito distante do Reino, tornando a missão de reconquista de uma Portugal invadida muito mais árdua.

A África, pelo visto, sequer tendo sido mencionada como opção para os portugueses viverem, teria seu papel reduzido a um purgatório para os seus conquistadores – cujas missões contra os bárbaros e mouros lhes concederiam a glória em vida e no Além – e como fonte de mão-de-obra escrava. Porém, a morte de d. João III, em 1557, de acordo com a visão do frade, encerra o ímpeto colonizador dos portugueses na América lusa, tendo sido diminuído o apreço que os próximos regentes tinham ao Brasil.

A partir do Livro Terceiro começa a ser narrada com maiores detalhes a sucessão dos governadores-gerais do Brasil e as medidas administrativas que tomaram para assegurar o domínio português nas terras até então pouco efetivamente ocupadas – por eles, os portugueses, já que a presença francesa pela costa e um pouco adentro pelo sertão tornava-se, para os índios, quase rotineira –

³⁰ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 148.

apesar dos envios de expedições de reconhecimento da costa, das entradas dos rios e enseadas do Brasil, como a de Gonçalo Coelho em 1521.

O Capítulo Primeiro começa com a notícia que d. João III teve da morte de Francisco Pereira Coutinho, primeiro donatário da Bahia, e continua a medida que el-rei tomou para que se ocupassem de vez aquelas terras férteis da Bahia, da qual teve notícia anos atrás. A narrativa segue com a chegada do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, à Bahia, em 1549, juntamente com os funcionários necessários para a centralização do poder na recém-fundada e fortalecida cidade do Salvador.

Vieram consigo por ouvidor-geral o doutor Pero Borges, por provedor-mor da fazenda Antônio Cardoso de Barros, e por alcaide-mor da cidade Diogo Muniz Barreto, com toda a gente necessária para povoarem e trabalharem a terra, mais alguns degredados, com o intuito de efetivar também a retirada dos grandes privilégios que detinham até então os capitães-donatários em seus respectivos quinhões, que contavam, cada um em sua capitania, com autoridade da qual disporia apenas, de então em diante, o governador-geral.

A escolha da Bahia como centro do governo-geral na América portuguesa foi óbvia devido à novas da fertilidade do solo e pelo fato de haverem muitas aldeias de gentios que ajudavam os brancos até na luta com seus contrários, mas também se deu devido ao misticismo que envolvia a terra, geograficamente falando, sobre o qual já foi mencionado anteriormente; por se localizar no centro do território, de lá seria mais fácil atender às outras capitanias, e a cidade da Bahia serviria como o coração a um corpo, e seria ao Brasil dessa maneira vital. A ideia que prevalece do espaço é mais uma vez mística, por trás do motivo pragmático para a ocupação da Bahia, por se localizar no centro e pelas marés serem mais favoráveis às viagens ao Reino e por ser o porto mais próximo de Portugal em relação aos de África e Ásia, também por conta das marés.³¹

³¹ Maria Lêda Oliveira. *A História do Brasil de frei Vicente do Salvador. História e política no Império português do século XVII*. Rio de Janeiro; São Paulo: Versal; Odebrecht, 2008. p.



Figura 22 - A facilidade de deslocamento desde o Reino até a cidade da Bahia.

Frei Vicente comenta como foi próspero o triênio do governo de Tomé de Souza e como o nobre era diligente em seus afazeres, muitas vezes poupando outros que vieram para trabalhar na fortificação da cidade, elevando a figura de Tomé de Souza a todo o momento. Mas vai ser a imagem de Mem de Sá, o terceiro governador do Brasil, a mais exaltada como exemplo para todos os governantes do Brasil, segundo o frade; isso será visto mais adiante.

A visão que se tira sobre o espaço vai variar entre as descrições das principais vilas, cidades e portos que estão no centro dos acontecimentos neste momento da narrativa e os deslocamentos para as guerras de conquista do litoral e do sertão, contra o gentio bárbaro e os estrangeiros – notadamente, neste livro terceiro, os franceses.

O Capítulo Segundo ainda trata do crescimento da cidade da Bahia, com a chegada de ainda mais povoadores: mais donzelas do Mosteiro das Órfãs, mais

fidalgos para ocuparem os cargos administrativos e, para tratarem dos cuidados espirituais dos habitantes da terra, chega o primeiro bispo do Brasil, d. Pero Fernandes Sardinha, juntamente com mais seis irmãos da Companhia de Jesus, em 1551. Este ano ainda marca o fim do triênio do governo de Tomé de Souza. O espaço ainda está limitado à cidade de Salvador, em franca expansão no campo estrutural e espiritual.

No seguinte começa a chegada do segundo governador do Brasil, Duarte da Costa, em 1553. No campo espiritual chegam, juntamente com o Duarte da Costa, o padre Luiz da Grã e o irmão José de Anchieta, que será alvo de grandes encômios vindos de frei Vicente nos próximos capítulos.

A influência do sobrenatural sobre o mundo dos homens mais uma vez volta a ser a explicação que o frade encontra para elucidar o motivo dos desentendimentos que surgiram entre governador e bispo – os quais o frade, aliás, afirma que duraram, entre as cabeças seculares e eclesiásticas na Bahia vários anos, e que será novamente explicitada no livro quinto, quando da invasão dos holandeses em Salvador – que discordavam de algumas medidas as quais o frade não especifica; diz apenas que, com essas desavenças, o bispo Sardinha teve que retornar ao Reino, nunca chegando a seu destino final devido ao naufrágio de sua embarcação nas proximidades do rio Coruripe, que fazia parte da capitania de Pernambuco, onde foi devorado pelos índios caetés, segundo o frade. Essas discordâncias o frade atribui ao trabalho do demônio, novamente amalgamando os mundos terreno e sobrenatural.

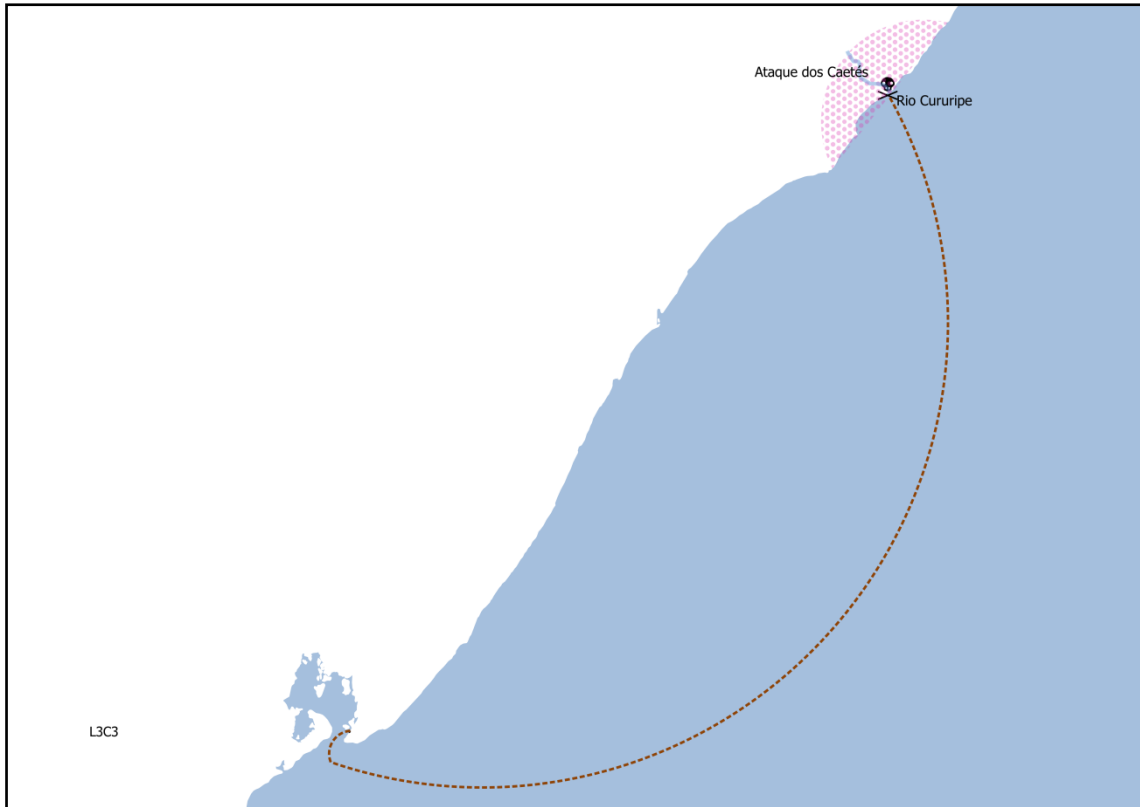


Figura 23 - A jornada do padre Sardinha e seu fim próximo ao rio Cururipe, onde foi devorado pelos Caetés, juntamente com a maioria da tripulação.

Em seguida, o Capítulo Quarto trata do que foi feito em consequência da arribada de uma nau que chegara da Índia, que se deu na Bahia ainda na época de Duarte da Costa, em 1555 – segundo a narrativa do frade, esse seria seu segundo ano de governo. Esse tipo de acontecimento se repetirá por mais vezes através da narrativa, o que reitera a posição estratégica que a Bahia tem em relação aos outros portos do mesmo estado do Brasil e de outras posses portuguesas pelo globo, em relação ao Reino, fato que já havia sido constatado anteriormente pelo frade.

O Quinto capítulo traz mais uma nova de uma nau de Índia que ancora na Bahia, em 1556; faz parte desta tripulação Luiz de Mello da Silva, anteriormente mencionado como donatário da capitania do Maranhão, sem poder tê-la povoado efetivamente devido a naufrágios, que tomaram a vida de inúmeras pessoas que havia levado de Portugal consigo para a construção de um povoado no Maranhão, da primeira vez que tentou a empresa. O ano seguinte, de 1557, marca o fim do

governo de Duarte da Costa, assim como também marca duas perdas que influenciariam o ímpeto colonizador português de alguma forma: o falecimento do imperador Carlos V, que ainda em vida havia renunciado a coroa de Castela em nome de Filipe II e do Sacro Império em nome de seu irmão Fernando, e também da morte de d. João III, muito estimado por frei Vicente por conta de sua diligência ao tratar dos assuntos da ocupação e povoamento das terras conquistadas.

O Capítulo Sexto começa no ano de 1557, apesar de carregado das perdas do imperador Carlos V e d'el-rei d. João III, compensa ao marcar a chegada de Mem de Sá, terceiro governador do Brasil, que frei Vicente tem como “espelho dos governadores do Brasil”. Sobre ele e as medidas de seu governo, frei Vicente dedica mais tempo do que aos dois primeiros governadores-gerais. A questão da manutenção do espaço da Bahia por meio das guerras contra o gentio contrário nas cercanias da cidade e pelo estabelecimento das pazes com os índios cristianizados foram algumas das primeiras medidas administrativas de Mem de Sá.

O assunto das guerras ao gentio bravo continua no Capítulo Sétimo, transportando o leitor para a capitania do Espírito Santo, onde os índios bravos vinham desbaratando os brancos por anos. Mem de Sá envia seu filho Fernão de Sá para tratar das guerras ao gentio que vinha do rio Bricaré (sic), na época pertencente à capitania de Porto Seguro, de onde vinha o gentio que atormentava Vasco Fernandes Coutinho no Espírito Santo. Para desgosto do governador, seu filho Fernão é morto em guerra.

Mais um dos feitos do governador foi tratar da expulsão dos invasores franceses no Rio de Janeiro, que eram ajudados dos índios da região para cortarem pau-brasil. O Rio de Janeiro foi povoado e fortificado pelos franceses sob a direção de Nicolau Villegaignon, por não tê-lo feito Pero de Góis no momento em que havia recebido as terras da capitania – que abrangiam as terras do Rio de Janeiro – por d. João III, como mencionado anteriormente. O Capítulo Oitavo trata um pouco das peculiaridades da ocupação francesa do Rio de Janeiro e das medidas da expulsão dos mesmos pelos portugueses e seus aliados.

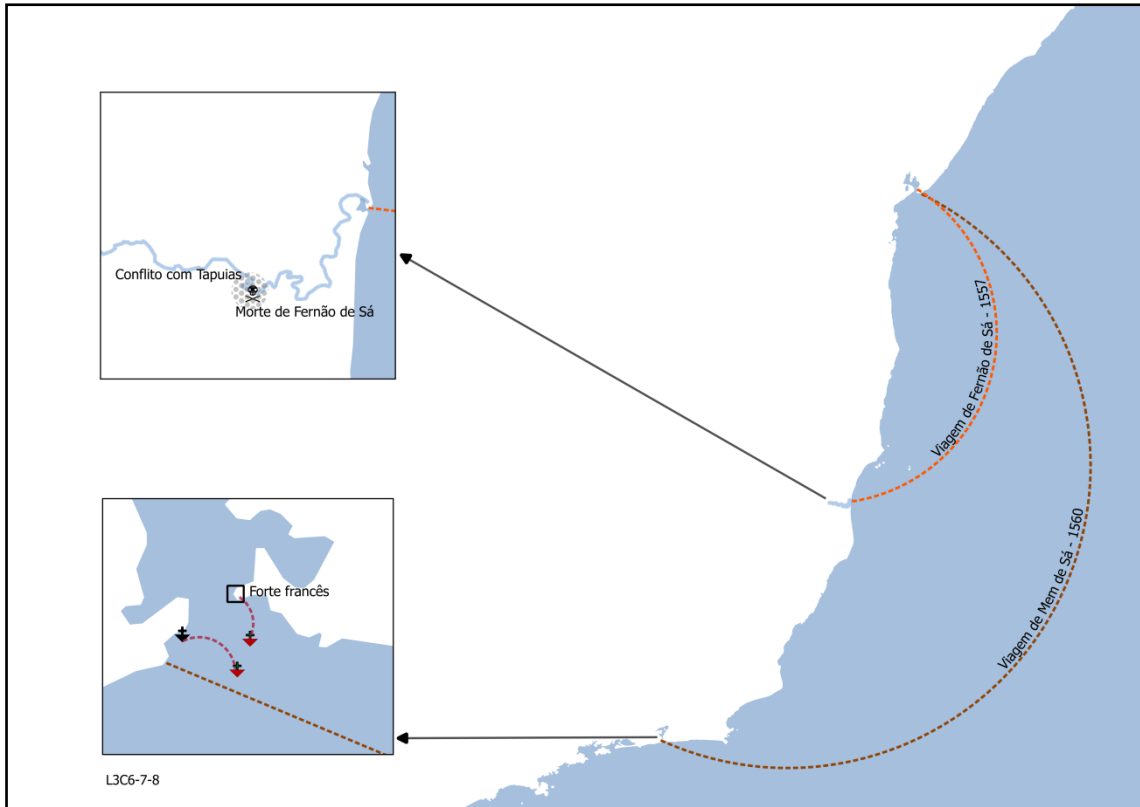


Figura 24- Os conflitos com os Tapuias no rio Bricaré (sic) e a morte de Fernão de Sá, em 1557; no quadro de baixo, a viagem de Mem de Sá para dar guerra aos franceses que se apoderaram da baía do Rio de Janeiro, para destruir um forte que o invasor havia construído.

O Nono capítulo fala novamente sobre a sorte de mais uma nau da Índia que ancorou na Bahia. O espaço da narrativa passa novamente a ser global, abrangendo as demais conquistas e territórios portugueses pela Ásia, notadamente China, Sumatra, Índia e outras partes. Ainda sobre a Bahia, frei Vicente faz menção a um engenho Mem de Sá mantinha no Sergipe, que ficava a oito léguas da cidade da Bahia.

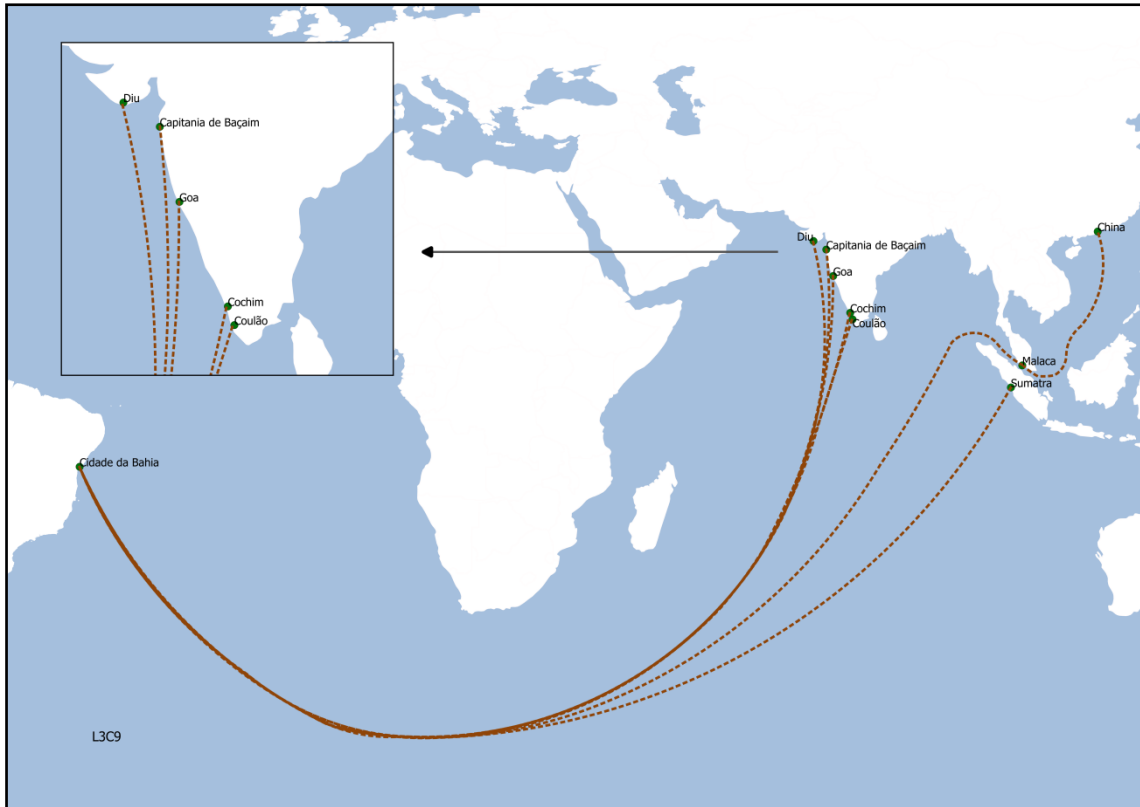


Figura 25 - Representa o espaço global e as conexões que esses espaços tinham com a América Portuguesa. A Cidade da Bahia servia de caminho para as naus poderem invernar depois de viagens muito longas e arriscadas como as para a Ásia. Muitas vezes, as embarcações chegavam de arribada à costa da Bahia por conta das condições das penosas viagens.

Voltando ao assunto dos índios na região do Rio de Janeiro, no Capítulo Décimo: os tamoios já haviam sido expulsos, juntamente com os franceses, daquelas terras pelo esforço combinado de Vasco Fernandes Coutinho e Fernão de Sá, pelo menos de forma temporária. Lançados daquelas terras, os tamoios partiram para São Vicente e lá começaram a atacar aos brancos e aos índios cristãos. Num esforço para reverterem essa situação, foram enviados a São Vicente os padres Anchieta e Nóbrega, que trabalharam para a pacificação do gentio e alento dos brancos.

Frei Vicente não dá detalhes sobre o deslocamento dos tamoios no espaço, apenas fala que houve uma migração do Rio de Janeiro – tendo sido expulsos daquelas terras pelos portugueses – para São Vicente, migração causada por motivos de invasão de território (tomado dos portugueses). O frade fala também da ocupação portuguesa da Cidade Velha, no dia de São Sebastião em 1564, onde, aos pés do Pão

de Açúcar, construíram um baluarte para se defenderem do gentio. Mais tarde, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro seria fundada, devido aos milagres que o santo teria feito em favor dos brancos.

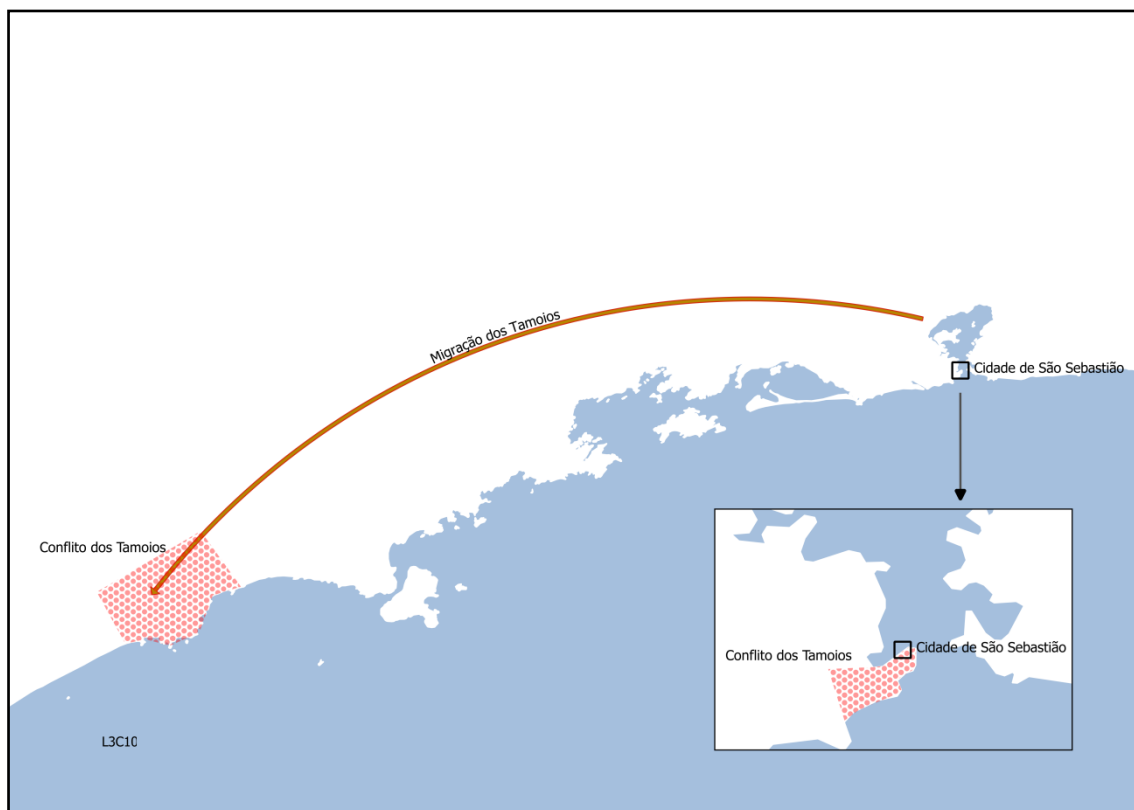


Figura 26 - Tendo sido expulsos da região da cidade de São Sebastião, os Tamoios migram para a capitania de São Vicente, onde causam grandes danos.

O foco da narrativa vai para Pernambuco no Capítulo Décimo Primeiro e lá permanece por mais quatro capítulos. Este começa com a crônica das guerras que os irmãos Jorge de Albuquerque Coelho e Duarte Coelho de Albuquerque deram ao gentio do Cabo de Santo Agostinho e do rio São Francisco, os quais já haviam sido notícia no livro anterior. Depois de terminados esses conflitos, o frade narra a sorte que teve Jorge de Albuquerque e os perigos que correu em alto-mar em sua viagem de volta ao Reino, com tormentas e ataques de corsários franceses superiores em armas e homens à esquadra do português. O fato de ele ter conseguido chegar à Portugal depois de todos esses infortúnios foi atribuído pelo frade a um milagre, fazendo expandir o espaço do sagrado português até o oceano, já que onde quer que

vão, as forças divinas os acompanharão, enquanto seu esforço tiver valor – e com frequência têm, conforme as aspirações do autor.

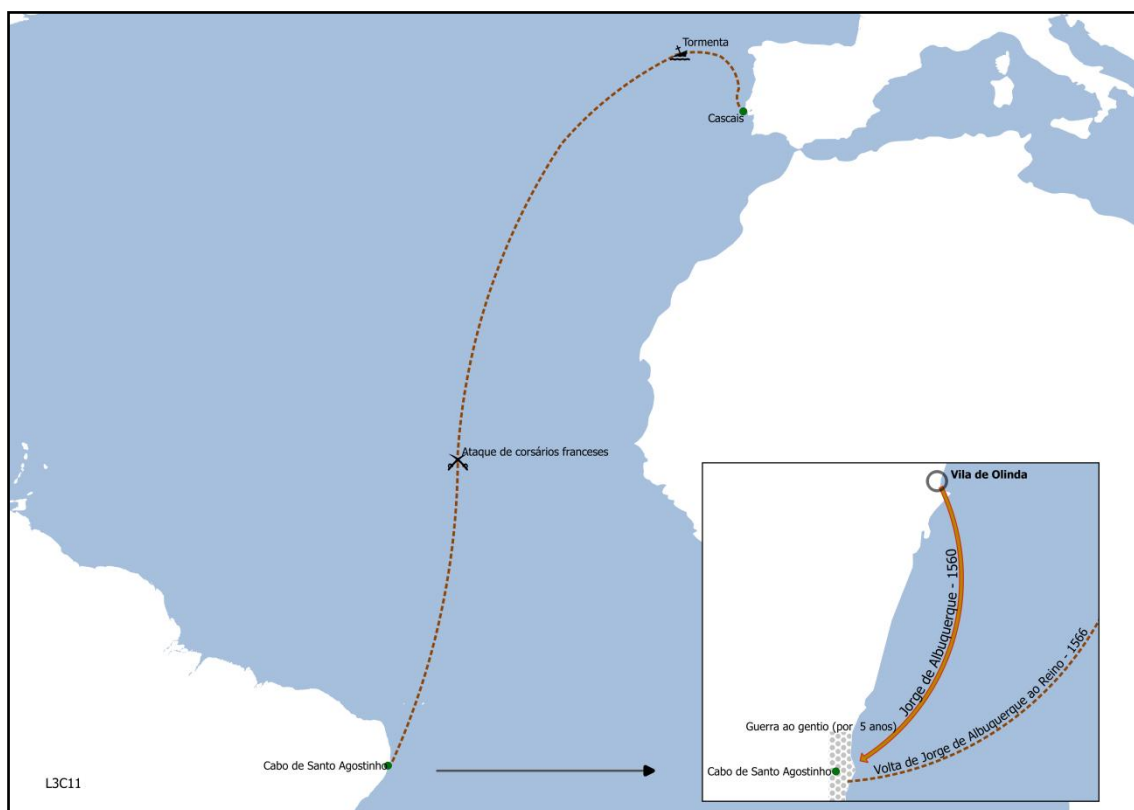


Figura 27 - Jorge de Albuquerque sai da Vila de Olinda no ano de 1560 para combater o gentio do Cabo de Santo Agostinho numa guerra que se estende por cinco anos, até que, em 1566, decide retornar a Portugal. Em algum lugar no Oceano, sua nau é abordada por corsários franceses, que o faz de prisioneiro, até que Jorge de Albuquerque e sua tripulação conseguem escapar do controle francês devido a uma tempestade próxima a Ilha Terceira, de onde andaram à deriva até conseguirem ajuda de outros navios portugueses e chegarem em Cascais.

O Capítulo Décimo Segundo começa com as medidas tomadas por Mem de Sá e seu sobrinho Estácio de Sá para a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, que se seguiu com a derrota do gentio tamoio que os ajudava na extração de pau-brasil e com a destruição de fortes construídos pelos invasores, no dia vinte de janeiro de 1567, dia de São Sebastião – a cidade a ser fundada pelo governador-geral com a fortificação portuguesa receberia a graça do santo. Salvador Corrêa de Sá, outro sobrinho do governador, ficou como capitão-mor da cidade. A tônica das guerras e das fortificações como fatores determinantes da efetivação do povoado português voltam a ter destaque na narrativa.

O Capítulo Décimo Terceiro faz menção às campanhas portuguesas fora da América, como as expedições ao reino africano de Monomotapa – tendo essa esquadra arribado na Bahia no tempo em que iam à essa conquista. A noção de espaço torna a ser maior que nos capítulos anteriores, extrapolando os limites territoriais das conquistas na América e estendendo-se novamente para a África e a Índia.

Além desse tema, o frade trata do que se ocupava o governador Mem de Sá também no campo jurídico, quando frei Vicente fala do crime que havia cometido um membro da tripulação da nau arribada, em que estava Francisco Barreto, que havia sido governador da Índia. Nesse tempo, Mem de Sá já estava no aguardo da chegada do próximo governador, enquanto cumpria seus últimos deveres no tempo que lhe restava em seu cargo.

No capítulo anterior, frei Vicente ainda fala que as guerras no sul e no norte ainda não haviam cessado e disso se ocupava muito o governador Mem de Sá. O Capítulo Catorze volta a falar da rebelião dos Tamoios, que voltaram ao Cabo Frio para atacar o Rio de Janeiro. Contra tais adversários, os portugueses contavam com o valoroso esforço dos índios aliados na região que eram comandados pelo principal Araribóia, batizado pelos portugueses de Martim Afonso de Souza, em homenagem a seu padrinho do mesmo nome, que o conheceu quando veio a essas terras para tratar da povoação da capitania de São Vicente e teria contado com o apoio de seus seguidores na luta contra o gentio bravo. Estes índios, e em especial o principal Araribóia – mais mencionado pelo seu nome cristão do que pelo seu “nome brasil”³² – recebem encômios constantes de frei Vicente por seus esforços em apoiarem os portugueses e seu plano evangelizador cristão. No mesmo capítulo, o frade traz mais novas sobre a exploração francesa do pau-brasil no litoral e no sertão da região do Rio de Janeiro.

³² Termo utilizado pelo próprio frade ao de referir ao nome indígena de Araribóia. Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 195.

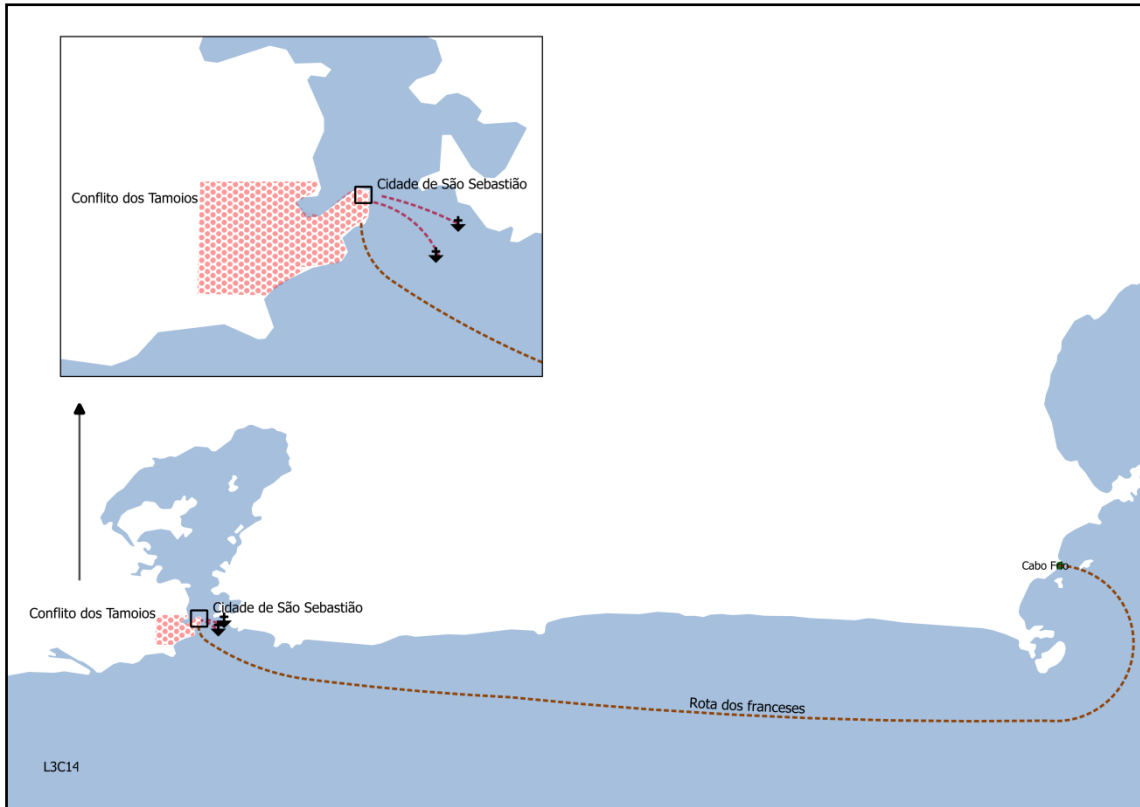


Figura 28 - Ataques dos Tamoiós e dos franceses à cidade de São Sebastião.

O Capítulo Décimo Quinto trata das guerras que se deram em Pernambuco durante aquela época contra o gentio que havia se apoderado das terras férteis do Cabo de Santo Agostinho, num episódio de lutas internas dos índios que resultou num dissenso entre os mesmos e na migração de alguns grupos para partes diferentes da capitania de Pernambuco no tempo de Jorge de Albuquerque. Para dar combate aos índios rebelados foram criadas diversas companhias com os homens da terra, brancos e índios amigos; quanto aos portugueses que viviam em Pernambuco, a espacialização entre eles no momento da divisão das companhias torna-se notória quando estes se dividem em grupos de homens oriundos das mesmas regiões em Portugal: um grupo de vianeses, outro de gente do Porto, outro de lisboetas, ressaltando a regionalização portuguesa na América. Havia também uma “companhia de aventureiros”, formada por mancebos solteiros.

Este capítulo também traz a história fantástica de um padre que frei Vicente chama de Padre do Ouro – também chamado pelo frade, mais adiante no mesmo

capítulo, de Padre Mágico – apelidado dessa forma por fazer alguns truques de mágica para enganar os índios e levá-los como escravos de forma desonesta. O curioso é que, talvez principalmente por conta do fim escuso que tinham seus truques, frei Vicente não os atribua a milagres de Deus; também seu fim é um mistério, como o frade traz para a *Historia*, porque o Padre do Ouro havia sido preso e mandado ao Reino, mas sua embarcação “arribou às ilhas”, onde ele desapareceu numa noite sem que se descobrissem mais notícias dele.

As ações do Padre do Ouro resultaram na captura de vários índios amedrontados por sua “magia”, que eram vendidos para os brancos – os que só queriam tratar das coisas da vida terrena, sem se preocuparem com a vida celestial e com as boas ações para com os gentios a serem convertidos e, portanto, salvos – sem que Duarte Coelho de Albuquerque os repreendessem por tal atentado contra a catequização e conversão dos gentios, um dos objetivos das ordens religiosas na América portuguesa – ao contrário, o governador se aproveitava das peças capturadas, apesar de ser duramente repreendido por seu irmão Jorge de Albuquerque e seu tio Jerônimo de Albuquerque. Por tal negligência, d. Sebastião ordenou que Duarte Coelho de Albuquerque retornasse ao Reino e partisse Jorge e com sua majestade para a África, donde não retornariam Duarte e el-rei, em 1578 (anos à frente do momento cronológico do presente capítulo, tipo de digressão que frei Vicente costuma realizar em sua narrativa).

O Capítulo Décimo Sexto começa com o envio do sucessor de Mem de Sá ao governo do Brasil, que seria d. Luiz Fernandes de Vasconcelos; o nobre não teria chegado à Bahia por conta do ataque que a esquadra sofreu em alto-mar por corsários luteranos, em 1570.

Este capítulo marca, para o frade, um momento de pesar: o ano de 1571 é marcado pelo falecimento de Mem de Sá, na Bahia, considerado pelo frade o “espelho dos governantes do Brasil”, conforme mostrado anteriormente. Em sua obra, frei Vicente afirma que sua morte havia se dado no mesmo ano da morte de d. Luiz Fernandes de Vasconcelos que no capítulo anterior consta como 1570; porém,

no capítulo dezessete, o frade aponta o ano da morte do terceiro governador do Brasil como tendo ocorrido em 1571.

No esteio dos elogios ao caráter e ao compromisso dos nobres portugueses para com a causa da Coroa em seus territórios conquistados, frei Vicente aproveita para comentar sobre as vitórias milagrosas de Portugal nos territórios da Ásia, como em Goa, Chaul e Malaca. Os relatos são mais fantásticos dos que o frade costuma trazer para a narrativa em respeito ao Brasil, como vitórias alcançadas com um número ínfimo de soldados contra centenas de milhares de guerreiros inimigos fortemente armados até com milhares de elefantes de guerra, e outros tipos de exageros de números.

O Capítulo Décimo Oitavo conta como Cristóvão de Barros, filho do primeiro provedor-mor do Brasil Antônio Cardoso de Barros – morto junto com o primeiro bispo, d. Pero Fernandes Sardinha, no naufrágio de sua embarcação próximo ao rio Coruripe – foi tornar-se capitão-mor do Rio de Janeiro. Um pouco mais a respeito da economia que se praticava naquela região foi explorada por frei Vicente, quando o frade descreve como se dava a pesca de tainhas no rio Magé, além de especificar que o capitão-mor Cristóvão de Barros havia também feito lavouras e pelo menos um engenho no local. Outro detalhe que frei Vicente nos mostra sobre as medidas econômicas que foram alimentadas por Cristóvão de Barros no Rio de Janeiro foi a realização de pregões públicos que o capitão-mor organizava na cidade para que “todos os que quiserem” participar tivessem uma voz sobre como melhor aproveitarem a pescaria.

O Capítulo Décimo Nono marca a chegada – em algum ponto depois de 1571 – do quarto governador do Brasil, d. Luiz de Brito de Almeida, depois de conhecida pelo rei a morte de d. Luiz Fernandes de Vasconcellos em alto-mar nas mãos de corsários franceses. Uma das primeiras medidas do novo governador foi a de dar guerra ao gentio que povoava o rio Real, com o intuito também de povoar a região com brancos. A povoação ficou, posteriormente e a cargo do governador, nas mãos de Garcia d'Ávila. Temas como a pesca, a criação de gado, as guerras contra os índios contrários aos portugueses e o povoamento dos brancos na região – com

muitos moradores da Bahia – voltam a ter destaque na narrativa. Garcia d'Ávila, segundo o frade, tinha currais de gado a 12 ou 13 léguas dali, próximo ao rio Tatuapará (neste capítulo, frei Vicente não discorre muito sobre a localização deste rio nem das distâncias entre ambos os corpos d'água, mas Gabriel Soares de Sousa em seu *Tratado Descritivo do Brasil* traz um pouco mais dessas informações). Ao final do capítulo, frei Vicente afirma que o local ficou povoado apenas dos currais de gado; o resto, aparentemente, falhou.

Ainda na campanha de povoação do sertão do rio Real pelos brancos, frei Vicente conta sobre o apresamento injusto dos índios da região, ocorrência que o frade desaprova sempre. Neste esteio, comenta sobre a ida de Antônio Dias Adorno para o sertão, a princípio em busca de minas, mas efetivamente para buscar mais índios escravizados. O governador então manda Sebastião Álvares para descobrir as minas no sertão ao longo do rio São Francisco, com ajuda do gentio do principal conhecido dos portugueses como Porquinho.

O frade narra também como se deu uma aliança temporária entre os tabajaras, gentio que era contrário aos brancos – aliança que acabou em pouquíssimo tempo, dado à tentativa de traição dos brancos descoberta dos Tabajaras, que seriam levados como escravos junto com os índios contrários aos portugueses que capturaram para os mesmos. Descoberto o plano dos brancos de levarem os tabajaras à ferro, estes, a mando de seu principal, esperaram os brancos dormirem para matá-los sem que pudessem reagir.

No Capítulo Vigésimo Primeiro, o frade trata de assuntos como a justiça da Igreja, quando fala sobre um homem que tratava cruelmente seu escravos, de como isso havia sido condenado pelos religiosos e seculares da Bahia e quais as atitudes tomadas para puni-lo. Fala também da sucessão do bispo d. Pero Leitão, que havia sido morto pelos índios caetés próximo ao rio Coruripe e foi substituído por d. Antônio Barreiros.

Como de costume, houve mais uma nau arribada nas proximidades do rio Arembepé, “a um tiro de falcão de Recife”, durante esse tempo, ocorrência que terminou em seu naufrágio, na morte de parte da tripulação e no saque dos bens que

o navio trazia; esse momento de desespero marca, na narrativa de frei Vicente, o fim da “era dourada” da Bahia.

O Capítulo Vigésimo Segundo estabelece o tom dos próximos capítulos do terceiro livro com um tema que vai se alongar por praticamente o resto da obra: as guerras na Paraíba contra o gentio bravo de lá e a exploração do seu sertão para obtenção de bens, expulsão dos franceses que se aproveitavam daquela região e povoamento. O capítulo traz detalhes geográficos sobre a localização do rio da Paraíba – que se encontra a vinte e duas léguas de Pernambuco, de acordo com o frade – assim como a extensão do território dominado pelos índios Potiguares, que se estenderia da Paraíba até o Maranhão, por quatrocentas léguas. Esse gentio, que não se submetia aos portugueses e eram inimigos de outros grupos indígenas (notadamente os já “pacificados” e cristianizados pelos portugueses), sediam sua força de trabalho – “comerciavam” – com os franceses, ajudando-os na extração de pau-brasil e em outras funções. As guerras contra os potiguares teriam tido início por volta de 1574 e teriam durado por vinte e cinco anos, conforme frei Vicente.

É apenas no Capítulo Vigésimo Terceiro que frei Vicente fala sobre a divisão do governo do Brasil em duas partes, apesar do avançar dos anos na narrativa do frade em relação a essa medida administrativa (fato que acontece de forma repetida durante sua obra): as terras do sul da Bahia ficaram a cargo do dr. Antônio Salema e as da Bahia para cima firmam a ser governadas por Luiz de Brito. Trata-se de uma medida que visava a prevenção da ocupação francesa de forma permanente. O que é curioso, pois trata-se de um assunto que altera a forma de interação entre os capitanias e vilas e povoações, além de tratar-se de um capítulo muito pequeno.

O frade fala da impossibilidade do governador Luiz de Brito de ir à Paraíba para iniciar a conquista do território, encomendado por el-rei, e como o ouvidor-geral dr. Fernão da Silva foi em seu lugar com homens brancos e índios de Pernambuco e Itamaracá para dar guerra aos Potiguares. Fala também da construção de um engenho em Goyana, que mais tarde pertenceu a d. Antônio Cavalcante, onde também construíram uma casa forte que, em algum momento, por uma falha na

construção, foi destruída pelos Potiguares em uma emboscada, que acabou por tirar a vida de vários brancos e seus índios aliados.

O capítulo é longo e trata com detalhes a sorte de uma expedição de Pernambuco ao sertão. O governador Lourenço da Veiga, em 1578, enviou por capitão Francisco Barbosa da Silva com uma enorme quantidade de homens brancos e de índios aliados entrarem pelo rio São Francisco em um caravelão e com um grande número ainda indo a pé. Em sua caminhada, a companhia avistou um grupo de franceses que estava negociando com os índios locais, e durante a madrugada os emboscaram, afirmando os índios que estavam sendo convencidos pelos franceses que a eles os portugueses não queriam mal algum.

Seguindo sua viagem, a expedição chega a requerer ajuda de dois principais que até o momento eram contrários, o Seta e o Porquinho, que concordam em dar auxílio aos brancos. Porém, com o avanço da expedição, ocorrem inúmeras traições desses principais e seus índios contra os brancos, incluindo os de uma aldeia que, a princípio, segundo o frade, foram de vontade própria junto aos brancos para serem seus servos – a postura dos brancos, de levarem presos como seus cativos a um gentio que nunca lhes haviam feito mal algum, é criticada por frei Vicente, que sempre se posicionou contra a escravização de índios fora do costume da Guerra Justa. A sorte final dessa expedição foi que, segundo o frade, os pernambucanos retornam a suas casas mais pobres do que vieram, apesar de conseguirem alguns poucos avanços.

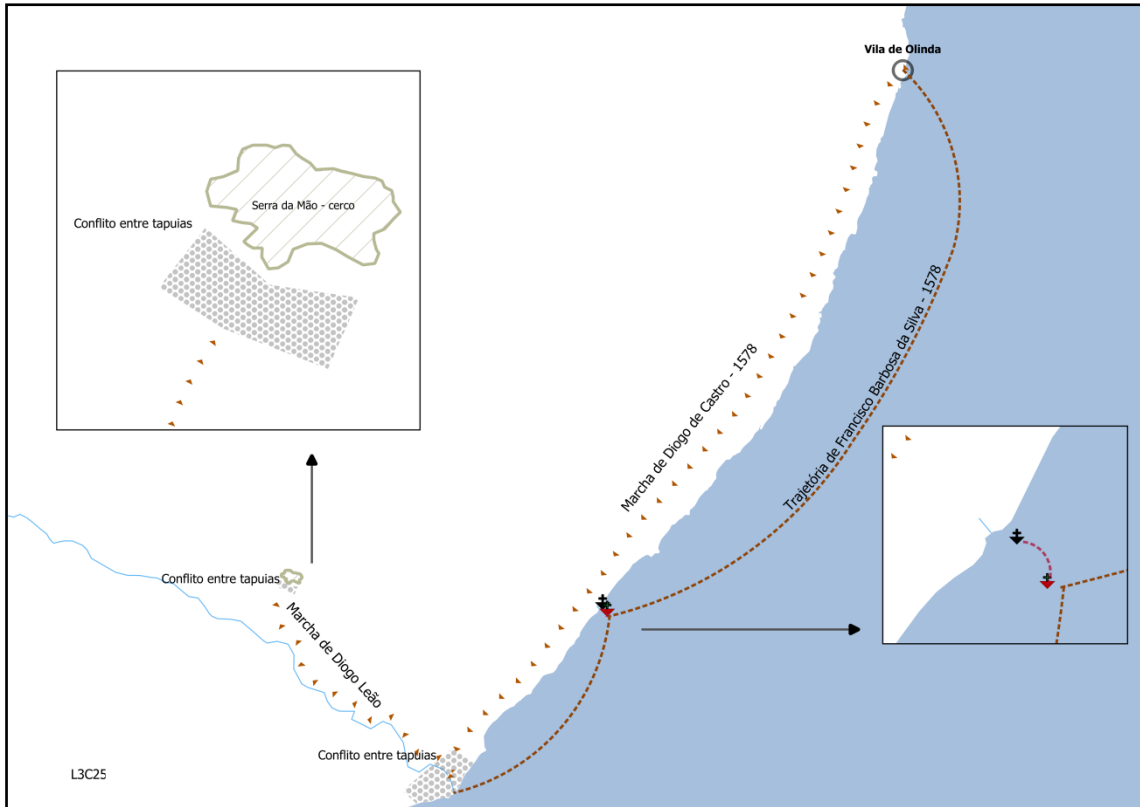


Figura 29 - O mapa mostra dois momentos dos conflitos entre os dois grupos de Tapuias. Um dos grupos, tendo como principal o índio chamado Porquinho, tem auxílio dos portugueses na luta contra o grupo rival, do principal Seta.

O Capítulo Vigésimo Sexto, e último deste Livro Terceiro, trata com alguma brevidade, porém com um tom de gravidade, sobre a querela da sucessão do trono de Portugal, dada a avançada idade de d. Henrique, com sessenta e seis anos, de acordo com o frade. O capítulo se passa inteiramente na Europa (Portugal, Espanha, territórios da Península Itálica), tratando de um assunto que diz respeito à América portuguesa. Frei Vicente fala dos possíveis herdeiros ao trono e dos conflitos entre eles para chegarem ao poder, e aponta a morte de d. Henrique como um ciclo que se fecha: “e como o primeiro senhor de Portugal se chamou Henrique, assim se chamou o último.”³³

No fim do capítulo, frei Vicente conta como o governador Lourenço da Veiga morreu, adoecendo ao saber que seu irmão, Tristão da Veiga, entregou a torre

³³ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 238.

de São Gião (sic) aos inimigos, em Portugal. O Livro Terceiro é encerrado junto com a vida do governador: “(...) e assim acabou o governador Lourenço da Veiga, e nós com ele acabamos também este livro”.³⁴

³⁴ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 240.

Capítulo 6 - O Livro Quarto

O quarto livro da *Historia do Brazil* continua acompanhando a dinâmica da sucessão do governo do Brasil, jogando mais luz também a uma cadeia de eventos que modificaria a interação da coroa ibérica com suas posses ultramarinas e seus domínios dentro da Europa: as guerras de sucessão da coroa portuguesa depois da morte de d. Sebastião, em 1578 na África, e a impossibilidade do cardeal d. Henrique de assumir o trono como regente devido a sua avançada idade foram dois fatores que levaram a abertura dos pleitos de grande número de nobres – os principais estão devidamente nomeados e elencados por frei Vicente desde o Capítulo Vigésimo Sexto e último do terceiro livro – das principais cortes europeias para se lançarem a sucessão ao trono português. Depois das guerras descritas no capítulo vinte e seis, e último, do livro anterior – o Terceiro livro – assume o trono da coroa dual Filipe II de Espanha, o I de Portugal, em 1580.

Filipe II envia Manuel Teles de Barreto para o governo do Brasil. Sua primeira medida como governador foi que todas as capitanias reconhecessem Filipe II como seu novo rei. Essa medida foi suficiente para impedir uma tentativa de ataque de uma pequena frota inglesa fortemente armada em São Vicente, por conta das minas de ferro que lá existiam, que lá chegaram com uma carta falsa afirmando que d. Antônio era o sucessor de d. Sebastião ao trono português e que a rainha da Inglaterra lhes ofereciam benesses. Como o decreto do governador Manuel Teles já havia chegado às capitanias do sul a tempo, antes da tentativa de tomada dos ingleses, houve conflito na região, tendo como resultado a expulsão dos ingleses da costa com o auxílio de uma armada castelhana.

O espaço descrito no capítulo passa a ser maior, estendendo-se a um conjunto que vai além da América portuguesa, em termos territoriais, geográficos, mas que a representa enquanto espaço político. O espaço descrito continua seguindo essa linha no capítulo dois, quando o frade conta do feito do corsário inglês Francis Drake, que em 1579 havia cruzado o Estreito de Magalhães e pouco tempo depois chegara ao Peru, onde “causou desassossego”, como foi denunciado do vice-rei do Peru d. Francisco de Toledo à sua majestade Filipe II de Espanha.

O foco deste capítulo é exclusivamente voltado aos castelhanos, agora bem mais do que antes, mesmo que anteriormente ainda fizessem parte da dinâmica colonial na América lusa, muito aos moldes do capítulo anterior; mas com a coroa ibérica tendo sua sede em Castela desde 1580, as atenções do frade se voltam aos feitos dos espanhóis no Novo Mundo. Sabe-se um pouco mais sobre o vice-reino do Peru e outras localizações da América espanhola, de eventos que tem como cenário seus territórios, como a travessia de *sir* Francis Drake do Estreito de Magalhães e sua chegada ao vice-reino do Peru. Essa atenção aos espanhóis e suas posses ultramarinas passa a ser uma constante nos capítulos seguintes.

Frei Vicente aproveita o fato de estar falando sobre a porção sul da América portuguesa para criticar a *praxis* portuguesa de ocupação de territórios por eles achados, comentando sobre a ilha de Santa Catarina, que foi descrita pelo frade como mais que propícia para o usufruto dos portugueses, mas que sua displicência em de fato ocupar o local e aproveitarem de todas as suas dádivas era típica dos lusitanos.

“Foram à ilha de Santa Catarina, 300 léguas dali, a qual ainda que despovoada – por ser de portugueses que não sabem povoar, nem aproveitar-se das terras, que conquistam – é terra de muita água, pescado, caça, lenha, e outras coisas; (...)”

Outro tema que surge no capítulo, e que será recorrente nos próximos, é o do naufrágio e das arribadas das armadas espanholas na costa americana, exposto neste capítulo pela primeira vez com o insucesso da campanha de Diogo Flores de Valdez, enviado por Filipe II para construir dois fortes nas barras do Estreito como medida para impedir futuras invasões do vice-reino do Peru por outras forças hostis, depois do feito de *sir* Francis Drake.

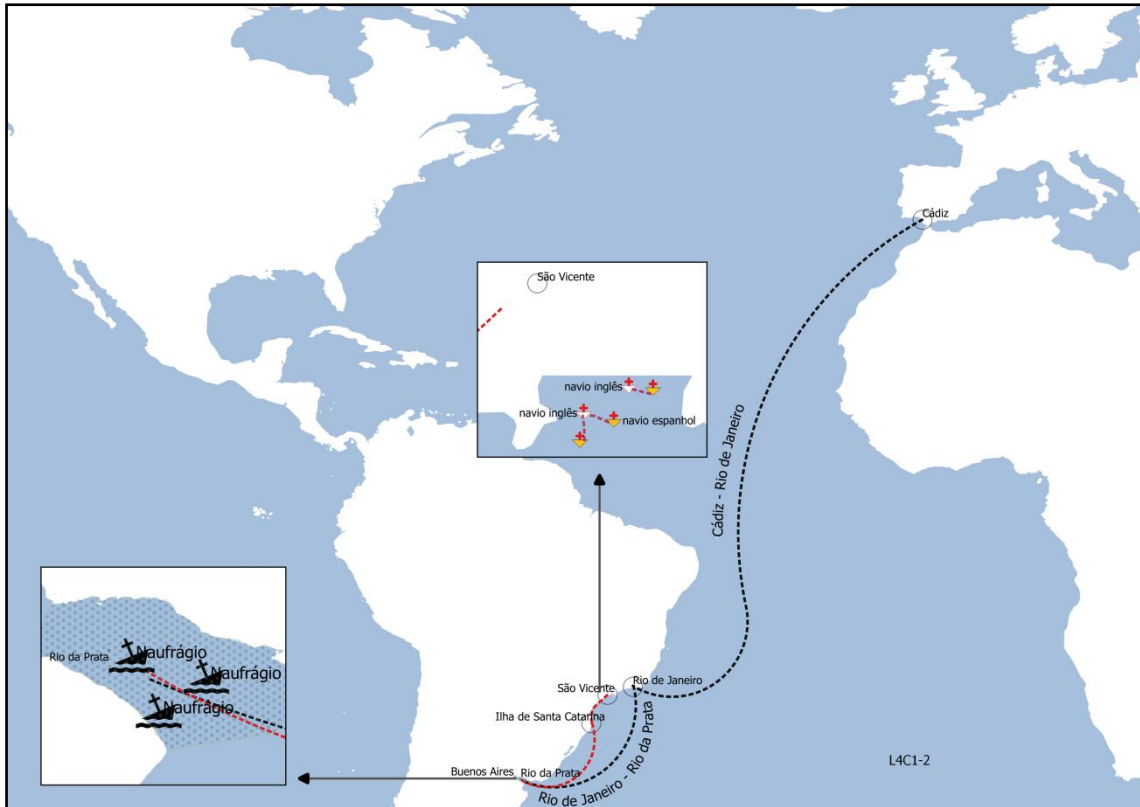


Figura 30 - O mapa acima diz respeito aos dois primeiros capítulos do Livro Quarto. Retrata a jornada de Diogo Flores de Valdéz desde Cádiz até a capitania do Rio de Janeiro, onde a frota inverte até descender no caminho do Rio da Prata para poderem construir as fortalezas de Sua Majestade no Estreito de Magalhães. Porém, um sem-número de infortúnios impede o sucesso da jornada. A frota é forçada a se dispersar por portos seguros, como Buenos Aires, Santa Catarina e São Vicente. Neste último local, três navios castelhanos impedem um ataque de duas embarcações inglesas à vila desde a costa. Diogo Flores de Valdéz então segue à Bahia.

O Capítulo Terceiro lança o tema das guerras de conquista da Paraíba, que ocupará lugar de destaque pelo Quarto livro da *Historia do Brazil*. A campanha de conquista da Paraíba segue por mais de 25 anos, de acordo com o frade, tendo como um dos principais nomes o de Frutuoso Barbosa, e tem início no ano de 1579. A tônica dessa campanha é a guerra dos brancos contra o gentio bravo, particularmente os Potiguares, mas também em algum momento os Tabajaras, em um jogo de alianças e quebras de promessas entre esses três pólos.

Só este capítulo parece dispor de uma cronologia particular, como já vimos anteriormente em outras situações consideradas de grande importância para frei Vicente, onde ele avança cronologicamente dentro de um capítulo a fim de contar com alguma displicência alguns eventos de maior importância dentro dessa narrativa

particular da conquista e povoamento da Paraíba, para depois, no capítulo seguinte, o ponto cronológico de partida ser outro anterior ao ponto de término da narrativa deste capítulo três.

O espanhol Diogo Flores de Valdez ganha destaque nessas campanhas, depois de sua malfadada investida ao Estreito de Magalhães para construir as fortalezas que el-rei Filipe II havia incumbido ao engenheiro de sua armada. Aquelas viagens tinham sido interrompidas devido a fortes tormentas e correntes atrozés que acabaram por levar várias de suas embarcações ao fundo e várias outras a arribarem pela costa da América Portuguesa. Valdez acaba ganhando um importante papel na conquista da Paraíba, mais uma mostra do claro deslocamento de foco para os protagonistas espanhóis dessa *Historia*.

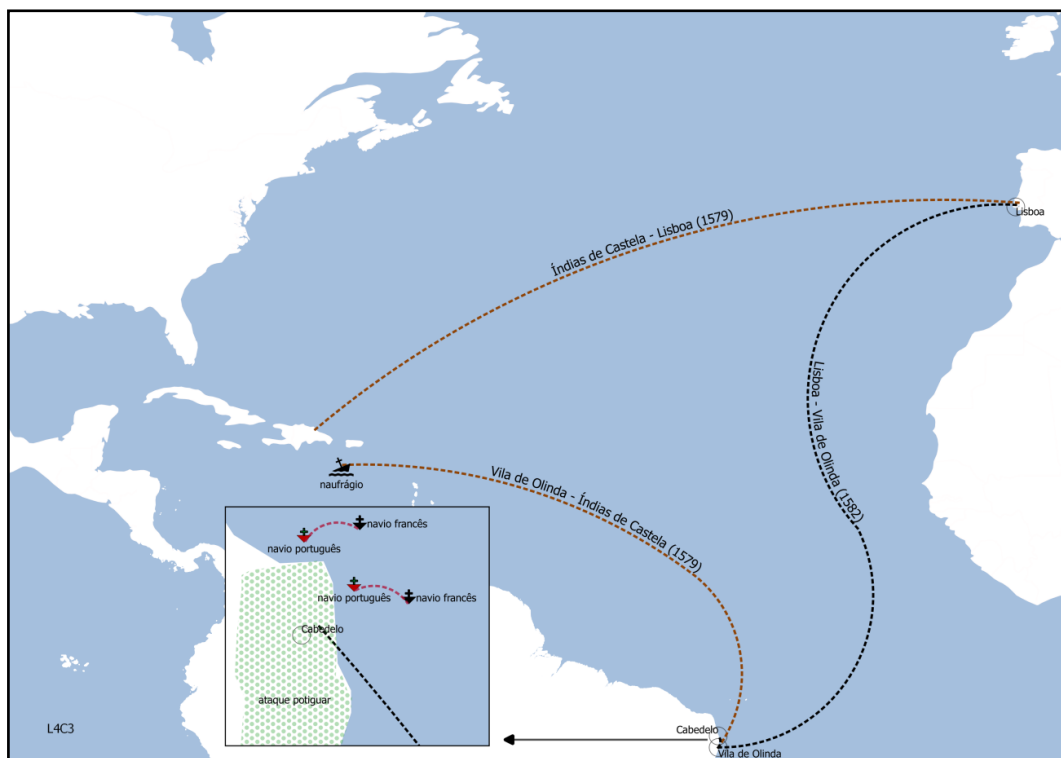


Figura 31 - O primeiro infortúnio de Frutuoso Barbosa em sua viagem de Olinda até as proximidades de Cabedelo, na Paraíba, para iniciarem a campanha de conquista daquele território. Depois de uma desastrosa arribada nas Índias de Castela e de seu retorno ao Reino, Barbosa volta à Olinda para começar de vez sua jornada à conquista da Paraíba, campanha que conta com a ajuda do castelhano Diogo Flores de Valdéz.

O Capítulo Quarto traz mais detalhes sobre a campanha da Paraíba, com as notícias de que haverá de ser construído um forte para auxiliar os portugueses nessa

empreitada, além de nomear quem seria o capitão do dito forte. Traz também detalhes sobre as emboscadas que os índios armavam e o sucesso que tinham contra os brancos incautos, mostrando o quão difícil a campanha seria para os portugueses.

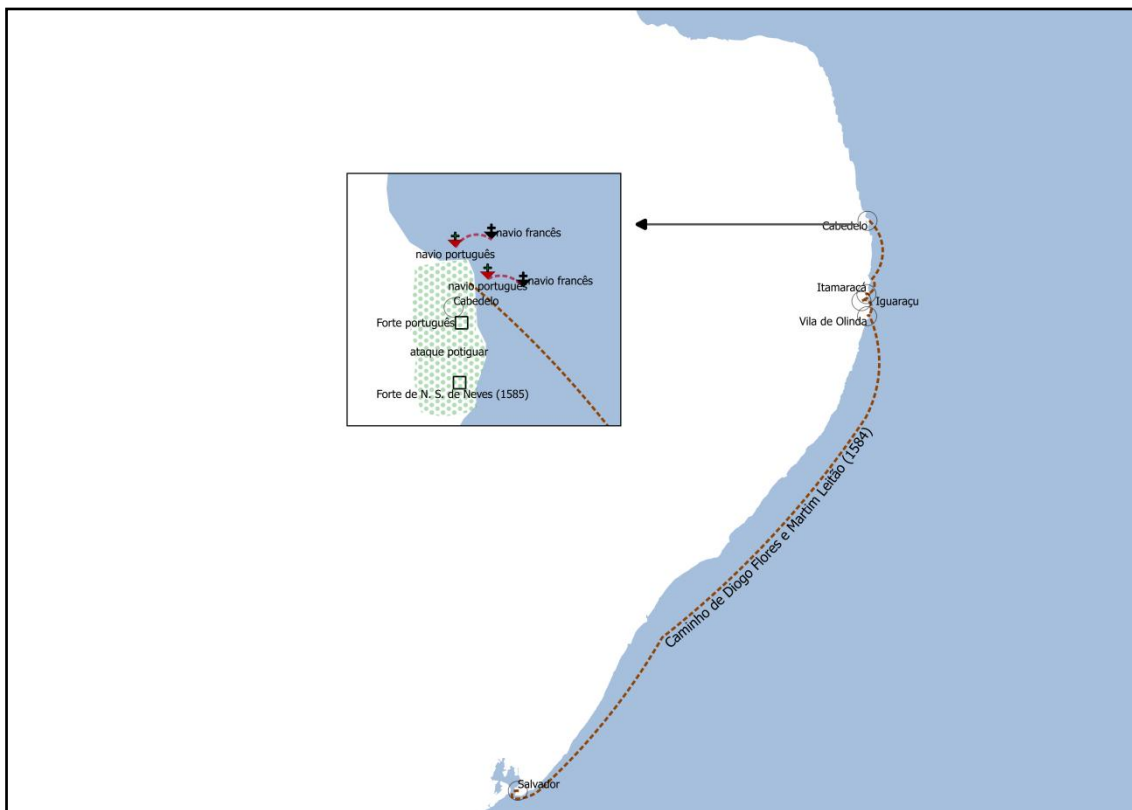


Figura 32 - Diogo Flores parte da Bahia para Cabedelo, parando antes na Vila de Olinda, de Iguaçu e em Itamaracá para arregimentar pessoas para a campanha. O quadro de situação representa a localização do Forte São Felipe, construído para dar início ao estabelecimento dos portugueses na região e expulsão tanto de franceses quanto dos Potiguares que com eles se envolveram. Cerca de um ano depois, outro forte seria construído, o de Nossa Senhora das Neves.

O Capítulo Quinto realça a situação de aperto pela qual os portugueses sofreriam no forte construído: os soldados passavam por fomes tais que tiveram que comer seus cavalos; a água do sítio era imprópria para o consumo; os cercos que os potiguares e os franceses a eles aliados faziam contra os portugueses e as vitórias que obtiveram tornavam essa parcela da campanha cada vez mais difícil, beirando o impossível, pelo jeito que o frade narra. A aliança entre potiguares e franceses é eventualmente derrotada com ajuda do ouvidor-geral Martim Leitão, que se tornará um nome de grande importância nesta campanha.

Novamente há menção dos cercos dos potiguares contra o forte da Paraíba e o deslocamento de contingente de Pernambuco até a Paraíba para ajudarem na campanha. O ano já é o de 1585. O Capítulo Sétimo traz mais informações sobre as lutas contra os potiguares e os tabajaras naquela região, bem como a constatação da companhia vinda de Pernambuco ao estado de depredação em que se encontrava o forte. O forte foi provido por dois meses desde a chegada do ouvidor-geral Martim Leitão, chamado aqui de “general” desta campanha. Por conta deste esforço, além das lutas contra os índios, o general foi muito bem recebido em Olinda, em 1585.

No Capítulo Nono, o alcaide Francisco Castejon foge de suas responsabilidades como capitão do forte, foi devidamente preso pelo ouvidor-geral Martim Leitão, mas é liberado, para a cólera do ouvidor. No Capítulo Décimo, segundo o frade, no dia dois de agosto de 1585, a povoação próxima ao forte da Paraíba recebe seu nome, sendo batizada de Nossa Senhora das Neves; também há o relato da construção de um forte de madeira que ficava de costas para o rio. Essa é a primeira vez que frei Vicente menciona a povoação, se referindo ao aglomerado de pessoas apenas pelo forte. No dia quatro de novembro do mesmo ano seria construído um forte, provavelmente o de Nossa Senhora das Neves. O capítulo também trata de uma aliança entre os tabajaras e os portugueses contra os potiguares. No Décimo Primeiro, o ouvidor-geral Martim Leitão deixa o forte sob o comando do alemão Cristóvão Lins. Este capítulo ainda traz o tema constante da guerra dos portugueses contra o gentio.

Neste Décimo Segundo capítulo, frei Vicente conta como os portugueses tomaram um forte dos franceses, próximo a onde estavam estacionados. O forte estava aparentemente vazio e todos os bens que encontraram lá dentro foram destruídos. Mais uma vez, o frade narra os conflitos dos portugueses contra os potiguares.

No Capítulo Décimo Terceiro, os portugueses recebem novas de algumas naus francesas que iriam invadir o forte da Paraíba e as providências tomadas pelo ouvidor-geral Martim Leitão a respeito desse ataque. Neste capítulo, frei Vicente afirma que os moradores da povoação da Paraíba a chamavam de “cidade de Nossa

Senhora das Neves”. Além disso, outro ponto de grande importância para o desenrolar dos conflitos na região chega ao foco deste capítulo e continuará a ter destaque pelos capítulos seguintes deste Quatro livro: a Baía da Traição, onde, neste capítulo, ocorre uma batalha entre potiguares, juntamente com franceses, contra os portugueses. Há ainda um desentendimento entre os administradores do forte da Paraíba.

Os conflitos entre portugueses e Potiguares continuam pelos Capítulos Décimo Quarto e Décimo Quinto, com pouca mudança no tema. Frei Vicente comenta sobre a péssima qualidade da água no sítio onde os potiguares montaram sua cerca contra os brancos. As vitórias dos portugueses demorariam para serem alcançadas, ainda com conflitos sendo travados entre os potiguares do principal Tujucupapo e os homens de Martim Leitão. O frade comenta que no cerco da Copaiaba (sic) morreram muitos portugueses e nobres da terra, tendo o próprio ouvidor-geral Martim Leitão se ferido em batalha.

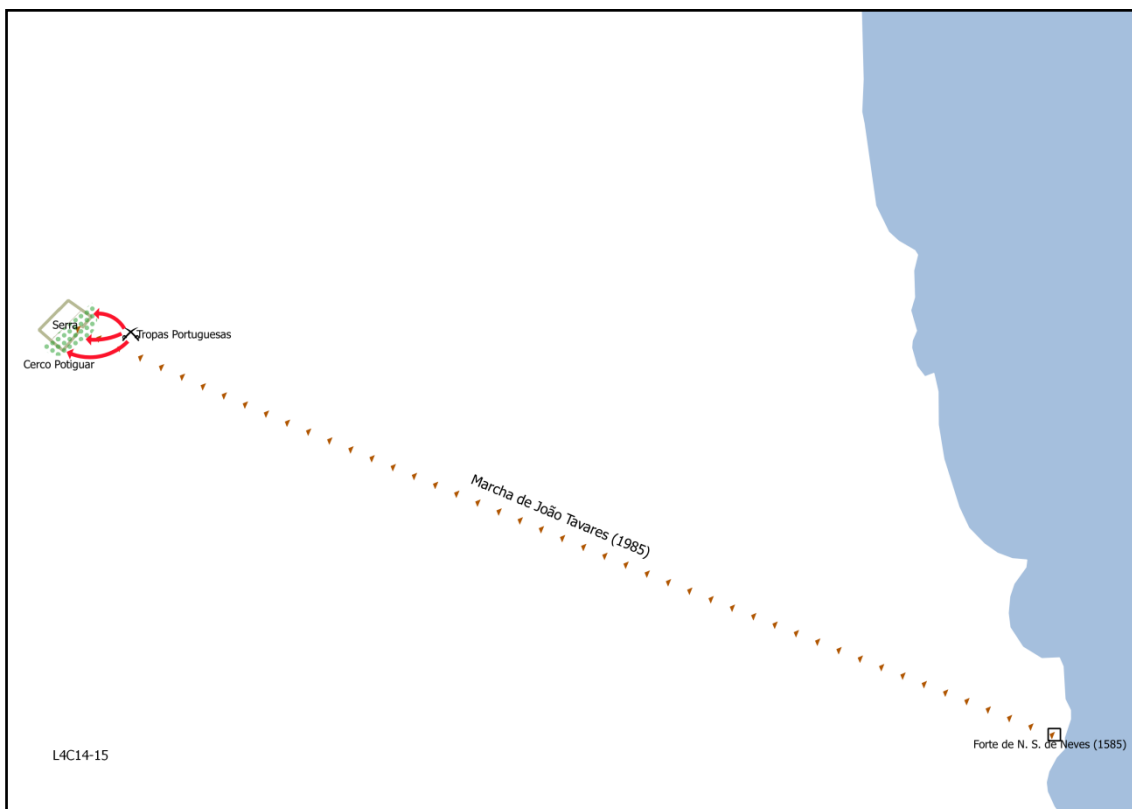


Figura 33 - Campanhas em direção ao sertão da Paraíba desde o forte de Nossa Senhora das Neves encontram um cerco de Potiguares nas proximidades de uma serra, onde se inicia mais um conflito.

No capítulo Décimo Sexto, o frade menciona a construção do forte de São Sebastião, em 1587, no rio Tibiri, localizado duas léguas acima da cidade de Nossa Senhora das Neves, para defender a aldeia do agora amigo principal Assento de Pássaro e também a um engenho de el-rei.

O capítulo Décimo Sétimo conta sobre uma traição que o “gentio do Sergipe” armou contra os portugueses; o frade explica em detalhes o ardil dos índios bravos e a barbaridade como os indefesos brancos e seus índios foram mortos.

O Capítulo Décimo Oitavo fala da morte do governador Manuel Teles Barreto, em 1587, de forma breve (é um capítulo curto), mas com muito pesar. Em um trecho, frei Vicente diz que o governador via uma distinção entre os mercadores, que viam lucrar com os bens da terra para levarem tudo de volta ao Reino, e os moradores, que buscavam o crescimento da terra, que “havia conquistado à custa do seu sangue”.³⁵ A junta governativa que teve início depois da morte do governador viu a abertura do comércio no Rio da Prata e interações com o bispo de Tucumán. Este capítulo também conta da chegada dos frades capuchinhos da província de Santo Antônio, “por um breve do papa Xisto Quinto”, que instalaram seu primeiro convento em Pernambuco no mesmo ano de 1587.

O capítulo Décimo Nono fala como “subitamente” três naus inglesas entraram na Bahia, e como a população começou a fugir para os matos; de forma breve, o frade conta como uma mulher munida de uma lança e uma adaga, montada à cavalo, começou a exortar os homens em fuga, que zombavam dela. O capítulo narra o combate naval que deu Cristóvão de Barros aos ingleses, que não entraram à terra firme, mas permaneceram a navegar a costa e bombardear a cidade.

O Capítulo Vigésimo narra a ida de Cristóvão de Barros ao Sergipe para vingar a emboscada sofrida pelos portugueses. O capítulo traz pela primeira vez detalhes geográficos da localização de Sergipe, a 11 graus e dois terços, com uma grande enseada, as atividades dos franceses na região, entre outras coisas.

³⁵ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 329.

O Capítulo Vigésimo Primeiro trata de uma entrada ao sertão do Sergipe em busca ainda dos índios bravos remanescentes ao ataque contra os homens comandados pelo pai de Cristóvão de Barros e da catequese e batismo do principal Porquinho.

O Capítulo Décimo Segundo volta a tratar da conquista da Paraíba. Nesse contexto, conta da chegada do castelhano d. Pedro de la Cueva, enviado para ser o capitão dos espanhóis que servissem na campanha, e assim o foi; porém, devido à desentendimentos entre d. Pedro e o governador da Paraíba Frutuoso Barbosa, os ataques dos Potiguares voltaram a crescer, tornando-se necessária novamente a intervenção de Itamaracá e de índios amigos contra o gentio revoltoso.

O Vigésimo Terceiro fala sobre a chegada do governador-geral d. Francisco de Souza no lugar de Francisco Giraldes, filho de Lucas Giraldes, senhor da capitania dos Ilhéus, que morreu antes de conseguir chegar ao Brasil, devido à correntes marítimas que desviaram o curso de sua nau até as Antilhas e depois de volta ao Reino. Segundo o frade, d. Francisco de Souza acabou sendo o governador “mais benquisto, respeitado e venerado” por todas as obras que levou à diante, como manutenção de igrejas e construção de fortalezas, ainda que, segundo o frade, devido à largura da baía, servissem mais “para terror do que para efeito”, posto que nem à cidade elas defendiam. Fala também sobre como o governador era bem provido de dinheiro por conta dos investimentos que tinha que fazer para dar cabo às campanhas na Paraíba.

O capítulo vigésimo quarto trata da campanha frustrada de Gabriel Soares de Souza ao sertão da Bahia em busca de minas de metais e pedras preciosas. O frade explica brevemente como se deu a expedição e o caminho que seguiu Gabriel Soares de Souza até a nascente do rio Paraguaçu, onde foi construído um forte e também onde veio a falecer devido aos maus mantimentos que o sítio oferecia a ele e aos soldados. Frei Vicente menciona a tentativa de chegarem à Lagoa Dourada através do curso do rio São Francisco.

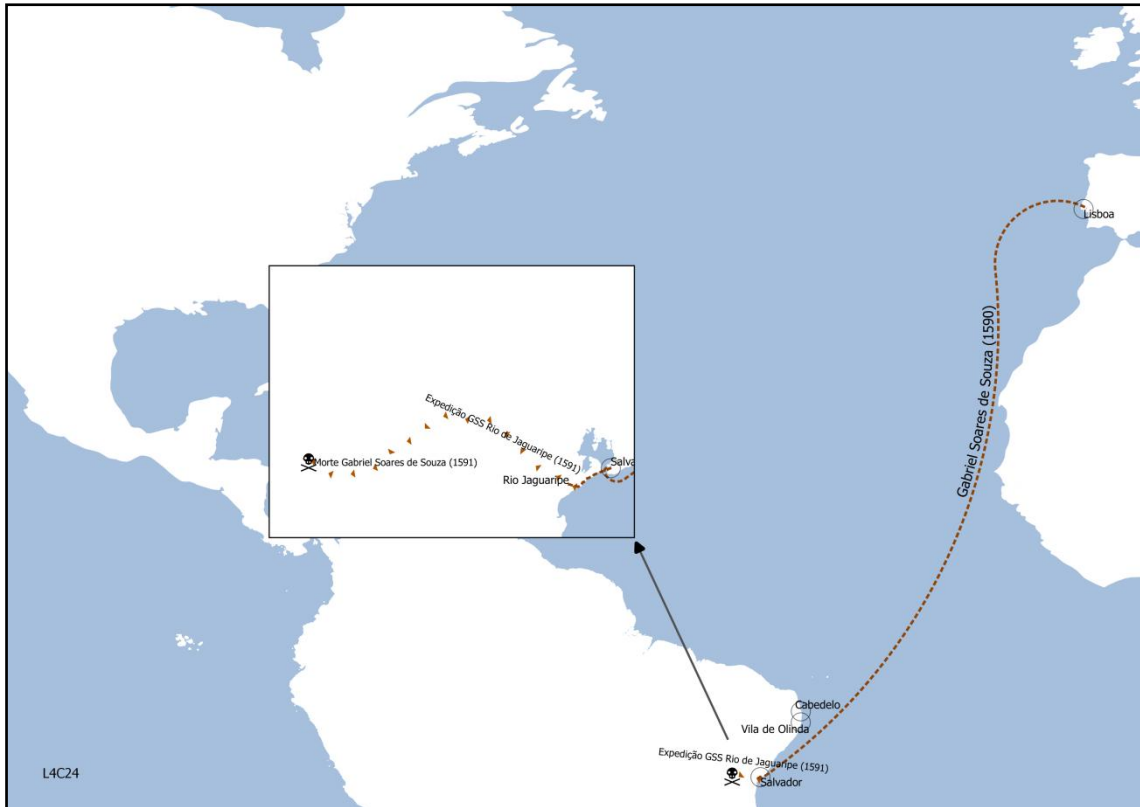


Figura 34 - Possível rota de Gabriel Soares de Souza até o sertão da capitania da Bahia em busca de minas de metais preciosos e possível local de sua morte.

O Capítulo Vigésimo Quinto encontra-se incompleto; apenas parte dele está disponível. A parte que consta no livro conta como Feliciano Coelho de Carvalho foi à Paraíba para continuar a dar guerra aos Potiguares e dar continuação à conquista daquela região. No registro que consta no banco de dados, aparentemente o fragmento que corresponde ao capítulo trigésimo segue junto com o fragmento do capítulo vigésimo quinto; a parte que supostamente corresponde ao capítulo trigésimo conta como a campanha contra os Potiguares, agora já aparentemente no Rio Grande, de alguma forma alcançou um sucesso satisfatório para os portugueses: os aliados franceses dos Potiguares aparentemente se recolheram de volta à Europa e os índios se desbarataram.

O capítulo Trigésimo Primeiro narra o começo da construção do forte dos Reis Magos, próximo ao Rio Grande, que começava a ser explorado por Manuel Mascarenhas Homem e sua companhia. A presença dos franceses nesta região é de

novo destacada, detalhando o tipo de relação que eles tinham com os Potiguares e as guerras subsequentes entre estes aliados e os portugueses, brancos da terra e seus índios aliados.

No Capítulo Trigésimo Segundo, o forte do Rio Grande, “que se intitula *dos Reis*” já se encontra construído, tendo o frade dito que a data de seu término foi “no dia de S. João Batista, na era de mil quinhentos e noventa e oito”. O forte foi entregue ao capitão Jerônimo de Albuquerque.

O Capítulo Trigésimo Terceiro começa a ser criada a povoação chamada de Cidade dos Reis, a uma légua do forte, depois de alcançado um acordo de paz entre portugueses e Potiguares no Rio Grande. “Cria-se na terra muito gado *vaccum* (...) por serem para isto as terras melhores que para engenhos de açúcar (...) e assim não se hão feitos mais que dois”, devido à composição da terra naquela região. Também é uma região privilegiada por boas pescas e pelas salinas.

O Capítulo Trigésimo Quarto conta sobre uma invasão de holandeses, vindos em três naus, ao porto da cidade da Bahia, que durou cinquenta e cinco dias, segundo o frade, na ocasião da saída do governador-geral d. Francisco de Souza em sua visita às minas de São Vicente. Durante o tempo em que ocuparam o porto, os holandeses ainda queimaram engenhos dos moradores da terra; os conflitos entre o capitão-mor Álvaro de Carvalho e os invasores eram constantes.

O Capítulo Trigésimo Quinto fala sobre a paz feita entre os portugueses e os Aimorés, que frei Vicente chama de “tapuias selvagens”, para destacar a falta de civilidade desse gentio. Os Aimorés já haviam dizimado vilas e aldeias em Porto Seguro e nos Ilhéus décadas antes, conforme citado em capítulos anteriores, deixando essas localidades inabitáveis durante muito tempo; antes da conquista da paz com esse gentio, eles haviam alcançado a Bahia, já tendo causado danos ao longo dos rios Paraguaçu e Jaguaripe (sic). O governador d. Francisco de Souza e o capitão-mor Álvaro de Carvalho haviam acertado com Manuel Mascarenhas, que estava na Bahia na ocasião para tratar de assuntos relativos ao Rio Grande, que conseguisse a ajuda dos já pacificados Potiguares da Paraíba para auxiliar os moradores da Bahia a combaterem os Aimorés.

No Capítulo Trigésimo Sexto, o frade cita como o governador d. Francisco de Souza chegou no Rio de Janeiro para tratar dos assuntos das minas e das riquezas encontradas no Espírito Santo. Enquanto esteve nesta capitania, cuidou de assuntos da justiça e administrativos que estavam travados. Houve um conflito com holandeses na costa da capitania do Rio de Janeiro neste tempo. No fim do capítulo, frei Vicente conta das riquezas da capitania de São Paulo, informações que mal constam durante o restante dos livros; o frade fala sobre a terra de São Paulo, que é tão rica quanto a de Portugal, cujos campos são “férteis de trigo, e uvas, rosas, e açucenas, regados de frescas ribeiras”, e também sobre as minas que existiam no território.

Mais uma vez, porém, surge um empecilho para a continuação da exploração das pedras e de ouro na região: o governador d. Francisco pede a el-rei d. Filipe II para que enviasse recursos para o descimento de pessoas para o sertão, a fim de explorarem as minas, o que não foi deferido pela morte de Sua Majestade. Seu sucessor, d. Filipe III de Castela, pede que d. Francisco retorne ao Reino, por ter completado treze anos de governo, e em seu lugar envia Diogo Botelho.

O Capítulo Trigésimo Sétimo Conta da chegada do oitavo governador-geral do Brasil, Diogo Botelho, e como o povo de Pernambuco socorreu a tripulação de uma nau da Índia que havia sido interceptada por uma esquadra holandesa e largada em um batel para arribarem em Fernando de Noronha.

No Capítulo Trigésimo Oitavo, o frade conta sobre a iniciativa de se explorar a serra da Boapaba, concedida pelo governador Diogo Botelho a Pero Coelho de Souza e seu cunhado Frutuoso Barbosa, que partiu da Paraíba em 1603 com uma numerosa expedição. Houve conflitos entre os portugueses e o gentio da serra, ajudado dos franceses que comerciavam na região. Fala também da idéia que Pero Coelho teve de seguir até o Maranhão, o que não foi concedido por seus soldados por já estarem exaustos de tantas batalhas e das longas caminhadas. O capítulo termina com o envio de Simão Nunes ao Ceará; nos capítulos seguintes, a sorte da expedição à serra da Boapaba muda, e os sucessos diminuem.

No Capítulo Trigésimo Nono, o frade conta como o governador Diogo Botelho era zeloso da função dos religiosos na catequese e conversão dos índios bravos. O capítulo é curto, dando maior destaque ao trabalho executado pelos religiosos da ordem franciscana. Os índios neste capítulo aparecem como assíduos frequentadores de festas religiosas e entusiasmados praticantes das cerimônias cristãs, particularmente a da Quinta-feira das Endoenças.

O Capítulo Quadragésimo fala rapidamente de como o chefe Zorobabé, dos Potiguares aliados aos portugueses, em uma expedição de caça aos Aimorés, passou por um “mocambo ou magote de negros de Guiné fugidos, que estavam nos palmares do rio Itapucuru, quatro léguas do rio Real para cá”, e de como o governador pediu que o principal desse guerra aos negros fugidos e aprisionasse alguns para levarem de volta às propriedades que anteriormente os escravizaram. Esta parte do capítulo é bem breve; o tema seguinte, tratado de forma mais extensa e detalhada, é o da pesca das baleias na região da Bahia, para obtenção de óleo para lamparinas.

O Capítulo Quadragésimo Primeiro começa com o triunfo de Zorobabé sobre os negros do mocambo, conseguido apreender vários e vender alguns para trocar por artigos de luxo que adicionassem ao seu *status*, aumentou a desconfiança que os brancos tinham a respeito do principal dos Potiguares, ainda que seu grupo já estivesse pacificado e alguns já vivessem dentro dos costumes da Santa Igreja. A relutância de Zorobabé em adotar as práticas cristãs – ainda que já tivesse prometido adotá-las – e sua arrogância, aos olhos dos portugueses, em insistir ser reconhecido como um grande líder e ser recebido com as devidas pompas pelos seus companheiros índios e brancos, fez com que os brancos desconfiassem que Zorobabé poderia incitar uma rebelião de índios da Paraíba contra os portugueses. Com isso, o principal foi preso e enviado para o capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, que o enviou preso para Évora, onde veio a falecer em seu cárcere.

Frei Vicente conta no Capítulo Quadragésimo Segundo como eram comuns navios holandeses fretados dos portugueses em Porto, Lisboa e Viana irem ao Brasil

fazerem comércio entre os portugueses e moradores das vilas. Porém, os navios holandeses que iam para a América lusa eram mais armados e maiores, o que fazia com que estes fossem os únicos tipos de embarcações escolhidas para irem prestar serviços no Brasil, deixando as embarcações portuguesas e sua tripulação pelo Reino; o governador Diogo Botelho viu esse preterimento como uma desvantagem, caso fosse necessário utilizar os navios lusitanos para as armadas no evento de algum conflito naval. A medida do governador foi proibir a circulação dos navios holandeses e que também fossem bombardeados ao serem avistados à costa, como inimigos. Com isto, o frade conta como um mercador flamengo – aparentemente ignorante da nova medida de Diogo Botelho – e sua tripulação foram abordados e aprisionados por Martim de Sá, então governador do Rio de Janeiro, e dos conflitos que se seguiram.

O Capítulo Quadragésimo Terceiro volta a tratar da situação do capitão Simão Nunes no forte do Ceará, onde o capitão Pero Coelho de Souza o deixara. O forte não havia recebido os mantimentos necessários, portanto o capitão saiu de lá com sua família e seus soldados para o rio Jaguaribe, a pé; mas como o sítio também não era propício, o capitão decide voltar para sua casa a pé junto com toda a companhia. A jornada toda foi narrada como um grande desastre, com vários mortos pelo caminho, inclusive os filhos pequenos do capitão. Depois de dias de muita provação (o capítulo é repleto de uma retórica penosa e dramática), a companhia do vigário do Rio Grande encontra a do capitão e os agasalha. Com isto, Pero Coelho retorna ao Reino.

O Capítulo Quadragésimo Quarto conta como o governador Diogo Botelho era zeloso dos assuntos religiosos realizados na terra do Brasil; o frade conta como ele agilizou uma expedição, no ano de 1607, com alguns padres da Companhia (Fernão Cardim é mencionado nesse capítulo) para a conversão do gentio da Serra da Boapaba, na Paraíba. O capítulo conta com alguma atenção ao detalhe como foi o itinerário da expedição, que num primeiro momento cobriu a distância por mar até chegarem ao rio de Jaguaribe, no Ceará; lá desembarcaram e caminharam com muita pena até “os montes de Ibiapava”, “aquém do Maranhão”, onde enfrentaram os Tapuias selvagens. O gentio bravo acabou por trucidar os brancos e seus índios

aliados, reservando ao padre Francisco Pereira uma morte brutal. Os ataques forçaram o outro padre da Companhia que estava com eles, Luiz Figueira, a abandonar o local.

O Capítulo Quadragésimo Quinto trata da chegada do Tribunal da Relação ao Brasil, que o novo governador do Brasil d. Diogo de Menezes presidiu e que tinha sua sede na Bahia. O próximo capítulo conta como o governador d. Francisco de Souza pediu mercê a el-rei do marquesado das Minas de São Vicente; sua majestade lhe cedeu a mercê, dando junto o governo das capitanias do Sul do Brasil, como Espírito Santo e Rio de Janeiro, deixando d. Diogo de Menezes como governador das capitanias do Norte e com sede na Bahia, “como no tempo do governador Luiz de Brito de Almeida se havia concedido a Antônio Salema.”³⁶

O problema da falta de constância para a exploração das minas volta à narrativa, com o elemento da tragédia figurando novamente: o filho do governador d. Francisco havia partido do Rio de Janeiro para o Reino levar amostras de ouro para Sua Majestade, quando foi morto no mar por corsários. Pouco tempo depois adoece d. Francisco de Souza, em São Paulo, onde morre na penúria; seu outro filho fica encarregado da administração das minas, mas parte para Pernambuco, onde se casa com a filha de João Paes, “e assim cessou o negócio das minas”. O frade conta que “particulares” ainda frequentam as minas para adquirirem ouro, que é encontrado de forma fácil, de lavagem, e diz que estes pagam o quinto de Sua Majestade.

No Capítulo Quadragésimo Sétimo, o frade explica do que se trata a “invenção” que é o engenho de açúcar, detalhando seu aspecto, desempenho e do que necessita como força motriz : “Como o trato e negócio principal do Brasil é de açúcar, em nenhuma outra coisa se ocupam os engenhos, e habilidades dos homens tanto como em inventar artifícios com que o façam, e porventura por isso lhe chamam **engenhos**.”

³⁶ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 418.

Este capítulo traz uma relação aproximada e questionável sobre o número de engenhos presentes e ativos na Bahia (cinquenta engenhos), Pernambuco (oitenta engenhos), em Itamaracá (dezoito ou vinte) e no Rio de Janeiro (quarenta), apesar de este último estar mais envolvido com a produção de farinha para a Angola. O frade ainda fala da contribuição de um religioso do Peru que veio visitar a Bahia e trouxe uma forma alternativa e mais efetiva de construir engenhos, forma que passou a ser adotada pelos portugueses. Depois de tratar dos engenhos, frei Vicente ainda informa sobre o que se deu depois que uma nau de Índia arribou na Bahia.

Este capítulo encerra o Livro Quarto.

Fazendo uma breve retomada quanto ao conteúdo deste Capítulo 6: o Livro Quarto da *Historia do Brazil* trata em sua maior parte da conquista da Paraíba pelos portugueses. O conteúdo dos capítulos vai seguindo a ordem dos sucessos de uma forma que pode até ser considerado enfadonho, dada à monotonia desta parte do Livro: os portugueses e habitantes das capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Bahia chegam em um local dominado pelo gentio bárbaro, em sua maior parte Potiguares hostis a eles e aos Tabajaras – que também se rebelam de vez em quando contra os brancos; o gentio hostil fica aliado aos franceses; há conflitos entre os três pólos (portugueses, indígenas e franceses), no cerne do qual são feitas e desfeitas frágeis alianças – exceto entre os europeus.

Capítulo 7 - O Livro Quinto

Entrando no Primeiro Capítulo, Sua majestade torna o governo do Brasil unificado novamente sob o governo de Gaspar de Souza, tendo sabido da morte de d. Francisco de Souza em alto-mar. Enquanto isso, no Maranhão, os portugueses entram em conflito com os franceses que lá se instalaram, isso já em 1612, contando também com um grupo de capuchinhos para tratar da conversão das almas dos gentios. Há deslocamentos dos portugueses e dos homens da terra desde Pernambuco e Ceará até o Maranhão para darem guerra aos franceses e seus índios aliados. Jerônimo volta a Pernambuco depois disso.

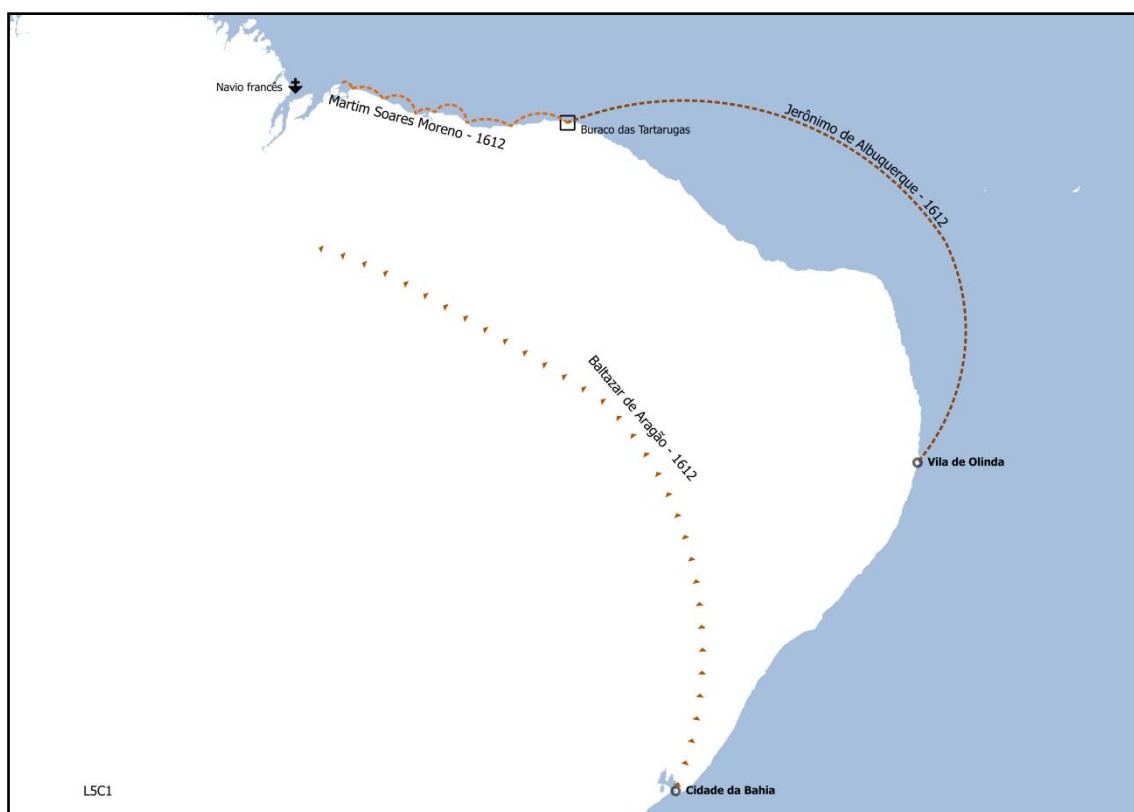


Figura 35 - Jornadas por mar e terra partindo da Cidade da Bahia e da Vila de Olinda para dar início à campanha do Maranhão. No começo, a campanha portuguesa se estabelece em um forte construído no Buraco das Tartarugas, atual Ceará. De lá, partem para a conquista do Maranhão, em 1612.

Jerônimo de Albuquerque, governador de Pernambuco em 1614, é apontado no Capítulo Segundo deste Livro como capitão-mor da conquista do Maranhão e, neste mesmo ano, vai com um grande número de homens e embarcações para

expulsarem os franceses do Maranhão e pacificarem o gentio de lá. Frei Vicente comenta que os brancos são os mais difíceis de serem arregimentados, tendo que haver coerção do governador para recrutá-los, prendendo vários para irem à força ao Maranhão; mesmo assim, durante a noite escapavam, e “de dez não chegavam quatro”.

“Não ajuntou com tanta facilidade o governador os soldados brancos que queria mandar, porque exceto alguns, que por sua vontade se ofereceram a ir, os mais nem com prisões podiam ser trazidos, porque como os traziam de longe, e por matos dos engenhos e fazendas de noite, fugiam, e de 10 não chegavam quatro; (...)”³⁷

Poucos iam por vontade própria. Boa parte foi levada por obrigação que o governador impôs aos homens ricos que, se tivessem mais de um filho, que enviassem um deles à guerra. Em comparação, os índios aliados aos portugueses pareciam ir para a guerra por amor que tinham a ela e por sua natureza belicosa.

³⁷ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 466-7.

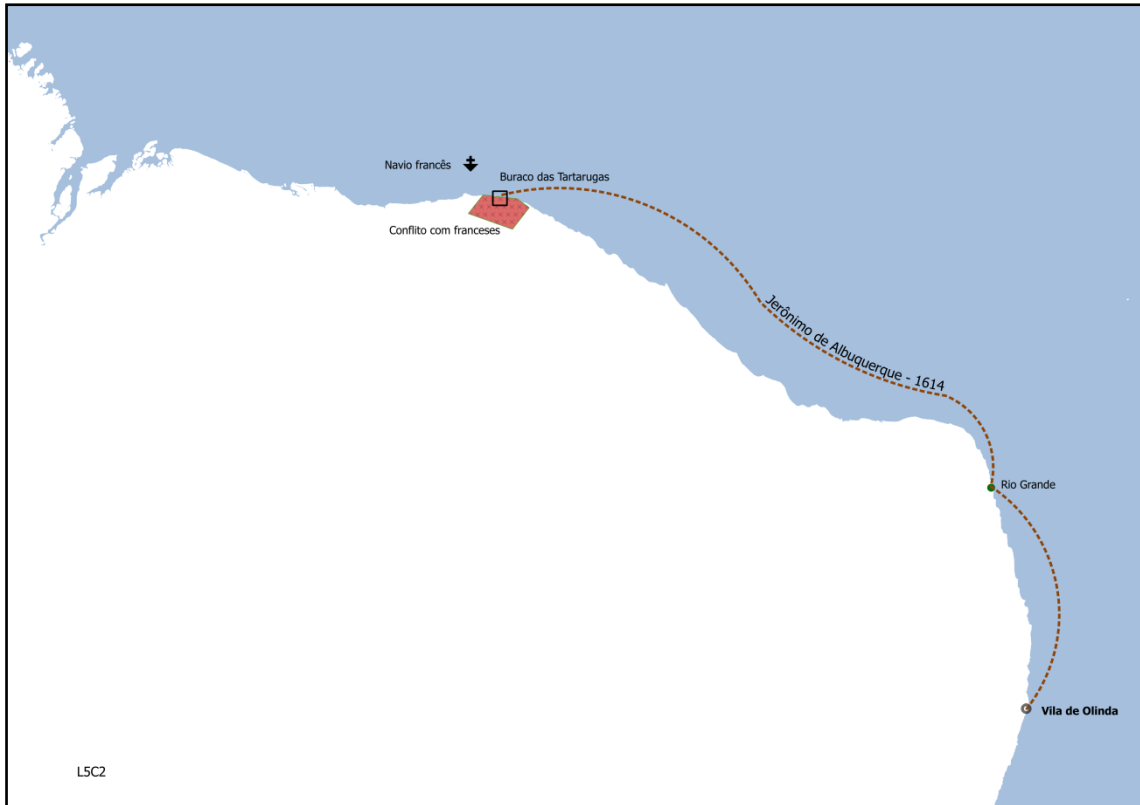


Figura 36 - Jornada de Jerônimo de Albuquerque “Maranhão” desde a Vila de Olinda até o Buraco das Tartarugas, onde entra em conflito com franceses em mar e terra, em 1614.

No Capítulo Terceiro, os franceses estavam situados na ilha de São Luiz. A leste da ilha, os portugueses construíram o forte de Santa Maria. No Capítulo Quatro, o frade descreve com detalhes os termos da trégua assinada em 27 de novembro de 1614 por Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor da conquista do Maranhão, por Daniel de la Touché, entre alguns outros. O final dos acordos ficou desta forma: “... e para seguridade, e firmeza de tudo o atrás declarado mandaram fazer estas, em que todos três os ditos senhores se assinaram, e selaram com os selos de suas armas, feita em armada francesa, diante o forte dos portugueses no rio Maranhão, 27 de novembro de 1614 anos.”³⁸

³⁸ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 476.

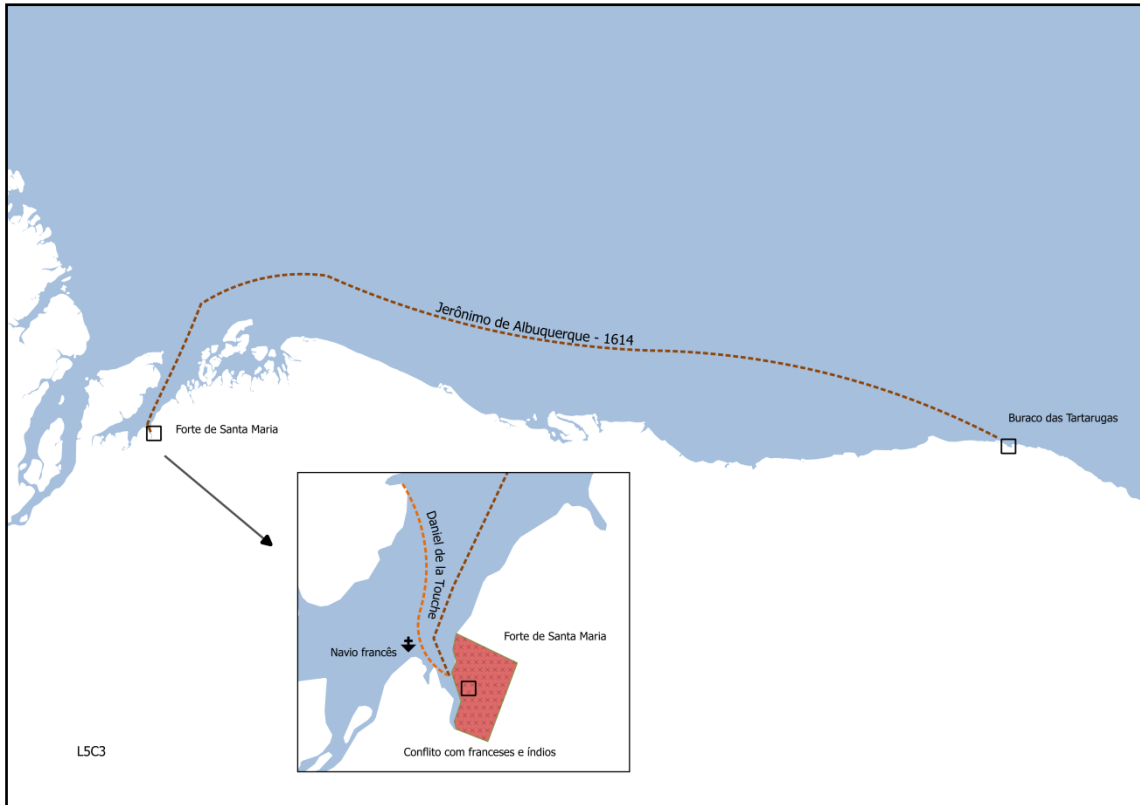


Figura 37 - Jerônimo de Albuquerque parte do Buraco das Tartarugas para dar guerra aos franceses que se estabeleceram na Ilha de São Luís, ajudados do gentio local. Para isso, Albuquerque constrói o Forte de Santa Maria, que é atacado pelo gentio e pelo capitão francês Daniel de La Touché.

No Capítulo Quinto, feitas as tréguas entre franceses e portugueses no Maranhão, o governador Gaspar de Souza envia para lá o auxílio para os homens que ficaram nos fortes. No Sexto, há ainda mais relatos de batalhas entre portugueses e franceses ao longo da costa. O Capítulo Sétimo trata dos afazeres do governador Gaspar de Souza na Bahia. O espaço deste capítulo é limitado a um espaço político, sendo que o corpo do capítulo é bem pequeno.

O Capítulo Oitavo narra a ida do governador a Pernambuco; neste momento da narrativa, frei Vicente está a bordo da embarcação do governador, na primeira ocasião em que o tempo em que narra coincide com o tempo em que ele vive, fazendo uma espécie de história imediata. Também menciona a ida de Alexandre de Moura ao Maranhão.

O Capítulo Nono está incompleto; parte dele foi perdida, além de mais nove capítulos. O próximo capítulo é o Décimo Oitavo. Sabemos pelo relato de frei

Vicente, no Capítulo Trigésimo Terceiro deste Livro Quinto, que no Capítulo Décimo Primeiro – pertencente ao bloco de capítulos perdidos – acontece o falecimento de um coronel, cujo nome permanece incógnito no capítulo, mas sobre cuja cerimônia de funeral temos descrição. O pouco que o Capítulo Nono traz de informação é sobre um desembarque de holandeses a procura de mantimentos a nove léguas abaixo do Rio de Janeiro que à época tinha por capitão-mor Constantino de Menelau. Os holandeses foram emboscados pelos homens da terra e seus índios; um dos capturados, chamado pelo frade de Francisco, teria sido cuidado por Martim de Sá, mas a partir daí o capítulo termina bruscamente, não havendo nenhum documento nas Adições e Emendas para completá-lo.

O primeiro capítulo depois do hiato dos nove que estão supostamente perdidos é o Décimo Oitavo, que conta como chegou ao Brasil o décimo segundo governador-geral, Diogo Mendonça de Furtado. O fidalgo teria seu governo interrompido em 1624 quando da invasão dos holandeses na Bahia, que o capturaram e levaram à Holanda. Este capítulo traz as decisões administrativas do novo governador e alguns impasses sobre a aplicação da fazenda d'el-rei, havendo discordâncias entre bispo d. Marcos Teixeira? e o governador: o bispo queria o dinheiro investido na reforma da Sé, enquanto o governador pleiteava pela construção de mais um forte pela baía.

O Capítulo Décimo Nono conta um momento crítico nas relações entre Portugal e Holanda, quando começaram o fim das tréguas entre Espanha e Holanda no continente europeu. Frei Vicente conta que o governador espera que as guerras transmarinas afetem o Brasil e que as pessoas daqui paguem pelos pecados de lá. O próximo capítulo trata extensivamente das capitânicas do Norte, esmiuçando alguns detalhes sobre a administração do Maranhão, do Grão-Pará e do Cabo Norte. O frade afirma que existe uma fortaleza chamada Muturu, aparentemente no Maranhão, e mais conflitos com os holandeses e o gentio confederado.

A partir do Capítulo Vigésimo Primeiro, a presença dos holandeses na narrativa torna-se constante. Frei Vicente acredita que as “guerras civis, que haviam entre as cabeças” do bispo d. Marcos Teixeira e do governador Diogo de Mendonça

Furtado seriam um prognóstico para um desastre, adiantando sobre a chegada dos holandeses na costa da Bahia cerca de um ano depois. O conflito entre o bispo e o governador se deu por conta das diferentes ideias que tinham para a aplicação do dinheiro da fazenda d'el-rei: d. Marcos Teixeira não queria que o investimento fosse desviado das obras na Sé, enquanto Diogo de Mendonça pretendia destinar o dinheiro para reformas e construção de fortes em pontos da costa das capitanias, por conta do risco das investidas de holandeses em outros locais da América portuguesa.

O Capítulo Vigésimo Segundo se chama “De como os holandeses tomaram a Bahia”. O frade conta que o rei avisara o governador Diogo de Mendonça sobre um grande número de naus holandesas – vinte e seis no total – que zarparam da Holanda no dia 21 dezembro de 1623 e pediu que ele se apresentasse na Bahia para tratar da fortificação da cidade e expedir aos capitães-mores das capitanias a manutenção dos fortes ao longo da costa por todo o território, “até o rio da Prata”. Frei Vicente se encontrava no Rio de Janeiro no momento e conta como foram os preparativos do capitão-mor Martim de Sá, elogiando sua postura em relação a seus subordinados.

No dia 9 de maio de 1624 os holandeses entraram no Recôncavo, depois de aguardarem cerca de dez semanas em Cabo Verde para montarem chalupas e coletarem mantimentos. Neste capítulo, há registro de conflitos entre os homens da terra e os portugueses contra os holandeses no porto de Vila Velha e na Ilha da Boepeba (sic). São Bento foi tomada pelos invasores; o governador demandou que se lhe tomasse de volta, mas houve grande fuga da população da cidade para seus arredores.

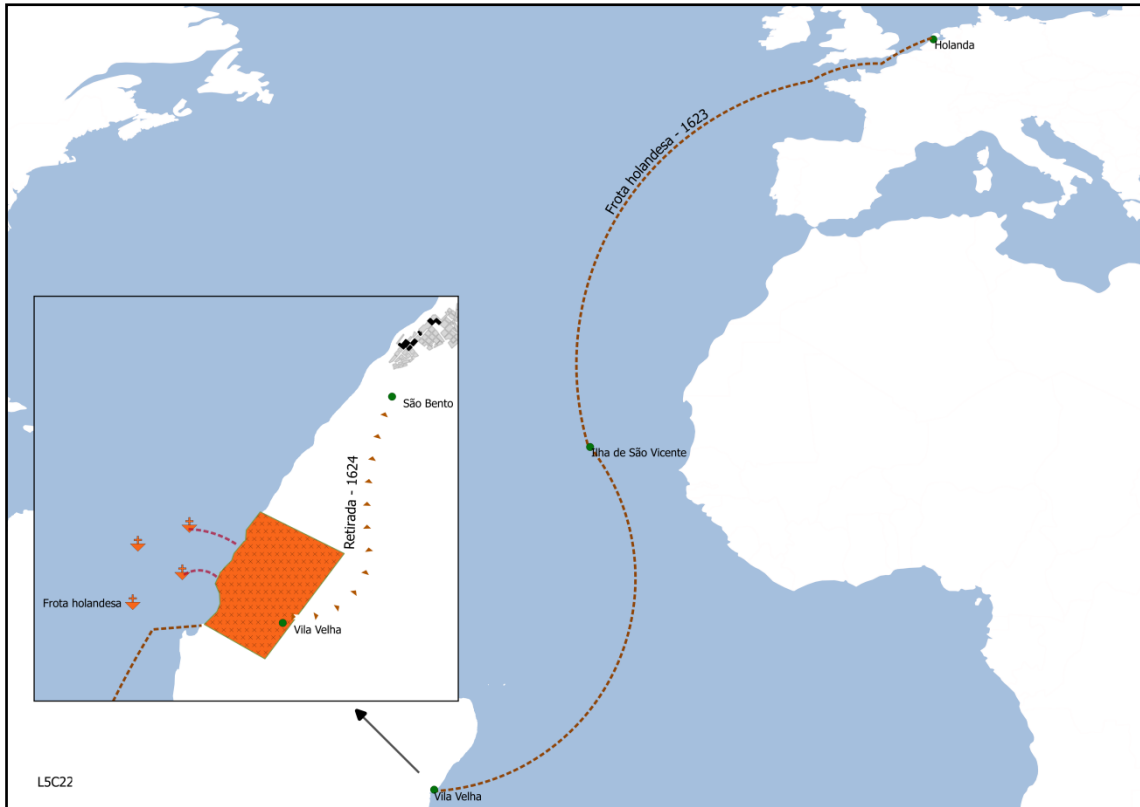


Figura 38 - A frota do capitão Johan Van Dorth sai da Holanda em 1623 e aporta na Ilha de São Vicente, no Cabo Verde, à espera dos outros navios. Já em 1624, os ataques holandeses ao Recôncavo baiano se iniciam. A freguesia de Vila Velha é atacada e seus defensores saem em direção a São Bento para se fortificarem. São Bento passa a ser um dos principais pontos de defesa e resistência da Cidade da Bahia contra os invasores holandeses.

Neste Capítulo Vigésimo Terceiro, o governador Diogo de Mendonça Furtado é preso pelo coronel holandês João Vandort (sic). Acontecem saques pela cidade, principalmente nas igrejas, e invasões das roças e engenhos ao redor. Frei Vicente conta como os escravos africanos eram insolentes com seus antigos donos e como eles se aliavam aos holandeses, muitas vezes em busca de vingança contra seus antigos senhores; com a invasão dos holandeses, eles se viam livres do cativo português, ora oferecendo seus serviços aos holandeses, ora agindo de forma autônoma contra ambos os lados.

No entanto, um escravo fugido, que de acordo com frei Vicente se chamava “Bastião”, havia deixado a propriedade de seu antigo senhor em meio ao caos dos saques e andava com outros ex-escravos que haviam abandonado seus cativerios, quando um pequeno grupo de holandeses lhe quiseram tomar seu facão. Bastião se

recusara a entregar o facão e terminou por matar um de seus assaltantes. Desde então, o *negro Bastião* é uma figura que aparece pouco na narrativa, apenas neste capítulo e no vigésimo sexto deste mesmo livro, porém está sempre do lado dos portugueses lutando contra os invasores com um ânimo que frei Vicente descreve como que inesgotável, como será visto em sua próxima aparição na *Historia*.

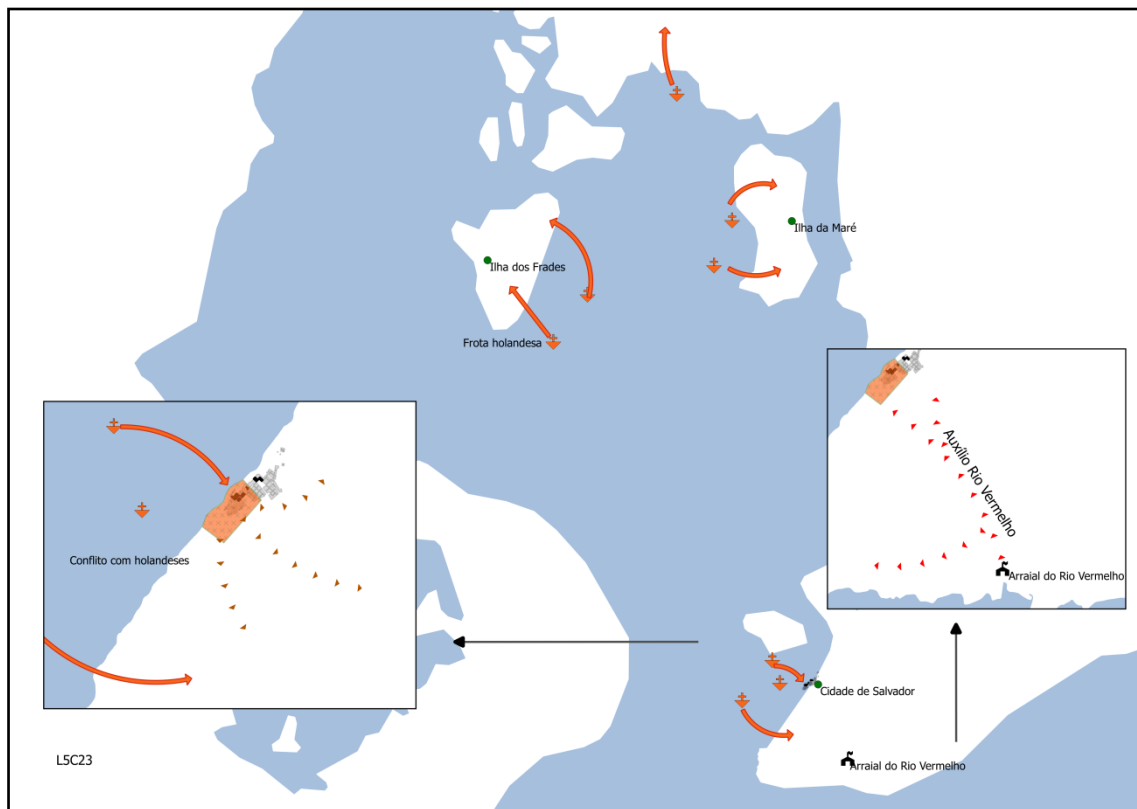


Figura 39 - Os holandeses realizam ataques em vários locais do Recôncavo, se apoderando de engenhos e escravos africanos nas freguesias e por vezes destruindo outras propriedades. O bispo d. Marcos Teixeira e mais alguns homens se reúnem no arraial do Rio Vermelho, de onde saem ataques e emboscadas aos holandeses próximos àquele sítio, bem como algum auxílio à Cidade da Bahia.

No Capítulo Vigésimo Quarto, depois da captura do governador Diogo de Mendonça Furtado pelo coronel Vandort (sic), o povo “elegu por seu capitão-mor, que os governasse” o bispo d. Marcos Teixeira; a vontade do povo contradizia a decisão da Câmara – reunida de forma extraordinária na aldeia do Espírito Santo – que determinou que o sucessor temporário de Diogo de Mendonça fosse o ouvidor-geral Antão de Mesquita, enquanto o próximo na linha de sucessão do governo do Brasil, Mathias de Albuquerque, não chegava a Bahia. Mathias de Albuquerque

encontrava-se em Pernambuco, governando a capitania em lugar de seu irmão Duarte de Albuquerque Coelho.

O Capítulo Vigésimo Quinto conta como foram organizadas as estratégias de resistência às investidas dos holandeses na cidade e nos arredores com a formação de emboscadas. O uso dessa tática se mostrou eficaz durante algum tempo, limitando temporariamente o avanço dos holandeses. Outros sucessos contra os invasores frei Vicente atribui a milagres – posto que os portugueses eram católicos e os holandeses, protestantes – como quando uma cruz foi depredada pelos luteranos e milagrosamente se torceu na direção em que eles seguiram, levando os portugueses ao encontro dos inimigos, contra os quais batalharam e venceram. Com o sucesso das emboscadas, é morto o coronel holandês João Vandort (sic), sendo substituído por Alberto Escutis (sic). A estratégia de se retirarem da cidade cada vez mais ocupada pelos holandeses – e a fuga de boa parte da população para os arredores – acabou por levar o bispo a criar um arraial a uma légua da cidade, na região do Rio Vermelho.

O Capítulo Vigésimo Sexto conta como, desde o arraial, os comandados do bispo organizavam emboscadas na cidade. Mais uma vez, o *negro Bastião* aparece, descrito como portador de grande coragem frente ao inimigo holandês, mesmo quando a situação do campo de batalha não lhe era favorável:

“(…) e aqui testificou o capitão Lourenço de Brito do negro Bastião, de que atrás fizemos menção, que se adiantou a todos dizendo, que a sua flecha não chegava tão longe como o pelouro dos arcabuzes, e assim lhe era necessário para empregá-la nos inimigos chegar-se mais perto deles, o que também fez em outros encontros, e uma vez andando já com eles à espada, dizendo-lhes os nossos negros que se retirasse, respondeu «Não retira, não, sipanta, sipanta,» querendo nisto dizer que não era tempo de retirar quando andavam já à espada; porque tinha experimentado dos holandeses que não eram tão destros nesta arma, como nas de fogo, e assim vindo à espada tinha já o pleito por vencido;”³⁹

³⁹ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 523.

O Capítulo Vigésimo Sétimo conta como os holandeses entraram na Bahia por outras partes, tais como a Ilha da Maré. O bispo d. Marcos Teixeira recomenda que os donos de engenho do entorno da cidade de Salvador se fortifiquem em seus domínios para contra-atacarem os invasores.

Frei Vicente é capturado pelos holandeses neste Capítulo Vigésimo Oitavo, enquanto estava com uma companhia numa embarcação à altura do Morro de São Paulo, no dia 28 de maio de 1624. O que lhe chama a atenção é o modo como os holandeses tratam seus prisioneiros, que frei Vicente chama até de *benevolência*. O frade e seus companheiros religiosos ficam sob custódia dos holandeses dentro dos navios, mas a eles é permitido ir à terra regularmente para cumprirem com seus deveres (desde que permitido pelos captores), principalmente darem a extrema-unção aos católicos próximos da morte.

O Capítulo Vigésimo Nono conta as medidas tomadas por Mathias de Albuquerque ao receber a provisão do governo do Brasil, sendo ele o próximo na linha de sucessão caso acontecesse alguma coisa com o governador anterior, Diogo de Mendonça Furtado, que havia sido capturado dos holandeses e mandado à sua pátria, como vimos anteriormente. Neste capítulo, o frade menciona frei Cristóvão Severim, irmão de Manuel Severim de Faria, a quem frei Vicente presta uma homenagem antes do primeiro livro desta obra.

O Trigésimo capítulo trata da morte do bispo d. Marcos Teixeira, a quem o frade tece comentários elogiosos por maior parte do capítulo. Fala também sobre o envio de Francisco Nunes Marinho à Bahia como seu capitão-mor (já o havia sido na Paraíba). O sagrado volta a fazer parte da maior parte do que é narrado no capítulo.

No Capítulo Trigésimo Primeiro, uma das primeiras medidas do capitão-mor Francisco Nunes Marinho foi acrescentar mais duas trincheiras na cidade, uma em Tapuípe e outra na banda de São Bento. Além disso, encurtou o caminho do arraial para a cidade em um terço de légua para melhor auxiliá-la. O frade também conta dos conflitos contra os holandeses em engenhos, chiqueiros e pastos, e o estrago subsequente às criações de porcos e gado.

Este Capítulo Trigésimo Segundo faz parte das *Adições e emendas à Historia do Brazil*. Neste, o frade menciona os engenhos do recôncavo e que as guerras da Bahia serviam, de acordo com Filipe III, para distraí-lo dos ataques que os holandeses realizavam na costa da Espanha. Também conta como d. Francisco de Moura substitui d. Francisco Nunes Marinho como capitão-mor da Bahia. Mais conflitos entre portugueses, castelhanos e holandeses em São Bento e no Carmo, as duas principais trincheiras portuguesas na cidade da Bahia.

O Capítulo Trigésimo Terceiro trata da morte do coronel Alberto Escutis, das cerimônias de seu funeral e de como seu irmão Guilherme Escutis o substituiu como coronel. Mais uma vez as emboscadas são mostradas como forma de enfrentamento.

Os capítulos Trigésimo Quarto, Trigésimo Quinto e Trigésimo Sexto tratam da Jornada dos Vassallos, a campanha feita pelos fidalgos portugueses e espanhóis de arregimentação de homens e armas para lutarem contra os invasores holandeses na cidade da Bahia. O Trigésimo Quarto lista as naus e os nomes dos fidalgos que saíram de Lisboa e Castela, em 22 de novembro de 1624 – segundo o frade – para auxiliar os portugueses e os homens da terra para lutarem contra os holandeses. É um capítulo extenso que, além desses nomes, traz algumas histórias sobre desentendimentos entre nobres que queriam de qualquer forma fazer parte da expedição, inclusive contendas entre pais e filhos. O Trigésimo Quinto, ainda tratando da jornada dos vassallos d'el-rei contra os holandeses em Salvador, lista a ajuda de custo que os nobres portugueses e castelhanos ofereceram para a campanha. No Trigésimo Sexto, no dia 19 de dezembro de 1624 a armada portuguesa chega em Cabo Verde, onde ancorou para aguardar a chegada da armada castelhana para que todas juntas chegassem à Bahia. As armadas deixam o Cabo Verde no dia 11 de fevereiro de 1625 e seguem para a Bahia.

O Capítulo Trigésimo Sétimo fala de outros conflitos que os portugueses tiveram com os holandeses na altura do Espírito Santo, enquanto as esquadras de Salvador Corrêa de Sá e Benevides e de Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque saíam do Rio de Janeiro e de Pernambuco, respectivamente, em direção à Bahia.

Este Capítulo Trigésimo Oitavo faz parte das *Adições e emendas à Historia do Brazil*. Trata da primeira bateria de assaltos contra os holandeses pelos das armadas de Filipe III, em São Bento. O Trigésimo Nono fala das subseqüentes batalhas que se deram na cidade de Salvador contra os holandeses e das baterias instaladas nos locais mais altos da cidade, como no topo dos mosteiros e de igrejas, e como, localizados desta maneira, os canhões portugueses conseguiram alcançar as naus holandesas nos portos, causando grandes danos. Porém, também há danos do lado católico do conflito, infligido pela artilharia das naus e dos pelouros das armas do invasor. Frei Vicente fala também de uma estância da bateria do Carmo, que era capitaneada por fidalgos portugueses de grande importância (condes e etc, dos quais o frade traz uma lista de nomes e dos cargos que ocupam no Reino).



Figura 40 - O mapa representa os dois principais pontos de defesa dos portugueses e moradores da terra contra o invasor holandês: São Bento e Santo Antônio Além do Carmo. Baterias foram instaladas nesses dois pontos, que também foram entrancheirados.

Dessa estância surgiram mais duas: uma delas era a “bateria das palmeiras”, de grande importância por estar posta em um local mais alto, numa região onde os

holandeses não haviam se estabelecido de maneira firme; outra, mais próxima da bateria do general d. Fadrique e operada por gente da Bahia e alguns criados de Duarte de Albuquerque Coelho, governador de Pernambuco, se encontrava próxima do Colégio dos Jesuítas, que era alvo de constante sabatina dos holandeses, que tinham seis peças de artilharia voltadas para o local.

O frade conta, no Capítulo Quadragésimo, como os franceses que estavam aliados aos holandeses decidiram debandar e se aliarem aos portugueses, e conta como os franceses contaram com a ajuda de um “português indiático” para armar uma cilada contra alguns holandeses, mas a ação teria sido frustrada pelo coronel dos inimigos. O frade afirma neste capítulo, também, que estes três capítulos comentaram sobre sete estâncias de artilharia portuguesa ao todo, uma dela de aliados napolitanos cujo terço comandava o marquês de Torrecusa. Frei Vicente chega a dar o número de pelouros e balas de canhão que totalizaram depois dos vinte e três dias de cerco da cidade, contadas por um “curioso”, que disse que eram 2510 atirados pelos holandeses e 4168 atiradas pelos portugueses.⁴⁰

Frei Vicente conta das vitórias alcançadas, no Capítulo Quadragésimo Primeiro, pelos portugueses no dia 26 de abril, animados pelas bênçãos de Nossa Senhora do Carmo, por ser este o seu dia. O fato de o coronel holandês Guilherme Scutis ter demorado a acudir seus soldados foi o fator que determinou um motim dos seus soldados e capitães contra ele, que já havia se mostrado incapaz de se comprometer com as responsabilidades das guerras em momentos anteriores nesta invasão, aparentemente por displicência e por estar envolvido com uma mulher portuguesa. O coronel Scutis foi ferido pelos soldados holandeses e em seu lugar entrou por coronel o capitão-mor chamado Quife.

Os soldados ainda invadiram a casa da dita portuguesa, que já havia fugido da turba, mas que teve todas as suas jóias e outros bens roubadas pelos soldados como retaliação. O novo coronel se mostrou aplicado à batalha e aos reparos em

⁴⁰ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 578.

suas baterias até chegasse a armada dos holandeses, que lhes trariam, assim esperavam, os bens necessários para sua fortificação nessa guerra.

O Capítulo Quadragésimo Segundo foi copiado das *Adições e emendas à Historia do Brazil*. Conta que o coronel holandês enviara uma carta ao general d. Fadrique no Carmo para tratar do acordo de paz entre os seus e os portugueses. O dano feito às baterias inimigas teria sido considerado grande demais para reparo imediato. Alguns soldados holandeses já saíram de suas trincheiras com as mãos erguidas em sinal de rendição, e o documento do concerto dos holandeses foi assinado por três oficiais holandeses e pelos capitães portugueses. O documento determinava que os holandeses entregariam a cidade da Bahia ao general d. Fadrique de Toledo e a Sua Majestade com todos os bens, armas, escravos e animais que tinham nesta terra e em suas embarcações no dia 30 de abril de 1625.



Figura 41 - Representação do final dos conflitos no Carmo, onde o coronel holandês decide entregar-se aos portugueses e dar a batalha por vencida no dia 30 de abril de 1625, segundo o frade.

Este capítulo Quadragésimo Terceiro foi copiado *Adições e emendas à Historia do Brazil*. No dia primeiro de maio começaram a reparar a cidade e a normalizarem os usos de alguns edifícios e instituições que estavam servindo a caráter temporário a outros propósitos, como o Colégio dos Jesuítas servia de lar para os mercadores e as igrejas serviam de adegas ou enfermarias ou ainda de armazéns de pólvora; estes locais sagrados estavam todos profanados, de acordo com o frade, à exceção da Sé, que permaneceu com sua função de Igreja Matriz onde eram realizadas as missas e onde eram enterrados os oficiais portugueses mortos durante as batalhas da invasão. Alguns oficiais holandeses também foram lá enterrados, e suas covas haviam sido abertas para que seus corpos fossem enterrados fora de lá, para que a missa em ação de graças fosse ministrada pelo vigário-geral do bispado do Brasil, o cônego Francisco Gonçalves, no dia 5 de maio.

Frei Vicente também tece comentários elogiosos à coroa espanhola pela diligência em restaurar a Bahia e sobre como el-rei mandou celebrar as graças alcançadas tanto no Brasil como também outras, como a sorte que teve uma armada inglesa de 130 navios que iria aportar em Cádiz e que se perdeu em tormentas e também da tomada da cidade flamenga de Breda. “Bem parece que foi aquele [ano de 1624] bissexto e estoutro [1625] de Jubileu”, afirma o frade, “E principalmente se pode atribuir a felicidade deste ano [de 1625] a Espanha, em ser nele celebrada a canonização de Santa Isabel, rainha de Portugal, e natural do reino de Aragão, por cuja intercessão e merecimentos podemos crer que fez, e fará Deus muitas mercês a estes reinos.”⁴¹

No Capítulo Quadragésimo Quarto, frei Vicente conta que o gentio da costa havia se rebelado no momento em que os portugueses e a gente da Bahia estava enfrentando o cerco que os holandeses fizeram à cidade. Não só os da costa, mas também os Potiguares da Serra da Copaoba, que já estavam pacificados, mas que tornaram a se rebelar contra os cristãos. Foi enviada à Serra uma companhia de brancos e Tabajaras aliados, que além de já estarem cristianizados, eram inimigos de longa data dos Potiguares. No entanto, o gentio rebelde retirou da Serra para se

⁴¹ Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 590.

aliarem aos Tapuias, o que fez com que a companhia capitaneada por Antônio Lopes de Oliveira desviasse sua rota.

A companhia deu com os Tapuias e houve conflito. O principal dos Tapuias, segundo o frade, perguntou ao capitão o motivo daquele ataque, para o qual o capitão respondeu que foi devido ao fato dos Tapuias estarem ajudando os Potiguares que haviam prometido paz mas que se rebelaram contra el-rei. Com isso, o principal Tapuia trouxe para o capitão dois principais Potiguares, que foram punidos de acordo depois de ser feito um concerto. Um deles, o Tiquaruçu, foi morto no ato; o outro, Cipoúna, levou toda sua gente para que servissem os portugueses como pena pela rebelião, mas que depois foram juntos aos padres da companhia para serem doutrinados (o frade menciona que dessa forma se doutrinam melhor do que na casa dos seculares).

O presente capítulo é o quadragésimo quarto que se encontra nas *Adições e Emendas à Historia do Brazil*. Ele trata da chegada da armada holandesa que viera trazendo mantimentos e munições aos holandeses que haviam sitiado a cidade da Bahia. A armada era composta, segundo o frade, de 34 naus (“15 grandes do estado, e as mais de frete”) “e assim eram duas capitânicas”, que entraram na Bahia no dia 26 de maio de 1625, sem cautelas, como se pensassem estar a cidade ainda rendida aos seus. Depois de vários insucessos e depois da chegada da armada espanhola na Baía da Traição, os espanhóis e os portugueses saem vitoriosos, embarcando de volta ao Reino no dia 4 de agosto, não conseguindo ir antes devidos aos ventos contrários.

Frei Vicente conta neste capítulo Quadragésimo Quinto sobre a sorte da armada de portugueses e castelhanos voltando do Brasil ao Reino, que foi repleta de tormentas mesmo ao saírem da costa da América portuguesa até o alto-mar; várias embarcações se perderam nos baixios de ilhas; algumas naufragaram, outras foram abordadas por embarcações holandesas, engajando em batalhas que resultaram em mortes e perdas materiais para ambos os lados do conflito, inclusive com a morte de alguns fidalgos que fizeram parte da restauração da cidade da Bahia.

O frade transcreve um decreto do rei Filipe III, escrito em Madri em 18 de setembro de 1625, onde el-rei reconhece o esforço e o valor de alguns fidalgos

portugueses e lamenta a morte de alguns deles, afirmando que se deram com muito honra. El-rei também reconhece o valor dos castelhanos, mas é para com os portugueses, claro, a demonstração de reconhecimento que chama mais a atenção do frade.

O Capítulo Quadragésimo Sexto conta do que aconteceu com uma nau da Índia que havia se perdido na Ilha de Santa Helena e da sorte de sua tripulação e carga, tendo enfrentado holandeses e ingleses até que as embarcações da armada portuguesa que tiveram que ficar na Bahia por conta das más condições de navegação se foram ao seu salvamento a mando do governador-geral Mathias de Albuquerque.

O Quadragésimo Sétimo capítulo relata que, no dia 19 de abril de 1626, chegam à barra da Bahia três naus holandesas de força, que causaram dano a várias embarcações portuguesas que vinham de África. Fala também da ida de Feliciano Coelho de Carvalho ao Maranhão e do que fez pelo caminho, passando pelo Ceará e abastecendo as fortalezas pelo caminho. O destino de Feliciano Coelho e do custódio frei Cristóvão Severim – que o encontrou com sua expedição no Ceará, atormentado por Tapuias – ao chegarem no Maranhão, depois de serem acolhidos pelos locais após terem sofrido novamente com naufrágios e danos e suas embarcações devido à sua complicada enseada, frei Vicente diz que “deixará a outros historiadores”, porque o governo do Maranhão havia sido “apartado” por Sua Majestade do governo do Brasil, naquela época.

No último capítulo do livro, o Quadragésimo Oitavo, frei Vicente ainda conta sobre treze navios holandeses que entraram na Bahia no dia 3 de março de 1627, causando grandes danos à frota dos locais, dois meses depois da chegada do governador Diogo Luiz de Oliveira, que substituiu Mathias de Albuquerque em seu cargo. O frade elogia a pessoa de Mathias de Albuquerque e também a sua dedicação aos cargos que ocupou na América portuguesa, como capitão-mor de Pernambuco a governador-geral do Brasil, elogios semelhantes, mas não tão intensos quanto os que foram dirigidos a Mem de Sá, no Livro Terceiro. Frei Vicente termina o último capítulo dizendo que “dará fim a esta História”, por já ser

de idade avançada – disse estar com 63 anos de idade quando do término deste Livro⁴² – e já estar na hora de tratar de sua própria vida, e não das vidas dos outros.

⁴² Vicente do Salvador, Frei. *Historia do Brasil - 1500-1627*. (São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918), p. 616.

Conclusão

Neste trabalho, foi feito um mapeamento da narrativa de frei Vicente do Salvador, religioso nascido em Matuim na Bahia na segunda metade do século XVI. Vimos como sua formação religiosa tanto no Brasil, com a educação jesuíta que recebeu, quanto no Reino, em Évora, foram responsáveis por sua visão de mundo e das ideias de grandeza que tinha em relação à Portugal. A opinião do frade permeia a sua obra tanto quanto sua observação e sua transmissão de relatos que ouvira diretamente de pessoas com quem cruzava ou de informações que lera anteriormente em sua vida a respeito do Brasil português.

Outros cronistas apresentam maiores informações sobre a geografia – localização de rios, por exemplo; Gabriel Soares de Souza é o primeiro nome que vem à mente – mas não com a visão que frei Vicente tinha de relatar a sucessão dos governadores, suas tarefas para com os habitantes desta terra (aliada à sua ideia da predestinação de Portugal e de sua missão na evangelização do mundo).

É justamente por conta de sua visão de mundo e jeito particular de inserir suas opiniões e julgamentos que a produção desses mapas foi possível e aconteceu do jeito que foi exposto neste trabalho. Ainda existe muitas possibilidades de reproduzir visualmente as palavras de frei Vicente com outras formas de ilustrações, gráficos e mapas, mas esta última acabou tornando-se a que melhor representa os desígnios do frade. A grandiosidade do território, os perigos do sertão, o ímpeto explorador de alguns homens e até a falta dessa qualidade podem – como foram, nos casos selecionados para o presente trabalho – ser representados nos mapas.

Os mapas produzidos para esta dissertação, da maneira como foram construídos e dispostos, permitem que se perceba um jogo de escalas nas narrativas de cada capítulo. Isso se mostrou de forma clara nas vezes em que o frade começa as narrativas, com os deslocamentos dos agentes da *Historia* pelo espaço, até que o foco “fecha” numa área mais aproximada, contando com maiores detalhes o que ocorrera naquele momento, naquele local – um exemplo desse jogo de escala é um deslocamento de uma campanha até determinado local, muitas vezes de uma

capitania à outra, e ao chegarem ao tal ponto, frei Vicente começa a esmiuçar os eventos.

Outra evidência é a mudança na percepção do passar do tempo: no Livro Primeiro, quando frei Vicente fala dos índios e seus costumes, o tempo parece ser cíclico: o mundo deles se resume àqueles costumes. Já no Livro Quinto, por exemplo, a narrativa muda e com ela a percepção do tempo: tudo parece passar mais rápido.

O que se retira da experiência de transportar as peças da narrativa para uma plataforma estritamente visual é que é possível a compreensão de seus signos através de uma visualização dos elementos da narrativa de forma espacializada. Não só a melhor compreensão do que é proposto pelo autor da obra textual, mas também a possibilidade de se enxergar o texto e a ideia da narrativa pelo filtro dos símbolos visuais da representação gráfica.

Bibliografia

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500 - 1800*. 7. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.
- Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. v. 13 (1888).
- Fernão Cardim. *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925.
- Francisco José Calazans Falcon. “Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo.” In *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- Frei Manuel da Ilha. *Narrativa Da Custódia De Santo Antônio No Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918. 632 p.
- José Carlos Reis. “Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um povo novo: o povo brasileiro.” *Revista de História da FFLCH-USP*, 1998.
- Luiz Cristiano O. de Andrade. “A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630)”. Dissertação de mestrado, UFRJ / IFCS, 2004. 183 p.
- Maria da Glória de Oliveira. “A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu.” *História da Historiografia*, Março 2009.
- Maria Lêda Oliveira. *A História do Brasil de frei Vicente do Salvador. História e política no Império português do século XVII*. Rio de Janeiro; São Paulo: Versal; Odebrecht, 2008. 241 p.
- MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel [1800 - 1900]*. London; New York: Verso, 2011. 208 p.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 312 p.

Anexo 1

Link para a obra de frei Vicente do Salvador no Atlas Digital da América Lusa:

<http://lhs.unb.br/atlas/%C3%8Dndice_total>